

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO PASTORAL DA IGREJA NO BRASIL - 1975/1978

APRESENTAÇÃO

A XIV Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reuniu-se em Itaici, SP, de 19 a 27 de novembro de 1974, e resolveu “conservar as diretrizes, isto é, o mesmo objetivo geral e os seis objetivos específicos com as conseqüentes seis linhas” do Plano de Pastoral de Conjunto (aprovado inicialmente para os anos 1966-1970 e confirmado para os anos 1971-1974), embora “reformulando suas justificativa com documento e dados posteriores ao Vaticano II e enriquecendo-as com elementos de reflexão teológica e da experiência pastoral dos últimos anos”. Além disso, a assembléia definiu “áreas prioritárias de ação pastoral da Igreja no Brasil”. Estas decisões se referem a um período de quatro anos: 1975-1978

Cumprindo a determinação da Assembléia, a Presidência e a CEP (Comissão Episcopal de Pastoral) da CNBB apresentam este documento que contém os seguintes elementos:

1. Uma introdução, que descreve brevemente a situação religiosa do Brasil e a evolução que a pastoral, graças também ao Plano de Pastoral de Conjunto, realizou nos últimos anos.

2. A transcrição do “objetivo geral” e dos “objetivos específicos” do P.P.C., seguida por um comentário atualizado, que procura mostrar a interdependência das seis “linhas de trabalho” que deles decorrem.

3. As diretrizes gerais de cada uma das linhas de trabalho, contendo os princípios fundamentais da ação e a sugestão de atividades específicas.

4. A sistemática geral do processo de planejamento, isto é, as condições e encaminhamentos da aplicação da técnica do planejamento à pastoral em âmbito nacional.

Inspirado neste conjunto de “Diretrizes Gerais”, a CEP preparou um plano bienal de atividades, em nível nacional, composto de cinco programas. Além de um programa que reúne as atividades especiais que mantém o trabalho dos vários setores, o plano contém ainda 4 programas de atividades especiais referentes às quatro prioridades decididas, a partir

da XIV Assembléia Geral da CNBB, para o biênio 1975/1976. Essas prioridades são: Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral da Família, Religiosidade Popular e Pastoral dos grupos de influência. Inspirando-se neste mesmo conjunto de “Diretrizes Gerais” e levando em consideração as mesmas prioridades, certamente a Ação Pastoral da Igreja no Brasil será enriquecida, nos próximos meses, por numerosos e variados planos de Pastoral em nível regional e em nível diocesano.

Para o quadriênio que ora se inicia (1975/1978) e para o qual foram definidas estas “Diretrizes Gerais” a CEP pretende publicar uma série de subsídios que auxiliem o processo de planejamento em âmbito nacional.

No próprio 3º Plano Bienal estão previstos um estudo teológico pastoral mais amplo sobre as “Diretrizes Gerais” (1975) e um estudo comparativo de experiências de planejamento pastoral (1976).

Presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral
Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1975

CAPÍTULO I: SITUAÇÃO RELIGIOSA E EVOLUÇÃO DA AÇÃO PASTORAL

INTRODUÇÃO

A ação pastoral inspira-se, de um lado, na missão de Cristo e da sua Igreja: é aí que encontra uma fonte permanente de diretrizes e de princípios.

Voltando-se, de outro lado, para o mundo, para a humanidade a salvar, tal ação se vê profundamente condicionada pelas situações concretas e pelo próprio evoluir da história e de suas realizações.

Ao apresentar diretrizes pastorais para um novo período - 1975/1978 - é natural que não só nos refiramos aos princípios fundamentais que devem inspirá-las, mas que também procuremos descobrir sua adequada formulação, face à realidade a ser atingida hoje. Acrescente-se ainda que estas diretrizes pretendem retomar e continuar as que foram formuladas, há dez anos, pelo Plano de Pastoral de Conjunto 1966/1970 da CNBB.

Embora muito brevemente, procuraremos descrever, em linhas gerais, a atual situação religiosa do Brasil e suas principais exigências pastorais, situação essa que é resultado de uma longa história, como também do

esforço pastoral recente, particularmente do que foi orientado e organizado através do “Plano de Pastoral de Conjunto”¹.

1. A sociedade brasileira em mudança

1.1. Na formulação de novas diretrizes para a ação pastoral devemos, em primeiro lugar, ter em vista a rapidez das *mudanças* sociais e culturais do povo brasileiro.

Alguns dados essenciais expressam muito significativamente o fenômeno:

– a população brasileira tende a duplicar em pouco mais de 20 anos (50.000.000 em 1950; 93.000.000 no censo de 1970; cerca de 100 milhões no final de 1972); quando foi lançado o “PPC” (início de 1966), havia cerca de 82.000.000 de habitantes; no fim do novo período (1978), haverá cerca de 120 milhões!

– no mesmo período, até 1978 ou 1979, a renda “per capita” poderá chegar a cerca de 1.000 dólares, ou seja, três vezes o valor de 1960;

– como conseqüência do crescimento demográfico e econômico, a população urbana aumentará mais que proporcionalmente e deverá ser cerca de 62,2% em 1978 contra 44,75% em 1960.

Todas essas transformações implicariam uma rápida adequação das estruturas e dos meios da ação pastoral, o que sabemos muitas vezes difícil. Um só dado expressivo e conhecido pode ser lembrado: enquanto os 11.252 padres de 1960 significavam um padre para 6.200 habitantes (em média), a situação para 1978 poderá ser de aproximadamente o mesmo número de padres para uma população 2/3 maior, ou seja, um padre para 10 mil habitantes.

1.2. Quais as alterações, na situação religiosa do Brasil, nos últimos dez anos?²

1.2.1. No país ainda predominantemente católico, a *religiosidade popular* continua viva e se multiplicam suas manifestações.

Uma análise do próprio catolicismo revela a existência – ao lado de uma importante minoria praticante, cuja vivência religiosa se inspira no Evangelho e especialmente na prática sacramental – de uma maioria de

fiéis cujas devoções e práticas religiosas não estão bastante integradas na comunidade eclesial e obedecem predominantemente a uma relação individual com o sagrado (Deus, os santos)³.

1.2.2. Embora subsista em vários lugares uma forte religiosidade, parece ter aumentado o número e a multiplicidade das várias formas de sincretismo. Filosofias ou práticas religiosas de origem oriental ou totalmente nova parecem ser também procuradas por um número significativo de pessoas, especialmente no meio urbano.

1.2.3. Junto com a urbanização, também o fenômeno da secularização, com todas as suas ambigüidades, aumentou sua influência, embora sem se alastrar ainda a massas importantes da população. Em certo sentido, a secularização atingiu também a sociedade brasileira em geral, uma vez que as grandes decisões a respeito da vida política, social e econômica, com profundas repercussões sobre o perfil cultural da nação, são tomadas sem levar em conta formas de influência ou de opinião da Igreja, consideradas num passado recente. Tal situação está também ligada ao fato de as grandes decisões políticas estarem sendo tomadas por uma elite restrita, sem participação do povo.

Uma forte secularização, contudo, marca as atitudes de alguns grupos sociais urbanos e certas faixas da juventude, ao menos no sentido de que uma série de comportamentos, antes “regulados” por uma ética cristã são hoje totalmente desvinculados de uma referência à Igreja institucional e mesmo a valores transcendentais. Com relação a esses grupos, o fenômeno da secularização já se reveste de aspectos de um verdadeiro secularismo enquanto fechamento a qualquer referência ao Absoluto transcendente na vida humana.

1.2.4. A sociedade brasileira em geral passou por um rápido *processo de modernização*, alterando profundamente relações sociais, costumes, mentalidades, estilos de vida etc., com a introdução predominante de técnicas e mesmo de uma “tecnocracia” antes desconhecidas.

Entre essas mudanças merece especial atenção a grande difusão e penetração em todos os ambientes, dos diversos meios de comunicação social (televisão, rádio, imprensa...), que ao mesmo tempo sofreram um processo de sofisticação técnica e de concentração nas mãos de poucos com fortes riscos de condicionamento de informação e de manipulação da opinião pública.

1.2.5. Entre as conseqüências das mudanças sociais e culturais, deve-se assinalar o forte impacto sofrido pela *família*, cuja existência e convivência estão ameaçadas por fortes tensões econômicas e sociais e por uma concepção da sexualidade e do lucro veiculada facilmente pela propaganda comercial e pelos MCS, a qual contrasta com a concepção cristã dos valores familiares.

2. Novos impulsos da pastoral

Em relação à ação pastoral, houve certamente o desafio da realidade que descrevemos e, ao mesmo tempo, a influência benéfica da mensagem conciliar que estimula progressos significativos se comparados com a situação predominante há dez anos e que era descrita na introdução ao “PPC”⁴.

2.1. Sob a influência do Concílio Vaticano II, o *ministério da palavra* está assumindo a importância que lhe cabe, e a renovação bíblico-catequética tomou dimensões notáveis. Também a renovação litúrgica foi muito marcada por uma preocupação de evangelização, pela valorização da Palavra de Deus e da pregação, pelo cuidado em suscitar e preparar as condições para que os fiéis participem conscientemente das celebrações.

2.2. A *pastoral sacramental* foi profundamente renovada pela introdução em muitas comunidades, de encontros de preparação aos sacramentos (Batismo, Crisma, Matrimônio, além da Primeira Eucaristia), que mais recentemente receberam orientações gerais por parte do Episcopado (cf. “Pastoral do Batismo”, 1972; “Pastoral da Eucaristia”, 1973; “Pastoral da Confirmação”, 1974).

Da ênfase sobre a catequese infantil, característica de um período anterior, passou-se à acentuação da *evangelização de adultos*. Essa evangelização recebeu também um caráter mais bíblico e vital e procurou articular-se numa perspectiva mais ampla de formação das comunidades cristãs e de engajamento dos cristãos no mundo. Em muitas regiões o trabalho de promoção humana e a ação evangelizadora foram estreitamente associados.

Se, de um lado, não se notou grande desenvolvimento de uma teologia científica e sistemática, percebeu-se entretanto, de outro lado, uma crescente preocupação de se elaborar uma *teologia pastoral* mais adaptada à realidade nacional e regional.

2.3. Além da acentuação da evangelização e da Palavra, procurando superar uma pastoral demasiadamente dependente de uma concepção estreita da administração dos sacramentos, deu-se ênfase muito grande ao desenvolvimento da *dimensão comunitária* da Igreja. Já o Plano Pastoral de Emergência (1962-65) tinha enfatizado o aspecto comunitário da Pastoral, dando-lhe caráter prioritário. Desde então aumentou fortemente a convicção e consciência da necessidade de articular as estruturas e a vida da Igreja de modo a permitir experiências de vida fraterna, evangélica, através de comunidades à dimensão da convivência pessoal. Embora numerosas e válidas, as primeiras experiências de “comunidades eclesiais de base” não conseguiram ainda indicar os caminhos para uma extensão maior e verdadeiramente ampla dessas experiências. Particularmente certos meios (urbanos, por exemplo) carecem de uma metodologia e de experiências mais adequadas. Continua, contudo, a convicção de que este caminho é essencial para o progresso da ação pastoral e da vivência cristã, como o Episcopado nacional reafirmou na última Assembléia, definindo essa área como de importância prioritária.

Até mesmo onde não se chegou a novas formas de vida comunitária, as *paróquias* procuraram uma renovação interna, melhorando sua organização e sobretudo favorecendo a participação ativa e corresponsável dos fiéis, e estenderam sua atenção a grupos e pessoas que se acham distantes ou marginalizados no que diz respeito à Igreja.

2.4. Cresceu também a *consciência missionária*, o que se pode notar especialmente através de uma série de iniciativas generosas, das Igrejas mais dotadas de recursos humanos e materiais para com as Igrejas-irmãs que enfrentam etapas mais difíceis de seu processo de implantação e crescimento.

Embora seja muito grande a ajuda que recebe das Igrejas de outros Países, a Igreja no Brasil também aumentou sua participação no *esforço missionário mundial* e nas diversas iniciativas de nível continental ou internacional contribuição qualificada por uma experiência pastoral criativa e inovadora em muitos aspectos.

É, de outro lado, motivo de alegria poder assinalar como a colaboração de missionários e agentes de pastoral de origem estrangeira foi marcada nos últimos anos por uma vontade mais explícita e consciente de inserção na realidade pastoral brasileira e de autêntica integração na cultura e na Igreja local.

2.5. A renovação pastoral trouxe significativamente uma nova consciência da originalidade e da responsabilidade própria de cada *Igreja particular ou local*. (O tema foi objeto de reflexão especialmente na XIII Assembléia Geral do Episcopado, em São Paulo, fevereiro de 1973 e do programa 1º do 2º Plano Bienal).

Esta consciência não se acompanha de um estéril fechamento sobre si mesma de alguma Igreja, mas, pelo contrário, como já vimos, se expressa num fortalecimento do espírito de comunhão fraterna com as Igrejas vizinhas, com as Igrejas em situação de missão ou de dificuldade, e com a Igreja universal.

2.6. Entre os progressos que o espírito de integração e de comunhão trouxe à pastoral, deve ser assinalada ainda a multiplicação dos órgãos de *coordenação, planejamento e decisão colegial* da ação pastoral.

A criação dos Conselhos Pastorais, a multiplicação das assembleias diocesanas e dos “sínodos” locais, a invenção de formas originais de ministérios de coordenação diocesana ou setorial contribuem para fazer participar mais eficaz e responsabilmente nas diversas forças do Povo de Deus na comum responsabilidade pastoral.

O desenvolvimento do planejamento e da coordenação da ação pastoral, nos diferentes níveis, não significou a uniformização ou a restrição das diversas iniciativas. Pelo contrário, o período dos últimos dez anos é marcado por uma grande criatividade na ação pastoral, testemunhada pelo surgimento de *nossos ministérios* (nos quais é dever ressaltar a notável participação da mulher, leiga ou religiosa, assumindo responsabilidades pastorais das quais até então estava excluída) e pelo crescimento da ação pastoral dos *religiosos*, que de outro lado buscavam e experimentavam novas formas de vida consagrada.

2.7. Papel essencial na formação da nova mentalidade pastoral, especialmente pela introdução de uma nova sistemática em termos de planejamento e de colegialidade, deve ser atribuído às atividades da Conferência Nacional dos Bispos, tanto em nível nacional como regional, e particularmente ao próprio “Plano de Pastoral de Conjunto” e “Planos Bienais”, em que se destaca a crescente influência e aceitação da Campanha da Fraternidade.

A testemunhar a intensidade da participação da CNBB no processo de renovação pastoral estão suas Assembleias (oito entre 1965 e 1974, contra seis entre 1953 e 1964), seus documentos e suas inúmeras

atividades nacionais, enquanto os Secretariados Regionais, de recente fundação, assumiam papel decisivo.

3. Crises e perspectivas

3.1. Esses anos de renovação, transformações e mudanças, estão marcados também pela “crise”, particularmente de uma parte importante do *ministério presbiteral*, mais diretamente atingido por esse processo.

A Igreja, que até o Concílio Vaticano II, “repousava maciçamente sobre os padres”, caminha para uma nova fase e uma nova repartição dos ministérios, a fim de se sustentar sempre mais sobre a responsabilidade comum e a participação ativa de todos os fiéis.

A mudança profunda de perspectivas que isto implica no ministério presbiteral, juntamente com a rápida transformação de valores e costumes, trouxe um período de alteração da imagem e do papel dos presbíteros, com conseqüentes reflexos de incerteza para as pessoas, especialmente os próprios padres e os seminaristas: durante vários anos o número das vocações sacerdotais diminuiu fortemente, os seminários atravessaram “crises” e se esvaziaram em boa parte, uma porcentagem significativa do clero deixou o ministério.

Há recentemente sinais de um aumento de vocações, enquanto surgem novas formas de ministérios, embora talvez seja muito cedo para defini-las. É certo que a formação sacerdotal sai profundamente transformada desses acontecimentos e que o próprio ministério presbiteral poderá ainda encontrar novos caminhos e novas expressões, conservando seu papel específico num novo contexto, em que será circundado por novos ministérios.

3.2. A atuação dos *movimentos leigos*, sob a influência das transformações da Igreja e ainda mais das novas condições político-sociais, também sofreu uma crise e uma transformação. Contudo, o testemunho extremamente valioso e muitas vezes sofrido que movimentos de liderança e de vanguarda deixaram, foi recolhido, embora em formas diversas, por uma nova geração de movimentos e por novas atitudes de pessoas. Constatou-se de um modo geral a passagem da fase de instrumentalização ou utilização do leigo, para uma verdadeira situação de corresponsabilidade eclesial.

O *empenho no campo social*, além de se tornar um imperativo de toda a Igreja (cf. o Documento do Sínodo de 1971 “A Justiça no mundo” e

o documento da CEP/CNBB, “Igreja e Política” 1974), continua a ser assumido individualmente por muitos cristãos, dentro das próprias estruturas sociais e políticas.

O apostolado e a vivência religiosa são também assumidos por *novos movimentos*, alguns *de cunho mais carismático*, atentos a muitos valores espirituais, conscientes das novas responsabilidades pastorais que a situação atual da Igreja lhes impõe.

Manifesta-se intensamente, também entre os *jovens*, a busca e o apreço de uma vida de fraternidade, de oração, de serviço, de empenho na construção de um mundo inspirado pelo Espírito de Cristo.

3.3. A presença e a atuação direta da Igreja institucional nas realidades terrestres, no conjunto, parece ter diminuído, embora ela conserve uma responsabilidade muito grande no campo da educação, dos socorros de urgência, da assistência social e do desenvolvimento. A evolução recente da sociedade brasileira, a que já nos referimos, e a assunção mais efetiva, por parte do Estado, de um papel que lhe compete, libertando a instituição eclesiástica de muitas tarefas supletivas, são algumas das causas dessa situação.

Se tal situação contribuiu para tornar a Igreja menos poderosa, mais pobre e, às vezes, mais ameaçada em suas estruturas pastorais, contribuiu todavia para ajudá-la a redescobrir a primazia de sua missão profética, a libertá-la de condicionamentos nem sempre favoráveis ao Evangelho, a restituí-la mais plenamente à sua vocação própria e essencial de anúncio da Boa-Nova de Cristo, sinal de esperança, unidade e paz para todos os homens.

3.4. Uma atuação marcadamente profética caracterizou muitas vezes a atitude de cristãos ou da comunidade eclesial nos últimos anos, levando às vezes a conflitos com situações incompatíveis com a dignidade do homem e a verdade do Evangelho.

3.5. Cresceu também na Igreja a consciência de que ela não tem a exclusividade do Espírito. Ela se abre por isso aos irmãos separados, às outras religiões e ao próprio mundo, recebendo, pelo mesmo Espírito, o estímulo e a ajuda para viver mais fielmente segundo a vontade de Deus e para edificar, apesar de todos os obstáculos, o Reino da verdade, do amor, da justiça e da paz.

Neste esforço incessante se insere a nova etapa da ação pastoral da Igreja no Brasil, para que possa continuar a fazer progredir o que já foi realizado.

ESTATÍSTICAS GERAIS DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL

ANO	Nº de Circunscrições ecles	Área territorial	Habitantes	Paróquias	Habitantes Por Paróquias	SACERDOTES		Habitantes Por Sacerdotes
						Total Secular Religiosos		
1995		8.465.591	81.301.000	4.764				
1970	182	8.456.508	94.058.000	5.577	17.065			
1972	197	8.456.508	99.598.200	5.712	16.865	12.790	4.872	6.366
	...				17.436	7.918		7.151
						13.152	5.086	7.703
						8.066		
						12.929	5.036	
						7.893		

Fonte: CERIS, Departamento de Estatística

ESTATÍSTICAS DA ORDEM, CONGREGAÇÕES, SOCIEDADES E INSTITUTOS MASCULINOS E FEMININOS

ANO	Número de Sedes de Governo e Representações de Congregações		Casas e Residências		Religiosos Não Sacerdotes		Religiosas Professas	Vida Cont.
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Int. Cler.	Inst. Laic.	Vida Mista	
1965	206	377	2.013	3.854	1.805	1.879	37.781	
1970	231	462	2.450	4.524	1.722	1.439	39.152	1.284
1972	239	463	2.540	4.611	1.700	1.320	39.475	1.310
								1.252

Fonte: CERIS, Departamento de Estatística

VOCAÇÕES PARA A VIDA SACERDOTAL E RELIGIOSA (1960 – 1972)

ANO	CLERO SECULAR		CLERO RELIGIOSO		IRMÃOS NOVIÇOS		IRMÃS NOVIÇAS	
	Seminaristas Maiores	Seminaristas Menores	Seminaristas Maiores	Seminaristas Menores	Inst. Clericais.	Inst. Laicais	Vida Mista	Vida Cont.
1960	1.066	6.503	1.937	10.005	131	164	3.897	82
1961	1.802	7.983	...	180	3.897	82
1962	922	5.094	1.772	9.341	...	176	2.881	91
1963	841	4.427	1.875	9.584	81	142	3.353	93
1964	885	5.020	1.951	10.910	118	43	3.362	63
1965	642	4.363	1.923	11.421	119	92	3.252	76
1966	898	5.100	1.964	11.539	159	83	3.054	90
1967	932	5.458	1.700	11.149	105	65	2.816	107
1968	870	4.576	1.665	10.077	62	58	2.322	81

1969	1.525	9.220	40	85	1.663	55
1970	757	3.424	1.444	7.937	67	34	1.493	67
1971	820	2.239	1.292	6.970	32	27	1.167	66
1972	801	2.552	1.303	6.117	26	18	1.192	54

Fonte: CERIS, Departamento de Estatística, Rio de Janeiro, 31/01/1975

CAPÍTULO II: OS OBJETIVOS DA AÇÃO PASTORAL

Para o planejamento pastoral do período 1975 – 1978, a Assembléia Geral do Episcopado Brasileiro (Itaici, SP, novembro de 1974), resolveu manter o objetivo geral e os seis objetivos específicos formulados no “Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970”.

Transcrevemos deste documento a formulação dos objetivos, com algumas explicações que os acompanhavam, e acrescentaremos um novo comentário, procurando indicar como a compreensão desses objetivos foi-se aprofundando nos últimos anos.

1. Objetivo geral da ação da Igreja no “Plano de Pastoral de Conjunto”

Sintetizando as grandes perspectivas da *Lumen Gentium*, e em especial do capítulo primeiro, podemos afirmar que o objetivo geral de ação da Igreja é:

Levar todos os homens à plena comunhão de vida com o Pai e entre si, em Jesus Cristo, no dom do Espírito Santo, pela mediação visível da Igreja.

“O objetivo último de todo o mistério de salvação é esta comunhão de vida interpessoal dos homens em Cristo, e, por Cristo, com toda a Trindade. Esta relação interpessoal de amor é dom gratuito de Deus que tanto amou o mundo, que lhe deu seu Filho Unigênito (Jo 3,16)⁵, mas exige igualmente dos homens uma resposta livre e pessoal de amor”.

2. Objetivo geral desdobrado nos seus objetivos específicos

2.1. – “Este desígnio de salvação, Cristo o realiza e manifesta na comunidade visível da Igreja, de tal modo que a sociedade provida de órgãos hierárquicos e o Corpo Místico, a assembléia visível e a

comunidade espiritual... formam uma só realidade constituída de elementos divinos e humanos” (LG 8)⁶.

“Como primeiro objetivo específico, nossa ação pastoral visa renovar e dinamizar a Igreja no seu próprio ministério de comunidade, estreitando sua unidade visível”.

Mais exatamente, o primeiro objetivo foi assim formulado:

– Levar o Povo de Deus, reunido na Igreja Católica, a uma maior comunhão de vida em Cristo, através da realização sempre mais plena de sua unidade visível.

“Este objetivo requer a renovação de todos os membros do Povo de Deus para uma vida evangélica mais autêntica, para o melhor desempenho da missão a que foi chamado, para um aproveitamento mais pleno e comunitário dos carismas que lhes foram comunicados pelo Espírito Santo. Exige especialmente o pleno exercício do ministério hierárquico: do colégio episcopal, tendo o Papa como cabeça visível, da Conferência Episcopal, do bispo em sua diocese ou no desempenho da tarefa especial que lhe foi confiada, do presbitério unido a seu bispo.

Este objetivo requer ainda a renovação das diversas estruturas em que se realiza esta comunidade de Igreja: comunidade de base, a paróquia, a zona pastoral, a diocese, as regiões pastorais, a Conferência episcopal, o Conselho continental, a Igreja universal”.

2.2. – “Nossa segunda reflexão visa a renovar as atividades fundamentais da comunidade de Igreja e seus níveis de realização. A semelhança do organismo humano, a Igreja possui uma dinâmica permanente de crescimento extensivo. Aprofundando a unidade do todo, exerce atividades diversas em níveis diversos.

A atividade máxima e o nível supremo da realização da Igreja é o ministério eucarístico, que constitui a fonte e o ponto culminante de toda a sua vida. Em função da Eucaristia, e dela dimanando, desenvolve-se toda a vida sacramental e litúrgica, especialmente os sacramentos do Batismo e da Confirmação, que com ela constituem os sacramentos da iniciação cristã”.

Em função dos sacramentos e especialmente da Eucaristia, mas os precedendo e preparando, aprofundando e continuando, a Igreja proclama, explícita e interioriza em todos os seus membros o ministério da Palavra de

Deus, na pregação, na catequese, na comunicação da doutrina, para que a vida de fé, esperança e caridade, a vida no Espírito Santo, nele cresça e se intensifique.

Para aqueles que ainda não chegaram à fé e ao conhecimento de Cristo, e ainda não estão inseridos na comunidade visível, para aqueles que, embora batizados, vivem apenas uma fé implícita, a Igreja, pela Palavra e pelo testemunho de vida, desenvolve uma ação missionária, anuncia a mensagem que os leva à primeira conversão, a adesão pessoal a Cristo, à inserção consciente e participante na comunidade visível.

2.3. – “São essas as atividades básicas e os três níveis fundamentais de realização da Igreja. Não são três compartimentos estanques, mas três fases crescentes de um mesmo processo vital. Para aqueles que já vivem uma fé explícita e uma participação pessoal e efetiva na comunidade de Igreja, a ação pastoral desenvolverá o nível litúrgico e a explicitação e interiorização da Palavra de Deus. Para todos aqueles que ainda não chegaram à fé ou a vivem apenas implicitamente, será decisivo o desenvolvimento de uma ampla e intensa ação missionária”.

2.4. – “Baseados nessas reflexões, podemos situar o segundo, terceiro e quarto objetivos específicos de nossa ação pastoral assim enunciados:

2º – Levar os homens à primeira adesão pessoal a Cristo, através do anúncio missionário da Palavra e do testemunho de vida evangélica.

3º – Levar o Povo de Deus a uma maior comunhão de vida em Cristo, através da Palavra e do testemunho de vida evangélica, que iluminam e alimentam.

4º – Levar o Povo de Deus a uma maior comunhão de vida em Cristo, através do culto litúrgico integral e das celebrações da Palavra.

Anotamos nesta enumeração a ordem mais vital: o homem que se converte e adere a Cristo e inserido na comunidade visível da Igreja, nela aprofunda sua vida cristã, interiorizando a Palavra de Deus, e participa de sua realização máxima, que é a Eucaristia”.

2.5. – “Esta é a única Igreja de Cristo, que subsiste na Igreja católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos, em comunhão com ele. Hoje, porém, são numerosas as comunhões cristãs que se apresentam aos homens como legítima herança de Jesus Cristo. Todos se professam discípulos do Senhor, mas têm pareceres diversos e caminham por rumos

diferentes. Quase todos, porém, se bem que de modo diverso, aspiram a uma Igreja una e visível que seja verdadeiramente universal e enviada ao mundo inteiro.

Esta situação histórica levou o Concílio a imprimir em toda a ação da Igreja uma perspectiva ecumênica. Além de renovar a Igreja no seu ministério de comunidade, nas suas atividades básicas e nos seus três níveis de realização, a pastoral deve, pois, renová-la nas suas relações e no diálogo com os irmãos separados”. A ação ecumênica constitui o nosso quinto objetivo específico, que assim enunciamos :

5º – Levar o Povo de Deus a uma maior comunhão de vida em Cristo, através de uma autêntica ação ecumênica.

2.6. – “A Igreja não se identifica com a comunidade dos homens e sua história, mas nela vive e está presente. Esta sua presença no temporal e sua relação com a história dos homens faz parte do seu próprio mistério, embora nas diversas épocas e nos diversos lugares se expresse e concretize de maneira peculiar. O Vaticano II significou uma viva tomada de consciência, aprofundamento e explicitação deste aspecto do mistério da Igreja. A ação pastoral deve, pois, à luz do Concílio, repensar e renovar, em cada contexto humano, as relações da Igreja com a família humana e sua presença concreta na história dos homens. Este constitui nosso sexto objetivo que assim formulamos:

6º – Levar o Povo de Deus a uma maior comunhão de vida em Cristo, através de sua inserção como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus”⁷.

3. Para uma compreensão mais profunda dos objetivos pastorais

3.1. – Os objetivos do “PPC”, como vimos, estão fundamentados nos documentos do Concílio Vaticano II e, particularmente, na constituição sobre a Igreja, *Lumen Gentium*.

Após o Vaticano II, a renovação da Igreja, conduzida pelo Santo Padre, o Papa Paulo VI, e pelo episcopado mundial, com ampla participação de todas as comunidades católicas, levou a aprofundar os princípios doutrinários e a reconhecer melhor os caminhos e meios práticos da ação missionária e pastoral da Igreja.

É o que reconhece também o Episcopado Brasileiro, votando na XIV Assembléia Geral (Itaici, novembro de 1974), ao mesmo tempo, a

continuidade dos objetivos e das linhas de ação pastoral e a renovação das “justificativas” e das diretrizes concretas. Em outras palavras, a ação pastoral no Brasil se inspira na fidelidade aos princípios do Vaticano II e no dinamismo e progresso da própria atuação desses princípios.

Sem pretender sintetizar aqui dez anos, entre os mais fecundos na reflexão teológica e na criatividade pastoral, tanto para a Igreja universal como para nossas Igrejas locais, sugerimos algumas reflexões que ajudem a compreender e aprofundar melhor os objetivos da ação pastoral inspirados pelo Concílio, assim como agora se apresentam.

3.2. – Já o próprio Concílio havia completado a doutrina da *Lumen Gentium* com a constituição pastoral *Gaudium et Spes* e com vários decretos, que permitem explicitar de modo mais amplo a missão da Igreja.

Longe de conceber a Igreja como fechada em si mesma, o Vaticano II ressaltou ainda mais o caráter missionário da Igreja, sua relação com o mundo e a humanidade inteiro, dando pleno vigor à afirmação da *Lumen Gentium*, que na Igreja vê o “sacramento” ou o “sinal e instrumento” da unidade de todo o gênero humano.

A relação peculiar entre a Igreja e o mundo (cf. GS I., 12-22; c.IV, 40-45)⁸ faz que a Igreja não só leve ao mundo a contribuição insubstituível e única do anúncio do Evangelho e da salvação eterna, mas que também preste ao mundo sua colaboração para a promoção da dignidade humana e a solução de problemas terrenos (cf. GS 42 e 43)⁹, e de outro lado receba do mundo valores sociais e culturais (GS 44)¹⁰.

Contra possíveis dúvidas, o Sínodo dos Bispos de 1971 achou por bem reafirmar: “A ação pela justiça e a participação na transformação do mundo aparecem-nos claramente como uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho, que o mesmo é dizer, da missão da Igreja, em prol da redenção e da libertação do gênero humano de todas as situações opressivas” (Introdução ao Doc. do Sínodo de 1971).

Nesta mesma perspectiva, no Sínodo dos Bispos de 1974, encontraremos repetidas afirmações, assim resumidas nos documentos finais: “A ação evangelizadora da Igreja inclui necessariamente, como parte integrante, também a solidariedade e a colaboração com os homens que se esforçam por alcançar uma libertação plena e um desenvolvimento integral. Porque a Igreja é sinal de Cristo, deve realizar em toda situação sua obra de libertação... Deve cumprir sua missão profética, julgando a

sociedade humana e a si mesma, condenando o mal, as decisões perversas, as estruturas injustas. Deve ajudar a que mudem os corações dos homens e as condições de vida... Tarefa da Igreja não é só dar ajuda material para resolver os problemas e as dificuldades da miséria e da injustiça, mas dar uma inspiração cristã a toda a obra de progresso e de libertação. (...) É necessário que a obra do cristão seja sempre testemunho de sua fé e de seu amor para com Cristo... A questão não é entre evangelização e progresso, nem mesmo se um ou outro é mais importante. A Igreja considera ambas partes integrantes de sua missão total” (Síntese das intervenções, III, A. 4). “Experimentamos uma profunda unidade em reafirmar a íntima conexão entre a obra da evangelização e a libertação (plena)... A Igreja pode fazer muito para procurar a salvação integral, ou seja, a plena libertação dos homens” (Declaração final).

3.3. – Parece essencial, teologicamente, aprofundar o conceito de Igreja-sacramento. Se ela é sinal, e também instrumento da salvação de todos, não significa que a graça de Deus não possa agir fora das fronteiras da Igreja institucional e visível. Pelo contrário, a Igreja manifesta de modo mais consciente e mais pleno o que o Espírito de Deus suscita e prepara em toda a História dos homens. O Concílio Vaticano II já tinha ressaltado fortemente como todos estão, de algum modo, unidos ou ordenados ao Povo de Deus (cf. LG 13, § 4º)¹¹.

Também entre aqueles que não chegaram a um conhecimento expresso de Deus, a graça divina está agindo e oferecendo caminhos de salvação. “Tudo o que de bom e verdadeiro se encontra entre eles, a Igreja julga o como uma preparação evangélica dada por Aquele que ilumina todo homem, para que enfim tenha a vida” (LG 16)¹². Tanto mais entre os que praticam as diversas religiões da humanidade encontramos “sementes do Verbo” ou “lampejos da Verdade” (AG 11, § 2º; NA 2, § 2º; cf. LG 16)¹³. Nas religiões não-cristãs não mais devemos ver “rivals” ou “obstáculos” à obra da evangelização, mas a elas devemos prestar estima e até amizade (cf. **Discurso de Paulo VI, na abertura do Sínodo, 27/9/1974**)¹⁴. Ainda mais em relação aos cristãos separados, “que não guardam a unidade da comunhão sob o sucessor de Pedro”, o Concílio nos ensinou a ver o que nos une a eles mais do que aquilo que nos divide. Fizemos reconhecer “certa união verdadeira no Espírito Santo” que temos com eles; fez-nos praticar a fraternidade (cf. GS 92)¹⁵.

Este novo enfoque da ação da graça divina nos homens, retifica o nosso modo de conceber a Igreja e sua ação missionária e pastoral. Não se

trata de salvar algo que estava totalmente perdido, mas a fidelidade ao Espírito de Cristo, no diálogo e no respeito mútuo, no intercâmbio espiritual e na fraternidade.

3.4. – Nasce daí, sem dúvida, a maior atenção ao reconhecimento e à apreciação dos valores religiosos e culturais próprios de cada povo e dos diversos grupos sociais, o que, aliás, o próprio Concílio Vaticano II desejava, o Sínodo de 1974 enfatizou de modo particular, e nossa experiência pastoral sempre mais exige.

Em diversos continentes e países sente-se hoje a necessidade de maior “aculturação” do cristianismo. Já há tempo se exige, na América Latina, nova compreensão da cultura e da religiosidade do povo (cf. Doc. de Medellín, 1968, c.6)¹⁶. Esta “encarnação” mais profunda do catolicismo implica maior responsabilidade das Igrejas locais, sua crescente vitalidade, sem prejuízo da comunhão universal e do espírito de responsabilidade colegial que o Vaticano II avivou em toda a Igreja Católica.

A consciência de que a Igreja deve ser “sinal” para o mundo, aumentou sua preocupação para com a “imagem” que dela têm os homens de hoje. Como foi recordado no Sínodo de 1974, a “credibilidade da Igreja não se pode contentar com ser interior; deve ser também exterior”. Daí a necessidade de adotar os meios que podem levar a isso, mudando certos aspectos exteriores, que os cristãos ainda podem entender, mas que não falam mais aos homens de hoje, a muitos jovens.

3.5. – A Igreja é, ao mesmo tempo, santa e pecadora. Pede a Deus o dom da coerência, da simplicidade evangélica, da fidelidade plena e generosa a missão e ao exemplo de Jesus Cristo; mas reconhece também seus limites, suas falhas, suas fraquezas, e pede perdão. Seu testemunho assim é autêntico. Ela encontra, desse modo, o caminho do seu progresso, que é um caminho de conversão, de incessante “penitência e renovação” (cf. LG 8, § 3º; GS 43, § 6º)¹⁷.

Todas essas reflexões convergem numa só, particularmente importante em relação aos objetivos do planejamento e da ação pastoral.

A Igreja, nos últimos anos, nesse período de renovação e mudanças profundas, foi levada a reconhecer e a experimentar mais profundamente a interdependência e a unidade profunda de suas tarefas ou ações. Se em outra situação, mais estável, determinada por tradições e costumes seculares, era menos evidente a inter-relação entre os diversos aspectos da

ação pastoral ou entre as diversas atuações da Igreja, hoje é muito mais evidente a interdependência entre evangelização e “sacramentalização”, entre proclamação do Evangelho e ação pela justiça, entre edificação da comunidade cristã e atuação missionária entre vida “interna” da Igreja e sua significação para o mundo.

3.6. – Nem é possível, em certo sentido, distinguir-se rigidamente uma atividade “interna” (ad intra) e uma atividade “externa” (ad extra) da Igreja. Tudo o que se faz na Igreja tem valor de sinal para o mundo. Toda a existência da Igreja é evangelizadora, missionária. Como, de outro lado, toda atividade catequética, litúrgica ou comunitária da Igreja não se desenvolve fora do mundo, mas assumindo a realidade humana (antropológica, cultural), que já é trabalhada pela graça, embora também sempre ameaçada pelo pecado.

3.7. – A distinção de dois objetivos específicos da ação pastoral não tem, portanto, de modo algum, o sentido de separar linhas de ação que devem ser coordenadas e convergem num único objetivo. Essa distinção serve, antes, para descrever, de modo mais pormenorizado e completo, aspectos de uma ação complexa mas unitária.

Nasce daí uma regra que poderíamos chamar de “autenticidade” da ação pastoral. Uma linha de ação será autêntica, isto é, inserida no esforço comum da missão de Cristo e da Igreja, na medida em que não pretenda se separar ou isolar das outras linhas de ação. Uma unidade da Igreja fim em si mesma, que sentido teria? Uma evangelização só voltada para a transmissão de uma doutrina, mas esquecida da dimensão comunitária da vida cristã? Uma liturgia desligada da evangelização? Um empenho na construção do mundo sem perspectiva de fé ou, ao contrário, uma vivência religiosa que pretendesse voltar-se para Deus esquecendo a fraternidade e a justiça nesta terra? Tudo isto constituiria uma deformação da missão da Igreja e da existência cristã.

3.8. – Os diversos objetivos específicos evidenciam, como podemos procurar, o único objetivo geral de um modo adequado, completo, sem deformações ou falhas demasiadamente grandes. E quando a força das circunstâncias leva alguém – uma pessoa ou uma comunidade – a se empenhar especialmente numa linha de trabalho, em vista de um objetivo específico, a autenticidade do empenho o levará a estender e abranger gradualmente os outros aspectos essenciais da ação pastoral e da missão da Igreja. Diante de prioridades urgentes e de apelos imediatos, o planejamento tem por finalidade importante não só dispor do modo mais racional de nossos recursos e meios, mas também nos garantir contra

possíveis deformações dos objetivos de nossa pastoral e nos ajudar a edificar a Igreja de Cristo como Ele a quer: como aquela Humanidade adulta “que realiza a plenitude de Cristo”. “Vivendo segundo a verdade e na caridade, cresceremos de todas as maneiras para Aquele que é a Cabeça, o Cristo, cujo corpo recebe coesão e concórdia pelas articulações de muitos membros, realizando seu próprio crescimento e edificando-se no amor” (Ef 4,15-16)¹⁸.

CAPÍTULO III: LINHAS FUNDAMENTAIS DE TRABALHO

A partir dos seis objetivos específicos já estabelecidos, são aqui propostas seis “linhas de trabalho”, cada uma correspondente a um dos objetivos

Para cada “linha” são fornecidas:

- uma “justificativa”, ou seja, a indicação de elementos que fundamentam e orientam o trabalho;
- algumas sugestões de atividades, que poderão ser integradas em “projetos” de programas ou planos de trabalho pastoral dos diversos níveis (diocesano, regional, nacional).

LINHA 1: UNIDADE VISÍVEL

Promover vida a comunitária da Igreja e sua unidade visível, para que seja sempre mais sacramento da unidade de todos os homens.

1. O mistério da caridade

Cristo rezou: “*Eu te peço, ó Pai... que todos sejam um – como tu estás em mim e eu estou em ti – para que o mundo creia...*” (Jo 17,20-21)¹⁹. De modo semelhante, o Apóstolo pede: “*esforçai-vos por conservar a unidade do espírito no vínculo da paz. Há um só corpo e um só espírito, uma só vocação a esperança... Há um só Senhor, uma só fé, um só batismo. Há um só Deus e Pai de todos, que está acima de todos, por todos e em todos*” (Ef 4,3-6)²⁰.

A unidade da Igreja, cujo fundamento é a unidade de Deus, sinal de esperança da unidade de todos os homens, é dom da graça, mas exige o empenho dos cristãos. É algo que deve ser continuamente edificado sobre

o fundamento estabelecido uma vez para sempre (cf. Ef 2,20; 1Cor 3,10ss)²¹.

As linhas diretrizes desse trabalho de edificação têm como alicerces:

- a) a concepção da unidade própria da Igreja;
- b) a articulação concreta da Igreja no mundo;
- c) o papel dos diversos membros da Igreja.

1.1. – É a partir de sua realização escatológica, quando os eleitos serão o Povo de Deus (Ap 21,3)²² e Deus será tudo em todos (1Cor 15,28)²³, que se esclarece plenamente o mistério de unidade da Igreja.

Sendo a Igreja este povo reunido por Deus, é Ele que lhe comunica a unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo (cf. Cipriano, De Orat. Dom. 23).

É pelo Espírito Santo, enviado permanentemente pelo Cristo glorioso para a santificação dos fiéis (cf. LG 2; 4)²⁴, que Deus congrega o seu povo. “Deus enviou o Espírito de seu Filho, Senhor e Fonte de vida que congrega toda a Igreja, cada um e todos os crentes; é ele o princípio da unidade na doutrina dos Apóstolos, na comunhão (fraterna), na fração do pão e nas orações” (LG 13, § 1º)²⁵.

1.2. – A unidade de Deus não é uniformidade. Deus, no mistério da Santíssima Trindade, é comunhão das três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo.

Analogamente, a unidade dos cristãos é unidade de pessoas diversas “na verdade e no amor” (cf. UR 2 § 5)²⁶. “Resguardando a unidade nas coisas necessárias, todos na Igreja, segundo o múnus dado a cada um, conservem a devida liberdade, tanto nas várias formas de vida espiritual e de disciplina, quanto na diversidade de ritos litúrgicos, e até mesmo na elaboração teológica da verdade revelada. Mas em tudo cultivem a caridade” (UR 4, § 7)²⁷.

A unidade da Igreja é a expressão da multiplicidade dos dons daquele “que sopra onde quer” (Jo 3,8; cf. LG 4)²⁸. A Igreja universal se enriquece pela diversidade de tradições, ritos e costumes das diversas Igrejas particulares (cf. OE 5; SC 38)²⁹ e pelo patrimônio espiritual e cultural dos

diversos povos (LG 13, § 3)³⁰. Toda Igreja local se desenvolve pela diversidade de seus membros, pela variedade das funções que desempenham, pela multiplicidade de dons e carismas que recebem e colocam no serviço da comunidade (cf. AA 3, § 4; LG 12, § 2; 13, § 3)³¹.

O Apóstolo Paulo apresentou uma imagem exata dessa unidade orgânica da Igreja, comparando-a com o corpo que Deus dispôs de tal modo que não haja divisão, mas que os membros tenham o mesmo cuidado uns para com os outros. “Se um membro sofre, todos padecem com ele; se um membro é honrado, todos se regozijam com ele...” (1 Cor 12,24-26)³².

A unidade da Igreja não exclui a diversidade ou o legítimo pluralismo; pelo contrário, com ele se enriquece. Mais exatamente: só a diversidade pode constituir o fundamento daquela unidade orgânica que é própria da Igreja. Se isto foi esquecido por algum tempo e se agora uma situação histórica manifesta mais claramente o pluralismo (cf. Documento CEP/CNBB “Unidade e Pluralismo na Igreja” 29.2.1972, n.20-22), devemos acolher esse fato com serenidade e perceber nele a ocasião de melhor testemunhar a unidade e a catolicidade da Igreja.

1.3. – A unidade externa, visível da Igreja, é sinal de sua unidade interior e profunda. Esta é fundamento daquela. Seria vão buscar uma unidade externa aparente, que não fosse realmente fundada sobre o Cristo, como não tem valor de salvação a adesão à Igreja daquele que lhe pertence “com o corpo” mas não “com o coração” (cf. LG 14)³³.

Deus por seu Filho, no Espírito, une para si na Igreja um povo pela Fé e pelo Evangelho, pelos sacramentos e pela Eucaristia, pelo Serviço Apostólico e pelos Carismas.

A fé é o princípio primeiro de existência e de unidade da Igreja.

Mediante o Evangelho e a Eucaristia, (cf. CD 11)³⁴, por meio da Palavra de Deus e dos sacramentos, o Espírito Santo reúne o Povo de Deus. Em outras palavras, a unidade da Igreja – cujo princípio está na própria ação do Espírito – constrói-se concretamente ao redor da palavra de Cristo, o Evangelho, e dos sinais eficazes de sua graça, os sacramentos, especialmente a Eucaristia.

Pelo Serviço Apostólico, ou o que dele se deriva, ao qual está especialmente confiado o ministério da Palavra e dos Sacramentos, se

promove a comunhão na caridade dos fiéis. “O Romano Pontífice, como sucessor de Pedro, é o perpétuo e visível princípio e fundamento da unidade, quer dos Bispos quer da multidão dos fiéis. E os Bispos individualmente são o visível princípio e fundamento da unidade em suas Igrejas particulares, formadas a imagem da Igreja universal, nas quais e pelas quais subsiste a Igreja católica una e única” (LG 23)³⁵. Mas, Deus reúne seu povo e constrói a Igreja de seu Filho, também, por todos os dons e serviços que o Espírito suscita na comunidade cristã.

1.4. – A unidade da Igreja, que o Espírito Santo realiza pela Palavra, pelos sacramentos e pelos ministérios, não é fim em si mesma. Tem por finalidade suscitar a fé em Cristo, alimentar e promover a esperança da unidade e da paz entre todos os homens. “Todos os homens são chamados a esta católica unidade do povo de Deus, que prefigura e promove a paz universal. A ela pertencem ou são ordenados de modos diversos quer os fiéis católicos, quer os outros crentes em Cristo, quer enfim todos os homens em geral, chamados à salvação pela graça de Deus” (LG 13, § 4)³⁶.

O Concílio Vaticano II sublinhou fortemente, em diversos documentos, essa missão da Igreja: ser sacramento, isto é, sinal e instrumento da unidade de todo o gênero humano (LG 1; SC 2; UR 2; NA 1)³⁷. “Promover a unidade e a caridade entre os homens é seu dever...” (NA 1)³⁸.

Para ser sinal, a Igreja cuidará que seu testemunho seja entendido pelos homens de sua época. Procurará discernir nos acontecimentos, nas exigências e nas aspirações de nossos tempos, quais sejam os sinais verdadeiros que podem revelar aos homens o plano divino e os caminhos de sua plena realização (cf. GS 11, § 1)³⁹. Procurará, por exemplo, “a caridade fraterna dos fiéis, que colaboram unânimes para a fé do Evangelho e se apresentam como um sinal da unidade” (GS 21, § 5)⁴⁰.

Para ser sinal de unidade para todos os homens, a Igreja empenhar-se-á também, de modo especial, na reconstrução da unidade entre os cristãos e do diálogo entre as religiões (cf. UR, NA e a linha 5 do Plano de Pastoral).

2. Articulação da Igreja no mundo

2.1. – A Una, Santa, Católica e Apostólica Igreja se manifesta, no mundo, através das Igrejas particulares ou locais (cf. LG 13, § 3; OE 2; CD 11)⁴¹. No presente texto as expressões “Igreja Particular” e “Igreja Local” são equivalentes: indicam uma porção do Povo de Deus tendo à frente um bispo. Assim ela se torna presente em diversas situações históricas, geográficas e culturais. Por isso a Igreja particular ou local pode ser dita “a principal manifestação da Igreja” (cf. SC 41)⁴² e deve possuir legítima autonomia, quer dizer, ser dotada de todos os meios necessários para conservar sua identidade na ordem da fé, dos sacramentos e dos serviços hierárquicos, para que possa cumprir sua missão.

2.2. – Para que na Igreja local, extensão territorial e populacionalmente, seja visível o mistério de comunhão, é necessário que se estruture em comunidades menores, sempre vinculadas ao ministério apostólico, quais sejam: a paróquia e as comunidades de base. Particularmente as paróquias confiadas a um pastor local, que as governa, fazendo as vezes do bispo, “representam de algum modo a Igreja visível estabelecida por toda a terra” (cf. SC, 42)⁴³.

Comunidades menores, enquanto se esforçam para permanecer em comunhão com a Igreja local e seus pastores, representam também uma genuína manifestação da Igreja, pois “onde dois ou três estão congregados em meu nome, aí estou eu no meio deles”, diz o Senhor (Mt 18,20).

Um dos principais desafios da ação pastoral no Brasil é, certamente, a multiplicação das “comunidades de base”, que possam responder ao anseio do povo para uma vida plenamente eclesial, alimentada pela palavra de Deus e os sacramentos, especialmente a Eucaristia.

Essas comunidades assumirão dimensões e formas tais que permitam uma vida realmente comunitária, fraternal, que as torne “sinal de comunhão e de unidade” em seu meio (cf. AA 18, § 2 e 3)⁴⁴. Elas são chamadas a constituir, nos diversos lugares e ambientes, “comunidades de amor” e “comunidades de fé”: “É no amor que tiverdes uns pelos outros que vos reconhecerão por meus discípulos” (Jo 13,35)⁴⁵.

2.3. – A Igreja Particular ou local manifesta plenamente a Igreja de Cristo não somente criando, no seu âmbito, formas de vida comunitária e testemunhos de fé e fraternidade, mas também através do exercício ativo de sua comunhão com as Igrejas-Irmãs e especialmente com a Igreja de Roma, centro e princípio da comunhão católica.

O estreitamento das relações com o Santo Padre, a solicitude para com as necessidades da Igreja universal, a cooperação entre Igrejas particulares, o exercício colegial das responsabilidades pastorais especialmente em nível nacional e regional, através da organização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), são não somente modos de atender mais eficazmente à missão comum, mas também um sinal indispensável de unidade e fraternidade perante o mundo.

Até mesmo as possíveis divergências entre Igrejas locais, ou seus pastores, podem ser ocasião para um testemunho profundamente eficaz de compreensão e caridade, quando a solução do conflito é procurada em espírito de diálogo e de comunhão (cf. “Unidade e Pluralismo na Igreja”, ns. 33-34)⁴⁶.

3. Os diversos membros da Igreja

3.1. – Por instituição divina, a Igreja é estruturada e regida com admirável variedade (LG 32, § 1)⁴⁷. “Pois, como em um só corpo temos muitos membros, mas todos os membros não têm a mesma função, assim nós, embora sejamos muitos, somos um só corpo em Cristo, e cada um de nós somos membros uns dos outros” (Rm 12,4-5)⁴⁸.

Em virtude dessa estrutura, os membros da Igreja têm uma responsabilidade comum e tarefas específicas. Comum é a dignidade dos membros. Comum é a graça. Comum é a vocação à perfeição. Há pois na Igreja “igualdade quanto à dignidade e à ação comum” entre todos os fiéis (cf. LG 32, § 3)⁴⁹.

3.2. – Esta corresponsabilidade de todos pela missão da Igreja deve-se traduzir não somente pela fraternidade e serviço mútuo, mas também pela participação nas decisões que interessam a todo o corpo da Igreja.

As estruturas eclesiais de corresponsabilidade e de co-participação assumiram formas diversas no decorrer da história. Em nosso tempo, o Concílio Vaticano II, as disposições da Santa Sé e a experiência pastoral instituíram várias formas concretas de participação de todos os fiéis – diretamente ou através de representantes – na elaboração das decisões que afetam a vida pastoral e comunitária (Conselhos Pastorais, Assembléias, “sínodos” locais etc.).

Tais instituições, bem como os órgãos de coordenação da ação pastoral e os que facilitam o exercício colegial dos ministérios, em diversos níveis, devem ser mantidos e desenvolvidos, sempre visando a maior participação de todos na ação comum.

3.3. – No exercício da responsabilidade comum e na edificação da obra comum, cada um dará a contribuição específica conforme os dons que recebeu e as funções que lhe foram confiadas.

Todo cristão tem um papel próprio e insubstituível a realizar para o crescimento do corpo de Cristo, pois a vida cristã é, por sua natureza, serviço (cf. Mt 20,26-27; 23,11; Mc 9,35; 10,43; Lc 22,26)⁵⁰.

“Os *leigos* são especialmente chamados para tornarem a Igreja presente e operosa naqueles lugares e circunstâncias onde apenas através deles ela pode chegar como sal da terra” (LG 33, § 2)⁵¹. “Cristo, o grande Profeta que proclamou o Reino do Pai, quer pelo testemunho da vida, quer pela força da palavra, continuamente exerce sua missão... não só através da hierarquia que ensina em seu nome e com seu poder, mas também através dos leigos... Constituiu-os testemunhas e os ornou com o senso da fé e a graça da palavra, para que brilhe a força do Evangelho na vida cotidiana, familiar e social” (LG 35, § 1)⁵². “São chamados por Deus, para que... guiados pelo espírito evangélico, a modo do fermento, de dentro, contribuam para a santificação do mundo” (LG 31)⁵³. E, como os problemas transcendem as forças de cada um, também para os leigos vale a necessidade da conjunção de esforços e da inserção na “pastoral de conjunto” (cf. AA 18)⁵⁴.

3.4. – A vocação batismal do cristão é reassumida hoje na Igreja, em sentido mais radical, por aqueles que, sem abandonar a secularidade de vida peculiar aos leigos, assumem o compromisso de consagração, seja em institutos seculares seja de outra maneira dentro das Igrejas Particulares. Tal carisma confere a esses cristãos uma possibilidade rica e fecunda de disponibilidade maior para a construção do Reino, na sociedade moderna.

3.5. – Os *religiosos* também são chamados a uma função apostólica peculiar na Igreja. Por sua natureza, a vida religiosa tende a expressar o que a Igreja é enquanto Igreja: novidade escatológica. A totalidade do que a Igreja é em todos os seus membros deve tornar-se mais nitidamente consciente naqueles que, na alegria da fé, se entregam sem restrições à vocação cristã. O que todos são torna-se mais evidente nos religiosos.

Assim, a vida religiosa é importante para a Igreja toda. O mesmo Espírito que dá este carisma e eleva à entrega radical ao Amor divino, suscita também as diversas formas concretas de solidariedade com o mundo a salvar. A Igreja não só não deve “apagar o Espírito” (1Ts 5,19)⁵⁵, mas deve dar lugar aos diversos carismas. Os religiosos, por sua parte, devem colocar seus carismas ao serviço da Igreja, especialmente da Igreja local, para o “maior proveito possível de todos” (1Cor 12,7)⁵⁶.

3.6. – Entre os diversos ministérios, sobressai o *ministério hierárquico*, por ser mais decisivo para a estruturação da Igreja. O *bispo*, sucessor dos Apóstolos, tem a missão e o poder de promover a unidade de sua Igreja Particular, de vinculá-la a outras Igrejas Particulares e de representá-la na comunhão da Igreja Universal. De modo semelhante, os *presbíteros*, postos para dirigirem as comunidades locais, são nelas sinal de unidade e animadores daquela vida de fraternidade e de fé que alimentam pela Palavra e pela Eucaristia. Em união com o ministério ordenado, muitos outros ministérios – para o serviço da comunidade cristã e do mundo – são suscitados pelo Espírito. Por eles os cristãos participam ativamente na edificação da Igreja e se edificam mutuamente. E o ministério ordenado, não sobrecarregado de outras funções, é ressaltado e valorizado em seu papel próprio e insubstituível.

3.7. – A unidade da Igreja é uma unidade que deve ser construída permanentemente. Também ela é exposta à desunião e ao pecado. Devemos saber superar, no amor, nossas fraquezas e nossas divisões.

Haverá “certos aspectos humanos e deploráveis da Igreja” a corrigir. Mas não devemos chegar à atitude de alguns que “se arrogam esta função com tanta arbitrariedade e radicalismo que – talvez sem o perceberem – ofendem e até quebram aquela comunhão, não só institucional, mas espiritual, à qual – no fundo – querem ficar ligados. Eles chegam a cortar o ramo, separando-o do fluxo vital da planta que o sustentava ...” (Paulo VI, 28.11.1973).

Devemos amar a Igreja concreta, em cada lugar, em cada paróquia, em cada diocese. A unidade, na humildade e no amor, é a primeira forma de testemunhar nossa fé no mistério da Igreja, que nos ultrapassa, porque é o próprio Senhor glorioso. Só pelo testemunho que empenha todo o nosso ser podemos atestá-lo, “para que o mundo creia”.

A unidade da Igreja, sinal da unidade de todos os homens é um bem que devemos pedir na oração, pela intercessão da Mãe de Deus, “para que

interceda junto a seu Filho até que todas as famílias dos povos, tanto as que estão ornadas com o nome de Cristão, como as que ainda ignoram seu Salvador, sejam felizmente reunidas na paz e concórdia, no único Povo de Deus, para a glória da Santíssima e indivisa Trindade” (LG 69)⁵⁷.

Atividades propostas

A) SETOR: ESTRUTURA DE IGREJA

1. Incentivar a renovação das estruturas eclesiais diocesanas, paroquiais, e de base para que sejam realmente comunitárias.
2. Criar clima de diálogo e participação entre os membros da Igreja em todos os níveis e em todas as estruturas.
3. Promover intensa comunicação (contatos pessoais, encontros, boletins etc.) entre as pessoas em cada nível de Igreja, e entre os vários níveis.
4. Intensificar a criação e animação dos organismos de corresponsabilidade em todos os níveis.
5. Incentivar todas as iniciativas que dentro da estrutura paroquial visem criar condições para uma pastoral mais comunitária, corresponsável e participada.
6. Suscitar e apoiar processos pastorais que visem a criação de comunidades eclesiais na base, seja a partir das paróquias, e através de grupos na zona urbana, seja a partir das capelas nas zonas rurais.
7. Promover, ao nível da Igreja particular, um constante esforço de reflexão a partir da realidade, em busca de uma pastoral que expresse a fisionomia original de cada Igreja e seja uma resposta aos desafios do mundo em que está inserida.
8. Promover em todos os níveis o processo de planejamento pastoral.
9. Dinamizar as coordenações de pastoral e os serviços e assessorais ao nível zonal (vicariatos, comarcas etc.), diocesano, regional e nacional.
10. Promover a capacitação de coordenadores diocesanos de pastoral.

11. Dinamizar e atualizar o sistema de bens eclesiais, dentro de um profundo sentido pastoral, e criar meios para a ação pastoral em todos os níveis.

12. Racionalizar a administração diocesana e criar o conselho administrativo de forma a poder caminhar progressivamente para um orçamento e programa que possibilitem reais planos de pastoral.

13. Incentivar, ao nível diocesano, paroquial e de base, o processo de substituição do sistema de taxas pelo sistema do dízimo como contribuição sistemática e periódica, através do qual cada comunidade assume corresponsavelmente sua sustentação.

14. Promover a corresponsabilidade entre as Igrejas ao nível regional e nacional, através da ajuda concreta, troca de serviços pastorais, apoio e solidariedade real frente às dificuldades.

15. Promover uma sempre mais crescente representatividade das Igrejas particulares nas assembleias regionais e nacionais da CNBB, sobretudo através da participação do presbitério e lideranças dos membros da Igreja junto ao bispo diocesano na preparação das assembleias e posterior discussão e estudo de seus resultados e conclusões.

16. Refletir, ao nível regional, aprofundar e assumir o sentido e as condições de uma real representatividade do regional nas várias promoções do nacional e sobretudo nas reuniões da Comissão Nacional de Pastoral e da Comissão Representativa.

B) SETOR: MINISTÉRIOS HIERÁRQUICOS

1. Promover a vivência do ministério hierárquico como animador e promotor da unidade eclesial em todos os níveis.

2. Promover a unidade e a corresponsabilidade hierárquica ao nível da Igreja particular através do presbitério e do Conselho de Presbíteros, e ao nível regional e nacional através do clero.

3. Criar condições para uma sempre maior atualização dos ministros hierárquicos, através de cursos para bispos e presbíteros, em nível diocesano, regional e nacional.

4. Criar condições de apoio para a vida comunitária e trabalho em equipe, entre os ministros hierárquicos, seja ao nível da Igreja particular, seja ao nível regional e nacional para aqueles bispos e presbíteros que prestam serviço nos organismos regionais e nacionais da CNBB.

5. Prosseguir na reflexão, em todos os níveis, sobre as condições, dificuldades e perspectivas do exercício do ministério hierárquico na Igreja e no mundo de hoje.

6. Aprofundar a reflexão e a busca de uma verdadeira espiritualidade pastoral apropriada aos ministros hierárquicos, sobretudo através de estudos dos presbíteros diocesanos e comissões regionais e nacionais do clero.

7. Promover, em todos os níveis, oportunidades e instrumental de animação espiritual para bispos e presbíteros (retiros, dias de espiritualidade, publicações etc.).

8. Quanto ao ministério diaconal, desde que o problema do diaconato permanente cede lugar diante da importância da diversificação dos ministérios, sua progressiva configuração e implantação tem melhores condições de visualização a partir da problemática geral dos ministérios.

C) SETOR: PASTORAL VOCACIONAL

1. Encontrar soluções para o problema vocacional respeitando as características específicas e a originalidade da Igreja local, isto é, verificar até onde o pluralismo dos ambientes (rural, urbano etc.) influenciam decisivamente na sua configuração como comunidade de salvação inserida em determinado contexto.

2. Caracterizar melhor os agentes de pastoral liberados para maior e criatividade na promoção vocacional.

3. Assessoria para criação de Centros Vocacionais (nível regional, diocesano).

4. Conhecimento e análise crítica das experiências de encontros, informais ou não, entre aqueles que pensam seriamente numa definição vocacional mais específica.

D) SETOR: FORMAÇÃO

1. Levando em conta as tendências na formação (aperfeiçoamento das atuais instituições e busca de novas formas), conhecer mais detalhadamente tais experiências (problemática formativa; pontos positivos, negativos e perspectivas).

2. Breves encontros de formadores (levando em conta as várias tendências) e preparar uma avaliação da “Ratio” adaptada à situação brasileira.

3. Conhecimento e acompanhamento mais sistemático da experiência de formação de presbíteros, adaptada a determinados ambientes (p. ex. rural etc.).

4. Como analisar e programar iniciativas que prevejam a íntima dependência da ação evangelizadora da Igreja nos próximos anos sob o impacto de profundas transformações, e o surgimento de novos ministérios e vocações específicas (ministérios, presbíteros, vida religiosa).

5. Dado de realidade: é cada vez mais nítida a consciência dos responsáveis formadores, quanto à necessidade de que os futuros presbíteros se formem dentro de uma perspectiva das necessidades das Igrejas Particulares. Necessária diversificação da formação para atender a estas necessidades.

6. De que maneira a dimensão e as opções pastorais prioritárias influenciarão nas atuais instituições de formação dos presbíteros.

Obs.: Levar em consideração o necessário equilíbrio entre formação intelectual, profissional e pastoral.

7. Intensificar o conhecimento e estímulo de experiências de formação de vocacionados na sua própria base eclesial.

E) SETOR: NOVOS MINISTÉRIOS

1. Levar em consideração um melhor conhecimento das experiências de estímulo e formação dos novos ministérios, tanto os ligados ao culto como os ligados a outras dimensões da comunidade cristã.

2. Levar em consideração a seguinte perspectiva da realidade: os novos ministérios surgem, aperfeiçoam-se formam-se e são autenticados lá onde é intensa a participação do laicato e desenvolvida a ação missionária da comunidade eclesial (Igreja voltada para novas situações, desafio à sua ação evangelizadora).

3. Visitas mais detalhadas e tecnicamente conduzidas às experiências. Análise das questões e tensões eventualmente surgidas, encaminhamento de pistas de solução.

4. Isto para que a figura dos ministros diversificados apresente-se, cada vez mais, identificada à experiência de Povo de Deus, e não seja uma casta isolada.

5. Reflexão mais esclarecedora do que seja Ministério (nível teológico-pastoral):

- O que é ministério.
- Diferença do ministério ordenado e o sacerdócio comum dos fiéis.
- A escolha dos ministros e o reconhecimento dos carismas.
- A participação da comunidade na escolha e formação dos diferentes ministérios.

F) SETOR: RELIGIOSOS

1. Incentivar e sustentar a renovação da Vida Religiosa pedida pelo Vaticano II e Medellín, baseando-a na sua fonte evangélica e no aprofundamento do carisma próprio dos Institutos Religiosos e nos apelos da realidade local.

2. Alimentar nos Religiosos e Religiosas dois pólos fundamentais de renovação: a experiência de Deus e o espírito de discernimento, individual e comunitário, como elementos imprescindíveis a uma conversão que leve a uma vida religiosa mais coerente e exigente.

3. Fomentar nos Religiosos e Religiosas simultaneamente a inserção ambiental e a vivência da dimensão transcendental, através da oração, da pobreza, justiça e consciência da disponibilidade.

4. Fomentar nos Religiosos e Religiosas o espírito missionário e a dimensão de gratuidade.

5. Fazer com que as estruturas da Vida Religiosa sejam flexíveis de modo a estimular a criatividade dos membros, e principalmente a comunhão recíproca na experiência de Deus.
6. Levar os Religiosos a manifestarem sua comunhão não tanto numa uniformidade de costumes (horários, estilo de vida), mas numa complementaridade de carismas, trabalhos e vivência.
7. Levar os Religiosos a passarem de estruturas de isolamento a uma atitude de inserção, não para se diluírem, mas para serem fermento do Evangelho no mundo.
8. Que cada comunidade tenha como objetivo prioritário ser um centro de comunhão e irradiação espiritual e apostólica na Igreja local.
9. Levar os Religiosos (os Religiosos presbíteros principalmente), a tomarem consciência explícita de sua vocação religiosa e das exigências de pertencer a um Instituto Religioso, como sendo o caminho escolhido para serem fiéis ao Evangelho.
10. Trabalhar para uma melhor redistribuição geográfica dos Religiosos, estudando os critérios mais evangélicos de prioridade.
11. Levar os Religiosos a julgar suas obras próprias em função do bem prioritário da Igreja e da comunidade local.
12. Incentivar a integração das obras dos Institutos Religiosos na Pastoral orgânica.
13. Apoiar, de modo especial, o aspecto contemplativo da Vida Religiosa e incentivar o surgimento de novas expressões da mesma.
14. Dar condições às Religiosas para que se dediquem à orientação de retiros para as diversas faixas do Povo de Deus.
15. Levar as Religiosas a terem o devido preparo, e dar-lhes condições para serem co-responsáveis na Pastoral, participando em igualdade, do processo de planejamento e de decisão.
16. Levar os Religiosos e Religiosas nas atividades pastorais a trabalharem em equipes integradas com padres diocesanos e leigos, visando a complementariedade dos carismas, trabalhando pela unidade.

17. Fazer com que os Religiosos estejam atentos aos desejos de seus irmãos, sabendo deixar-se questionar por eles.

18. Levantamentos:

18.1. – Atualizar a localização e os dados numéricos sobre entradas, saídas e falecimentos nas Províncias religiosas.

18.2. – Incentivar os Programas de levantamento da realidade das Congregações religiosas.

18.3. – Continuar a sondagem sobre *novas formas* de Vida Religiosa.

18.4. – Atualizar o levantamento sobre a formação dada na Congregação.

19. Reflexão:

19.1. – Fomentar, em nível nacional e regional, encontros inter-congregacionais de reflexão sobre a teologia da Vida Religiosa, com periodicidade regular; e em nível diocesano e setorial fomentar encontros inter-congregacionais de oração e reflexão, e estes mesmos encontros com Padres diocesanos e leigos.

20. Formação:

20.1. – Consolidar em nível regional os noviciados e junioratos inter-congregacionais, com direta participação dos respectivos formadores.

20.2. – Proporcionar cursos de formação continuada, tanto de ordem espiritual como de ordem técnica, por setores ou cargos.

20.3. – Assessorar, de modo especial, os Mosteiros contemplativos femininos e as Pequenas Comunidades, tanto as inseridas na Pastoral direta, como as profissionalizadas.

21. Coordenação:

21.1. – Constituir ou consolidar equipes de animação da Vida Religiosa e de coordenação das atividades inter-congregacionais, em todos os níveis – nacional, regional, diocesano e setorial.

21.2. – Incentivar o aproveitamento de subsídios já existentes e a criação de novos, para o aprofundamento e atualização da Vida Religiosa, especialmente a partir de revistas, publicações em geral e gravações.

21.3. – Incentivar o intercâmbio entre as equipes de coordenação segundo os diferentes níveis e entre a coordenação nacional e os organismos internacionais de Igreja.

G) SETOR: INSTITUTOS SECULARES E NOVAS FORMAS DE VIDA CONSAGRADA NO MUNDO

1. Conhecer, ao nível da Igreja Particular, os Institutos Seculares e os grupos de pessoas que vivem a consagração no mundo.

2. Promover o entrosamento e intercâmbio entre os Institutos em vários grupos.

3. Promover a reflexão sobre essa vocação específica e sua integração na Pastoral da Igreja Particular.

H) SETOR: LEIGOS

1. Leigos em geral

1.1. – Desenvolver as duas linhas de ação, que são, ao mesmo tempo, provocadoras e frutos de um engajamento maior dos leigos na vida da Igreja:

a) corresponsabilidade

- na Igreja
- na sua missão

b) participação

- na vida (culto, governo) e ação da Igreja.

1.2. – Incentivar a criação dos organismos de corresponsabilidade e participação

– Conselhos:

– Analisando, nos que já existem, os frutos, as dificuldades etc.

– Observando e incentivando a participação de todas as categorias: jovens, casais, meios e classes.

2. Movimentos de Leigos

2.1. – Deixá-los viver e crescer; incentivar, através de encontros e participação em suas realizações e atividades, um aprofundamento e um assumir, em nível de Igreja, de seus objetivos específicos (carismas).

2.2. – Ver como grupos organizadores podem assumir e responder às necessidades das Igrejas locais e das comunidades, emergentes atualmente. Isto para não se prender somente aos movimentos e associações atualmente existentes.

2.3. – Canalizar os carismas dos movimentos de leigos para uma pastoral orgânica, fazendo-os participar das coordenações de pastoral, diocesanas e regionais.

2.4. – Respeitar a autonomia reconhecida aos leigos no assumir posições como Igreja dentro da sociedade.

2.5. – Criar um ambiente de diálogo para evitar rupturas na unidade e na comunhão. Para isso, incentivar os organismos de coordenação dos movimentos de leigos, em todos os níveis, que poderão ser os porta-vozes dos mesmos junto aos bispos.

2.6. – Refletir sobre a ação evangelizadora ambiental a partir dos movimentos de Igreja e mesmo não confessionais existentes, respeitando suas características (p. ex., sobre pastoral familiar: os movimentos familiares e outras instituições que se dedicam à família; sobre meio operário etc.).

2.7. – Promover encontros entre as Associações de Leigos (mais de ordem da espiritualidade do que da ação), segundo suas afinidades, para aprofundar sobre o sentido de sua ação pastoral.

2.8. – Promover momentos de reflexão e questionamento da Pastoral de Juventude, para analisar:

- sua pedagogia e conteúdo
- sua dinâmica
- sua inserção na pastoral orgânica
- sua ligação com a pastoral vocacional.

Isto sobretudo em nível regional, inicialmente. Portanto, também incentivar as coordenações regionais de juventude. Este trabalho deve ser feito juntamente com o setor catequese e ação missionária.

2.9. – Atualizar constantemente, através do CERIS, os dados sobre os movimentos de leigos, sobretudo para conhecer e acompanhar os mais regionais. Alguns ainda são desconhecidos da CNBB.

2.10. – Procurar acompanhar os grupos de leigos, descomprometidos, mas que se dizem da Igreja, os grupos de reflexão, sobretudo os mais caracterizados segundo a profissão liberal, ou segundo faixas etárias. Também continuar acompanhando o movimento de renovação carismática.

3. Quanto à Ação dos Movimentos

3.1. – Respeitar as associações de leigos, enquanto agentes do evangelização na comunidade humana; tentar enquanto possível, ligá-los aos projetos da linha seis e da pastoral especial.

3.2. – Promover reuniões ou contatos para sentir suas aspirações, e para questioná-los quanto à sua ligação com a Igreja.

3.3. – Organizar grupos de reflexão especializados, que poderão assessorar a CNBB, segundo suas características de meio, culturais e sociais, p. ex. equipes de pastoral familiar, operária, meios de comunicação, de promoção social etc.

3.4. – Incentivar e apoiar a organização do já decidido Conselho Nacional de Leigos, mantendo um relacionamento constante; eventualmente o assessor de leigos poderá ser seu assistente.

3.5. – Esclarecer a função do assistente eclesialístico nos movimentos, e as modalidades de escolha.

3.6. – Continuar e atualizar a edição do boletim de comunicação entre os movimentos de leigos e com as coordenações diocesanas de pastoral.

3.7. – Utilizar, para o planejamento pastoral, as colaborações dos movimentos que, estando encarnados em seus meios, mais facilmente podem detectar os sinais do Evangelho lá presentes.

LINHAS 2-3. EVANGELIZAÇÃO AÇÃO MISSIONÁRIA

L. 2. “Promover a educação da fé”.

L.3. “Promover a evangelização através da ação missionária e em setores especiais de pastoral”.

1. A Palavra de Deus na Igreja

1.1. – A revelação de Deus é História que começou com o próprio mundo (Gn 1; Jo 1,3)⁵⁸, e intervenção epifânica que, iniciada na Antiga Aliança mediante a palavra da Lei e dos Profetas, chegou à sua plenitude no Novo Testamento com a Encarnação da própria Palavra Cristo Jesus, Logos de Deus.

Hoje já não ressoa do mesmo modo a voz de Cristo sobre a Serra, pois que Ele foi exaltado como Senhor (Kyrios) à direita do Pai. Sua voz todavia continua a chegar até nós através da Igreja que, tendo recebido o seu Espírito, realiza o prolongamento dessa Palavra, feita carne. Presença continuada da Encarnação do Verbo, a Igreja com seu múnus profético “torna presente” a Sua missão profética (cf. LG 10-12; 34-36)⁵⁹.

1.2. – A efusão do Espírito Santo no dia de Pentecostes (At 2,4)⁶⁰ não foi ocasional e transitória, mas inaugurou uma nova economia, pois assegurava a presença permanente do Espírito na Igreja. O Espírito que “falou pelos profetas” é o mesmo que vivifica a Igreja e lhe inspira a pregação da Boa Nova de Salvação para que todos ouçam nas suas próprias línguas as grandezas de Deus (At 2,11)⁶¹.

Os Apóstolos receberam a missão e os poderes de Cristo, incluindo o carisma profético. O próprio Pedro, no seu primeiro discurso de Pentecostes, reconhece esta continuidade do ministério profético, citando o texto do profeta Joel (2,28-29)⁶².

Há, todavia, algo novo na nova economia salvífica: a comunidade eclesial, tomada em seu conjunto, é sujeito do carisma profético e sinal dos novos tempos messiânicos; além disso, o carisma profético eclesial não é esporádico, mas presença permanente do Espírito.

A verdadeira agente de evangelização é, portanto, a Igreja – comunidade profética – enquanto comunidade que pelo próprio Cristo foi constituída como lugar eficaz e sinal vivo de Sua própria profecia.

1.3. – Função essencial da Igreja e razão própria de sua existência, a evangelização é consequentemente tarefa da Igreja toda, isto é, tarefa que todos os seus membros, sob o influxo do Espírito Santo, devem exercer, ainda que sob títulos diversos e conforme sua condição.

Por ser membro da Igreja e, por isso, participante do múnus profético de Cristo, todo autêntico cristão é, por natureza, um evangelizador: deve sentir-se co-responsável e ser exortado e preparado para o exercício de sua missão profética.

2. Dimensão evangelizadora da formação cristã

2.1. – É tendência muito acentuada hoje empregar-se “evangelização” num sentido mais amplo e abrangente, incluindo, além do primeiro anúncio, a promoção humana, a catequese propriamente dita, o testemunho e até o ministério da Palavra nas celebrações litúrgicas.

Parece, de fato, inútil procurar atualmente uma distinção nítida entre evangelização catequese como se fossem fases separadas no processo da formação religiosa. O próprio *Diretório Catequético Geral* explicitamente declara que, na prática, a evangelização e a catequese não podem separar-se, mas que devem acompanhar-se e complementar-se: “Isto mostra que a evangelização pode preceder ou acompanhar, de acordo com as circunstâncias, o trabalho da catequese propriamente dita. Em qualquer caso, c preciso não esquecer que a conversão é uma dimensão que está sempre presente no dinamismo da fé. Por isso, qualquer que seja a forma de catequese, deve ela exercer também uma função de evangelização” (n.18).

2.2. – O que importa, portanto, é a *dimensão evangelizadora* de toda a formação religiosa; em outras palavras, não “evangelização e catequese como fases distintas, mas uma *formação cristã verdadeiramente evangelizadora* em todos os seus graus. O que importa não é tanto a terminologia, mas a correta compreensão da função evangelizadora na medida em que levar a uma fé sempre mais profunda, comprometida.

3. Evangelização e libertação

3.1. – Por ser proclamação explícita de Cristo no seu Mistério Pascal, e da vinda do seu Reino, a evangelização deve levar os cristãos fiéis às exigências do mandato supremo do amor – a se comprometerem na libertação total do homem, e a se integrarem, de acordo com seus ministérios e carismas, no processo de libertação que emerge e se propaga

em nosso povo. Assim, a Igreja, por fidelidade à sua missão salvadora e para responder às legítimas aspirações do povo, deve anunciar a mensagem de salvação realizada por Cristo, isto é, da libertação dos homens da escravidão do pecado e de todas as suas conseqüências, como são todas as formas de injustiça e de opressão.

Esta libertação ou redenção começa já na terra mas realizar-se-á plenamente na vinda gloriosa de Cristo. A proclamação evangélica começa pelo convite à conversão do coração, por meio da qual, mediante a graça do Espírito Santo, se forma o homem novo à imagem de Cristo, o que constitui a missão principal da Igreja. Esta conversão, entretanto, não diz respeito só à vida particular do crente, mas exige imperiosamente que o cristão se entregue à transformação do mundo, segundo o espírito das bem-aventuranças.

3.2. – Não se pode entender em nosso país uma evangelização que não seja também verdadeira libertação do homem e de todos os homens. A evangelização não se identifica com qualquer modelo de promoção humana. A libertação pode ser chamada verdadeira evangelização, quando responde as legítimas aspirações de salvação de todos os homens e de todos os povos, referindo-se explicitamente ao anúncio do Reino, a obra de Cristo Salvador, ao mistério pascal, pelo qual todos os homens se libertam da lei do pecado e da morte e de suas conseqüências pessoais e sociais (Rm 8,2)⁶³.

A ação libertadora sócio-política anuncia, prepara ou acompanha o Evangelho, no sentido de que os homens nela engajados, mesmo sujeitos a contradições e ambigüidades, oferecem campo para um diálogo com o Evangelho, enquanto buscam a verdade, a justiça, o amor, a liberdade. Anunciam assim o reino futuro, cujas primícias querem construir. O Evangelho de sua parte anuncia e reforça esta ação, enquanto lhe abre os horizontes para além do sócio-político.

Revela a última raiz de toda opressão: o pecado, fruto da decisão livre do homem, não oculta o caminho pascal da libertação, que passa pela paixão e morte a fim de chegar a ressurreição da vida. Dá sentido a todas as lutas, às mortes acontecidas nelas, ao sofrimento não retribuído dos que se comprometem em tal missão. O Evangelho confere chave de inteligência do paradoxo de uma libertação que a um tempo é presença e promessa, porvir; simultaneamente impossível somente com as forças humanas e obrigatória com o impulso da graça; ao mesmo tempo obra dos homens e dom gratuito de Deus, presente no centro da história (cf. Comissão Justiça

e Paz, *A paz, destino e missão de todos os homens* em SEDOC 7, 1974, 175-198).

4. Religiosidade popular

4.1. – Estamos diante de um povo com profunda religiosidade popular. Muitas razões de ordem histórica, antropológica e psico-social explicam o fato. Há, na religiosidade popular, um sinal especial da presença do Espírito Santo. Não pode ser encarada como fase atrasada de uma evolução religiosa que será superada na medida em que o progresso cultural avançar, como pensa a ideologia secularista. Há grandes valores religiosos, ao lado de encurtamentos e desvios, que devem ser levados em conta, pela evangelização. Valores desta religiosidade são: especial sentido e experiência de Deus e da sua Providência; sentido da transcendência da vida humana; confiança viva na Virgem Maria; fraternidade que junta pessoas de tendências diversas e até contrárias; facilidade em expressar a própria fé por meio de sinais e atos religiosos.

4.2. – Desvios dessa mesma religiosidade são: concepção fatalista da Providência, manipulação mágica dos ritos religiosos, atitude mercantilista das promessas, multiplicação ou majoração dos Santos em detrimento do Deus desconhecido.

4.3. – Aqueles valores representam apreciável abertura aos valores evangélicos: filiação divina, dimensão pascal da vida, profunda unidade do homem em Cristo, participação mais perfeita na liturgia. Ignorar ou negar estes valores, seria grave ofensa às comunidades humanas que devem ser evangelizadas, e seria fechar caminhos à Boa Nova de Cristo.

5. Educação permanente da fé

Sempre mais se impõe hoje a necessidade de uma “educação permanente da fé” que acompanhe o homem por toda a vida e se integre em seu crescimento global.

É na direção dos adultos que a evangelização deverá orientar seus melhores agentes. Longe de ser um prejuízo da educação de crianças e adolescentes, esta abertura para os adultos é, certamente, uma perspectiva de esperança para todo o povo de Deus.

A evangelização precisa atingir o adulto em todos os estratos sócio-profissionais e em todos os níveis de vivência cristã em que se possam reencontrar.

Supera-se também hoje o individualismo e mais se firma a convicção de que a maturação da fé acontece em nível de pessoas e em nível de grupos que compõem a comunidade eclesial, de modo que esta possa tornar-se uma comunidade adulta, não de indivíduos mas de pessoas.

6. Ação missionária e setores especiais

Como educação permanente da fé, a evangelização supõe certa integração das pessoas nas estruturas evangelizadoras da Igreja, principalmente na comunidade eclesial que é a primeira e mais fundamental de todas elas.

No Brasil, porém, é preciso levar em consideração que em muitas regiões há pessoas que vivem à margem da comunidade eclesial e isso acontece não só porque foram insuficientemente evangelizadas. Há populações (indígenas) e regiões (sobretudo a área coberta pelas prelaças) em que a Igreja ainda não encontrou condições de uma presença mais estabelecida ou nem mesmo as populações dispersas chegam a estar realmente integradas na cultura e sociedade nacionais. É o que constitui o que chamamos “regiões missionárias”. Aí a evangelização depende de métodos especializados, e toda a obra evangelizadora está na dependência de uma atualização e capacitação de missionários o que vem ocorrendo com grandes benefícios e de uma animação missionária de todas as Igrejas particulares no Brasil.

6.1. – A evangelização precisa ainda atender aos aspectos especiais que a ação evangelizadora deve revestir frente a certas áreas, setores e situações especiais. Tal preocupação se refere tanto a situações de vida (enfermos, encarcerados, anciãos), como a marginalização social (prostitutas, menores abandonados), e as situações pastorais características (pastoral de santuários).

6.2. – Importância crescente para a evangelização constituem os setores secularizados da sociedade. Aberta a todos os homens, a Igreja tem que proclamar a Palavra, anunciando aos homens e ao mundo o seu destino, apontando criticamente as ideologias que aprisionam a história em seu próprio contexto temporal. Aqui mais do que nunca a evangelização precisa se revestir de atitudes dialogais e do verdadeiro espírito de serviço.

7. Inserção na Igreja local

Toda atividade evangelizadora isolada do contexto eclesial é destinada à ineficácia. Os movimentos e grupos de jovens e adultos, o “ensino religioso” nas escolas e quaisquer outras atividades evangelizadoras poderão tornar-se ineficazes sem a inserção na pastoral da Igreja local. É indispensável hoje que toda atividade evangelizadora se desenvolva em conexão e colaboração com as demais atividades eclesiais. Deve-se sublinhar particularmente a necessidade da toda atividade evangelizadora referir-se a uma comunidade concreta de fiéis que vivem efetivamente a própria fé.

8. Diálogo

A evangelização de adultos, considerada como forma principal de evangelização, deve ser promotora de uma grande compreensão humana e de um diálogo efetivo entre todos os homens. Tudo isso porém deve ser feito sem cair num irenismo nivelador e contrário à verdade. Deve em todo caso fazer os cristãos e as comunidades cristãs saírem de círculos fechados. Esta perspectiva deve inspirar as dimensões ecumênicas e o empenho missionário da evangelização, promovendo sempre o respeito da liberdade religiosa dos não-crentes, embora afirmando a própria convicção da verdade do catolicismo.

LINHA 2: ATIVIDADES PROPOSTAS

1. Promover e organizar a *evangelização de adultos*, tendo em vista uma educação permanente da fé, que acompanhe o homem por toda a vida e que se integre em seu crescimento global, pessoal e comunitário. Longe de ser em prejuízo da educação de crianças e adolescentes, essa abertura para os adultos, é sem dúvida, uma perspectiva de esperança para todo o Povo de Deus em nossa pátria. A evangelização de adultos se desenvolve nas seguintes modalidades:

1.1. – Catecumenato para adultos não-batizados e para adultos já batizados, mas sem fé atualizada e educada.

1.2. – Preparação próxima para o sacramento do matrimônio e acompanhamento pós-matrimonial.

1.3. – Preparação de pais e padrinhos por ocasião do batismo de crianças.

1.4. – Cursos para pais de família, como meio mais adequado de uma cristianização autêntica da comunidade.

1.5. – Planejamento e orientação das várias modalidades de movimentos, cursos, cursilhos, encontros e círculos bíblicos.

2. Promover as *instituições e as iniciativas* que visam *despertar e alimentar a vocação evangelizadora do povo de Deus*.

2.1. – Promover, numa *ação conjugada* de toda a comunidade eclesial, uma coordenação de esforços pastorais que tenham por escopo a educação da fé, na comunidade. Esta coordenação deve ser una e total: envolvendo as instituições (família, escola) e os organismos de Igreja, cada um participando da tarefa da evangelização, com sua especificidade.

2.2. – Promover e organizar a preparação de *agentes qualificados*, sem deixar de valorizar igualmente os colaboradores mais humildes, que não são menos preciosos.

2.3. – Incentivar os *leigos* a não só adquirirem maior patrimônio doutrinal da fé, mas a se tornarem verdadeiros evangelizadores, co-responsáveis pelo crescimento dos irmãos na fé.

2.4. – Empenhar os *pais* na evangelização dos filhos, ampliando assim os conteúdos e as finalidades da evangelização, que não mais se limitará a uma pedagogia de um saber abstrato e doutrinal, mas terá presente todo o plano da educação, as esperanças e as interrogações que a sociedade dos adultos apresenta em torno do futuro de seus membros mais jovens.

2.5. – Promover a formação permanente dos *evangelizadores*, através de uma constante atualização, complementação, enriquecimento periódico, cursos de aprofundamento. Os próprios formadores de evangelizadores e todos os responsáveis pelo Ministério da Palavra necessitam de renovação e atualização.

2.6. – Promover e organizar cursos que preparem professores para o “ensino religioso” nas escolas oficiais, e técnicos para a elaboração de programas e textos.

2.7. – Promover a formação de evangelizadores que não somente saibam usar os meios audiovisuais, mas que sejam capazes de traduzir a Boa-Nova na linguagem audiovisual do homem contemporâneo e, além disso, interpretar, à luz do Evangelho, o próprio conteúdo veiculado pelos Meios de Comunicação Social. É necessário que os evangelizadores

aprendam a expressão e a linguagem dos MCS para que se tornem capazes de re-exprimir a mensagem do Evangelho nas formas da cultura audiovisual (v. Linha 6 “Meios de Comunicação Social”).

3. Promover maior conhecimento e visão mais ampla das *condições antropológicas locais*, das religiões primitivas, do sincretismo religioso e das expressões do catolicismo popular.

Face a essas situações, assumir as seguintes atitudes e tarefas:

3.1. – Respeitar as etapas diversas no caminho de Deus e procurar descobrir as “Sementes do Verbo” nas várias expressões religiosas.

3.2. – Purificar as formas de religiosidade popular de elementos que a tornam inautêntica e valorizar seus elementos positivos.

3.3. – Impregnar da palavra evangélica as manifestações populares: romarias, procissões, devoções diversas.

3.4. – Descobrir a função pastoral do folclore religioso de cada região e incentivar seu emprego na evangelização.

3.5. – Impregnar de espírito cristão as festas populares e tradicionais de cada região.

3.6. – Recordar que a evangelização deve levar a pessoa humana a encontrar o sentido pleno da vida; levar, portanto, o homem a um crescimento integral, tendo porém sempre em conta o ritmo de maturação de cada um.

3.7. – Descobrir nas expressões de religiosidade popular, o grau de responsabilidade histórica. A evangelização não pode ser focalizada só pelo lado da religiosidade popular, pois visa transformar o homem todo, em sua dimensão política, econômica, social e religiosa.

3.8. – Trabalhar para que as celebrações litúrgicas sempre mais se tornem expressão da cultura do nosso povo (v. Linha 4).

4. Promover a *evangelização da juventude*, em todos os níveis (estudantil, profissional) e nas várias modalidades (cursos, grupos, movimentos, dias de reflexão). A pastoral da juventude deve inserir-se na pastoral da família, no contexto das comunidades eclesiais (v. Linha 1).

5. Promover e incentivar todas as atividades que visam a *humanização integral*. “Humanização” e “Evangelificação” não são duas etapas sucessivas mas duas dimensões ou aspectos de uma mesma realidade. Todo autêntico crescimento em humanidade é crescimento em direção de Cristo. Tal conceito de evangelifiação não se opõe a uma tendência para o anúncio explícito da mensagem cristã. Pelo contrário: todos os esforços realizados nessa perspectiva, visam criar condições para um encontro autêntico com a Palavra e os gestos sacramentais de Cristo, a se exprimir num testemunho pessoal e comunitário (v. Linha 6: “Ação social”).

6. Promover a evangelifiação como animação cristã dos Divertimentos, do Turismo, dos Grupos de Lazer e do Esporte.

LINHA 3: ATIVIDADES PROPOSTAS

A) AÇÃO MISSIONÁRIA

1. Formação de agentes pastorais capazes de anunciar a Palavra e formar comunidades.

2. Promover o anúncio da Palavra:

– em todos os instrumentos de educação sistemática ou permanente:

- * escolas dos vários graus;
- * cursos de formação de professores de religião;
- * semanas de estudos;
- * treinamentos;
- * encontros;
- * meios de comunicação social.

3. Promover cursos de preparação de agentes pastorais diversos:

- * monitores de grupos de evangelifiação;
- * animadores de CEB;
- * coordenadores de pastoral;
- * líderes setoriais;
- * várias diaconias e serviços.

4. Cursos de atualização para os diversos membros do Povo de Deus: bispos, sacerdotes, leigos, religiosos, religiosas, capacitando-os para desenvolver uma ação missionária conforme sua vocação específica.

5. Intensificar o Programa Igrejas-Irmãs para que maior número de dioceses adotem sua Igreja-Irmã, havendo assim uma verdadeira animação missionária.

6. Promover cada vez maior entrosamento entre os vários Organismos da animação e ação missionária: COMINA, CIMI, PUM, PPOOMM, J.M. etc. para que os vários programas e projetos possam ser organizados e realizados com maior eficiência.

7. Engajar maior número de religiosos (dando-lhes previamente uma preparação adequada) nas várias atividades missionárias.

B) SETORES ESPECIAIS

Promover e organizar a evangelização nos seguintes *Setores Especiais de Pastoral*: Pastoral Carcerária, Pastoral das Migrações, Pastoral junto à Mulher Marginalizada, Pastoral do Menor Abandonado, Pastoral do Ancião, Pastoral do Excepcional, Pastoral dos Nômades, Pastoral dos Enfermos, Pastoral das Domésticas, Pastoral do Mar (Homens que se dedicam a pesca), Pastoral das Rodovias, Pastoral Militar e outros eventuais setores.

LINHA 4: LITURGIA

Promover condições para que a Liturgia seja celebrada pela comunidade eclesial com participação plena e fé consciente.

1. Mistério Pascal

1.1. – Cristo, enviado do Pai para salvar todos os homens (cf. 1Tm 2,4)⁶⁴, completou sua obra redentora pelo *mistério pascal* (cf. SC 5)⁶⁵. Ao mesmo tempo que por ele se realiza de modo manifesto a salvação, nele também se encontra a “plenitude do culto divino” (SC 6)⁶⁶.

Na sua oferta obediencial, na sua carne que é “levantada” para atrair todos e reunificá-los, está a visibilidade da relação do Cristo com seu Pai e de Deus com toda a humanidade, santificada por mãos daquele que se entrega (cf. 2 Cor 5,15)⁶⁷. Nesta sua exaltação e glorificação é que Cristo pode enviar o Espírito Santo prometido para a nossa santificação.

1.2. – A *Igreja*, pois, celebra o mistério da redenção, crendo na presença daquele que se torna Espírito vivificante (2 Cor 3,17; 1 Cor

15,45)⁶⁸ e que assegura a constituição e santificação da própria Igreja (cf. At 2,1; 9,31)⁶⁹.

Os membros deste corpo com efeito se santificam à medida em que se unem àquele que é Cabeça da humanidade, primogênito de toda criatura, na HORA de sua páscoa, isto é, no seu ato de oferta e glorificação. É neste instante de supremo amor, em que ele se entrega ao Pai por todos os homens, que o Cristo faz de todos que não o rejeitaram, o Seu corpo, a Igreja santificada.

A vida da Igreja, pois, se resume no serviço do Cristo que salva, tornando-se ela mesma sinal e instrumento da salvação visibilizada na Carne de Cristo, que nos leva ao Pai, sob a moção do Espírito Santo. Este serviço é de modo especial a liturgia (“leitourgia” = serviço em favor do povo).

Por ela a Igreja, ao atualizar o mistério pascal de Cristo para a salvação do mundo, exerce a sua diaconia de louvar a Deus em nome de toda a humanidade.

A liturgia não é a única atividade salvadora que a Igreja exerce, mas é sem dúvida um momento culminante da vida da Igreja, da atuação do Espírito Santo e da presença do Cristo glorificado. A liturgia é “o cume para o qual tende a sua ação (da Igreja) e é, ao mesmo tempo, a fonte donde dimana toda a sua força” (SC 10)⁷⁰.

2. A Assembléia reunida

Um sinal privilegiado da “reunificação de tudo em Cristo” é a *constituição da assembléia*, reunida pela convocação da Palavra que ilumina, pela fé, a consciência dos fiéis, fazendo-os perceber a presença do Senhor.

Uma pastoral litúrgica que presta serviços oferecendo apenas cerimônias, mas que não *reúne* e não logra *unir*, poderia facilmente ser classificada de ativismo cultural, pois que lhe faltaria o embasamento eclesial. A celebração litúrgica exige, portanto, um real esforço e atenção para a constituição de assembléias conscientes da presença do Senhor (cf. SC 7 e 48)⁷¹.

Por isso, para que a pastoral litúrgica seja realmente “um serviço em favor do povo”, significando para ele a presença da salvação, é preciso que os sinais sensíveis (gestos, palavras, canto, arte cênica, arquitetura e decorativa), que realizam a santificação do homem, lhe sejam compreensíveis, falem à sua consciência e suscitem sua participação ativa e frutuosa.

3. Fidelidade a Deus e ao homem

Uma dupla exigência de *FIDELIDADE* parece teologicamente indispensável para que a liturgia atinja sua plena realidade:

3.1. – É preciso enraizamento profundo da liturgia na história da salvação, tal como nos é revelada, com seus temas, seus sinais permanentes da ação de Deus entre os homens. É necessária uma fidelidade total à mensagem cristã (ortodoxia).

Só uma evangelização autêntica fará com que a fé na pessoa de Jesus Cristo, manifestação do Pai, purifique uma fé em mistérios transcendentais, apenas confusamente acolhidos pelo homem.

Aspectos essenciais da formação litúrgica são:

3.1.1. – A INICIAÇÃO à própria natureza do culto (a “MISTAGOGIA” dos Santos Padres), procurando corrigir as motivações ambíguas que levam a deformar a compreensão dos sacramentos.

3.1.2. – O caráter COMUNITÁRIO das celebrações, a fim de que haja uma vivência eclesial e não aconteça o que o Apóstolo lastimava: “Quando vos reunis, já não é a Ceia do Senhor que celebrais! Mal vos pondeis à mesa, cada um se apressa a tomar sua própria refeição” (1 Cor 11,20-21)⁷².

3.1.3. – O caráter MISSIONÁRIO da liturgia que “envia” ao mundo. Longe de isolar os fiéis de sua vida de cada dia e de suas atividades “profanas”, a liturgia bem compreendida deverá tornar-se o fermento que faz crescer toda a nossa vida e nos torna mediadores da salvação do mundo.

3.1.4. – O caráter SIMBÓLICO da liturgia. O símbolo é uma realidade intrínseca e essencial ao Sacramento. Na verdade, os sinais sacramentais realizam o que significam e enquanto significam. O elemento material dos sinais (água, óleo, pão, vinho, gestos), desprovido de sua

significação própria, não tem valor sacramental. Um empobrecimento da teologia do símbolo é responsável pelo aparato mecanicista das cerimônias como instrumentos para conferir a graça. Só a redescoberta da força significativa do símbolo vai dar bases sólidas para toda e qualquer renovação e aculturação dos ritos sacramentais.

3.2. – Outra exigência é a fidelidade à índole de cada povo (cf. SC 40)⁷³ e à vida concreta dos cristãos.

3.2.1. – Embora transcendente em seu conteúdo, o cristianismo só é autêntico em toda a sua extensão, quando se encarna na cultura e índole própria dos povos aos quais se dirige. Seria demasiado estreita a visão de um cristianismo que impedisse as culturas de preservarem e de exprimirem a seu modo a fé em Cristo. Os elementos de toda e qualquer cultura, não contrários a mensagem libertadora de Cristo, podem autenticamente expressar o mistério da salvação. Tudo o que é profundamente humano pode e deve ser conservado na sua genuína origem, sem perigo para a fé. O cristianismo tem uma tradição sacrossanta a esse respeito. A princípio se encarnou no mundo semítico e se exprimiu semiticamente; depois, no mundo greco-romano; depois adotou culturas e costumes de outros povos, tanto no Ocidente como no Oriente; agora se abre para uma encarnação na tradição cultural de todos os povos, e compete a nós procurar de modo sério e perseverante uma encarnação no mundo brasileiro.

A cultura e índole do povo brasileiro devem encontrar na liturgia, seu modo de viver e expressar a fé. A significação dos gestos, palavras e outros sinais usados na liturgia, devem tornar verdadeiros os modos de expressão do nosso povo. É esse o desafio que a pastoral litúrgica terá de enfrentar no Brasil.

3.2.2. – A Liturgia, além disso, deve estar em perfeita consonância e em íntima ligação com toda a vida extra litúrgica dos fiéis. O mistério pascal de Cristo, celebrado e tornado sacramentalmente presente na ação litúrgica deve informar e transformar todos os instantes e todas as ações da vida diária dos cristãos. Ao mesmo tempo, é preciso levar a vida para dentro da Liturgia. A vida é feita de tudo o que somos e realizamos e de tudo o que nos acontece no dia-a-dia. Falando dos leigos, ensina o Vaticano II: “Todas as suas obras, preces e iniciativas apostólicas, vida conjugal e familiar, trabalho cotidiano, descanso do corpo e da alma, se praticados no Espírito, e mesmo os incômodos da vida pacientemente suportados, tornam-se “hóstias espirituais, agradáveis a Deus por Jesus

Cristo” (1 Pd 2,5)⁷⁴, hóstias que são piedosamente oferecidas ao Pai com a oblação do Senhor na celebração da Eucaristia” (LG 34)⁷⁵.

Esta fidelidade da Liturgia à vida concreta dos fiéis faz exigências sérias aos agentes da pastoral litúrgica e à equipe de celebração. Mas também confere à Liturgia um cunho de realismo, sinceridade e espontaneidade de inestimável valor.

Atividades propostas

1. Conhecer a situação da Liturgia no Brasil,
a religiosidade popular,
a linguagem popular,
a cultura e índole do nosso povo, com sua diversificação.
2. Promover a reflexão teológica em torno da Liturgia, para orientar a pastoral litúrgica..
3. Aprofundar constantemente a evangelização, explicando os ritos litúrgicos, celebrando de maneira a aprofundar a fé, fornecendo subsídios de instrução e orientação litúrgica, dando cursos, palestras, catequese, cuidando da diligente preparação para a recepção dos sacramentos, utilizando os Meios de Comunicação Social.
4. Educar os fiéis para a vida em comunidade e a celebração comunitária da Liturgia.
5. Formar agentes e especialistas de Liturgia, desde as equipes de celebração até os especialistas na matéria.
6. Fornecer textos litúrgicos e subsídios de celebração.
7. Promover o canto e a música sacra, bem como a arte sacra.
8. Trabalhar sistematicamente na adaptação e aculturação dos ritos litúrgicos.

LINHA 5: AÇÃO ECUMÊNICA E DIÁLOGO RELIGIOSO

“Promover a ação ecumênica e o diálogo religioso”

1. Ação ecumênica

A ação ecumênica é uma exigência dos sinais dos tempos (cf. UR 4)⁷⁶. Os esforços que, por inspiração da graça do Espírito Santo, se fazem, pela oração, pela palavra e pela ação, para se chegar à plenitude da unidade querida por Jesus Cristo, consistem principalmente:

1.1. – em eliminar as palavras, juízos, ações, que não mais correspondem, segundo a equidade e a verdade, à condição dos irmãos separados;

1.2. – no diálogo entre pessoas bem informadas pertencentes às várias Igrejas, no qual cada participante explica a doutrina de sua comunhão e apresenta de maneira clara o que a caracteriza;

5.1.3. – na colaboração em iniciativas que a consciência cristã exige, em vista do bem comum;

5.1.4. – na oração unânime, quando permitida;

1.5. – no exame da fidelidade a vontade de Cristo com relação à Igreja (cf. UR 4)⁷⁷.

2. Diálogo religioso

Seguindo os ensinamentos do Concílio Vaticano II e de Paulo VI (cf. Enc. *Eclesiam Suam*), a Igreja, em nossos dias, por respeito a dignidade da pessoa humana e à liberdade religiosa, tanto no plano individual quanto no comunitário (cf. DH 2,4,5,10)⁷⁸, renuncia a qualquer tipo de violência e coação (ibid. 10) e adota o caminho mais difícil, mais evangélico, do diálogo. Diálogo que, quando se estabelece entre Igrejas ou comunidades cristãs, se chama ecumênico, mas que é também exigência do Evangelho, com relação às religiões não cristãs. Aliás, todo diálogo é ecumênico, porque visa a estabelecer a “ecumene”, isto é, a comunidade universal da fé, que nós cristãos chamamos a Igreja de Cristo, cuja realização plena esperamos ver consumada na ressurreição final.

3. Pluralismo religioso

A ação ecumênica e o diálogo religioso correspondem certamente à nova situação em que se vê a Igreja, em nosso país: referimo-nos ao pluralismo religioso. O Brasil, integrado pelos colonizadores na Igreja Católica de tradição ibérica, considerou se, desde a origem, país totalmente

católico. Os resíduos da população indígena, não assimilados pela cristandade, jamais constituíram problema, pois sempre estiveram a margem da comunidade nacional e eclesial. A homogeneidade religiosa da nação pareceu rompida quando da separação entre Igreja e Estado, no advento da República. Mas, o dualismo antagônico das elites dominantes, civis e eclesiásticas, nunca se consumou de fato. A divisão não chegou a atingir as bases. O povo fiel manteve a fé e perseverou na comunhão católica.

Em nossos dias, porém, essa unidade religiosa está em processo de fragmentação. Quatro fatores contribuíram para a quebra da unidade religiosa no país:

- a) a imigração de não católicos e de não cristãos;
- b) a vinda de missionários de outras denominações cristãs, portadores de hereditária atitude anti-católica, que se exacerbou nos prosélitos;
- c) a reviviscência do substrato religioso africano e indígena presente na população intensamente miscigenada;
- d) a modernização, que teve conseqüências paradoxais: por um lado, a secularização, com tendência a extremar-se em secularismo ateu; por outro, a procura dos caminhos da sabedoria oriental, para fugir ao cerco da modernidade unidimensional.

Em outros países, o catolicismo encontrou as diferenças religiosas como fato consumado, ou aconteceu que estas se consolidaram como componentes da vida nacional. Mas, no Brasil, o processo se dá na própria Igreja Católica. São adultos batizados no catolicismo, que abandonam a Igreja Católica e se filiam a outras denominações, ou que se consideram desligados de toda forma institucional de Igreja. O certo é que, em nossos dias, o povo, no Brasil, não mais apresenta aquela unidade, que Jesus Cristo pediu para sua Igreja (cf. Jo 17,21)⁷⁹ e que Paulo quis estendida ao mundo inteiro (cf. Ef 2,14-16; Cl 1,18-20)⁸⁰. Somente uma atitude ecumênica e o diálogo religioso podem responder pastoralmente a tal situação.

4. Dificuldades do diálogo religioso

Duas dificuldades se apresentam ao diálogo religioso:

4.1. – A primeira dificuldade consiste na impressão que temos de que procuramos o diálogo com quem se separou da Igreja, e de que, dialogando com essas pessoas, nos tornamos coniventes com sua separação. Não há

dúvida de que o afastamento da Igreja Católica, do Cristo, e do Deus Criador, de que resulta o pluralismo religioso ou a-religioso, no plano visível, analisado na sua materialidade, é afastamento do caminho da salvação. Mas, quem poderá afirmar que é isso o que, de fato, acontece no íntimo das consciências? Tomando-se em conta que a evangelização deve ser adequada às possibilidades subjetivas, para poder tocar a alma e abrir os olhos de quem há de reconhecer Aquele que fala e confessá-lo, não se deveria dizer que os que se afastam são simplesmente não evangelizados?

Pode bem ser, que aqueles que abraçaram, de coração aberto e generoso, o “caminho da salvação”, apresentado embora de maneira incorreta e falha mas de alguma forma correspondente à sua fome de absoluto, é que foram iluminados pela luz que ilumina todo homem (cf. AG 2)⁸¹.

4.2. – A segunda dificuldade é a tentação de reagir pela violência, e com as mesmas armas, ao proselitismo agressivo, que veio criar a situação incômoda do pluralismo religioso. Dificuldade essa realmente espinhosa e causa de perplexidade da consciência (cf. Diretório Ecumênico 63, 1-19).

5. Critérios para a ação ecumênica e o diálogo religioso

Poder-se-iam propor alguns critérios para a ação ecumênica e o diálogo religioso.

5.1. – Nós da Igreja Católica não podemos deixar de confessar que quem se salva já está na Igreja. Há no mundo uma realidade que representa efetivamente o Dom de Deus destinado aos homens para sua salvação, isto é, a comunhão de vida com Deus e com os homens: é Jesus Cristo, morto e ressuscitado, que, por seu Espírito, nos comunica a vida. Há uma comunidade na qual se encontram, em totalidade, os instrumentos salvíficos, as palavras, os gestos, pelos quais se visibiliza e se expressa a salvação oferecida e a graça a todos os homens de todos os tempos e culturas (cf. LG 8)⁸².

A Igreja é o sacramento visível da unidade salvífica: nela se vê o que Cristo (a graça) opera no mundo, e não só nos limites reduzidos da Igreja visível.

5.2. – Igualmente professamos a vontade salvífica universal de Deus, a presença do Espírito no universo, que fala a língua de cada um, e que

conduz a história e os homens nela envolvidos para uma meta: congregar, em Cristo, os filhos de Deus dispersos nesse mundo.

5.3. – Reconhecendo que todos somos irmãos, embora tenhamos disso consciência não muito clara, ou mesmo nenhuma consciência, ou até anti-consciência (cf. NA 2)⁸³, torna-se necessário o diálogo:

5.3.1. – universal, porque ninguém pode ser excluído dele;

5.3.2. – diferenciado, porque tem ponto de partida onde começa o que nos une;

5.3.3. – reciprocamente aberto, porque os dialogantes mutuamente se corrigem, se enriquecem e crescem, para, um dia, se reconhecerem como irmãos.

5.5.4. – A plenitude desse mútuo reconhecimento, como irmãos, só advirá com a manifestação plena de Cristo (cf. 2 Cor 3,18; 4, 5-6)⁸⁴. Desde já, porém, é nossa tarefa preparar este dia, e preparar-nos para ele. A dimensão do “desde já e ainda não” torna o diálogo permanente na história salvífica, onde terá seus altos e baixos. A sua meta é historicamente impossível, mas realizável escatologicamente. Por isso, é obra de paciência e esperança (LG 6 e 9)⁸⁵.

Atividades Propostas

1. Promover a ação ecumênica em sua dupla dimensão de:

1.1. – Pastoral ecumênica, como atividade específica de relacionamento através do diálogo e trabalho comum entre católicos e não católicos.

1.2. – Ecumenismo na pastoral, que busca dar abertura ecumênica a todas as linhas pastorais da Igreja (cf. Diretório Ecumênico para o Brasil, 2).

2. Promover a coordenação regional e diocesana da pastoral ecumênica para evitar dispersão e desvirtuamento da ação ecumênica, que compreenda os três setores:

- diálogo com os cristãos de outras Igrejas,
- diálogo com os não cristãos (crentes de outras religiões),

– diálogo com os não crentes.

3. Promover a formação ecumênica dos presbíteros e dos candidatos ao presbiterato, através de cursos sobre a evolução teológica das diferentes Igrejas, os fundamentos teológicos, pastorais e jurídicos do Ecumenismo.

4. Promover a formação ecumênica do povo católico através de pregações, cursos, celebrações e orações em prol da unidade, nas comunidades.

5. Incentivar a celebração de atos ecumênicos com os irmãos de outras Igrejas cristãs (semana da unidade, palestras etc.).

6. Promover o diálogo entre pastores de várias Igrejas para analisar problemas pastorais comuns e entre peritos de nível teológico e especializado.

7. Promover o diálogo entre os leigos e a colaboração concreta no domínio sócio-econômico, político, cultural, artístico etc.

LINHA 6: PRESENÇA NO MUNDO

Promover a ação profética do Povo de Deus e a consciência de sua responsabilidade, como fermento de libertação do mundo, segundo os desígnios de Deus.

1. A ação social da Igreja em evolução

1.1. – A ação pastoral da Igreja no Brasil hoje, presente no social, é condicionada por uma variedade de questões sócio-culturais e políticas, que poucos percebem em toda sua extensão e profundidade.

Sabe-se do amplo esforço positivo que se faz em todos os campos no país, através de crescente modernização. O Brasil moderno é contudo contraste, pois os benefícios desta adaptação aos padrões das sociedades modernas não são proporcionais às expectativas da maioria da população. As medidas tomadas no campo social esbarram com problemas estruturais e quase sempre apenas contornam as situações conflituosas. Uma minoria privilegiada usufrui, no momento, das melhorias que, hipoteticamente, poderão, a longo prazo, também atingir a maioria, que por enquanto continua à margem daquele esforço.

As verdadeiras mudanças exigem tomada de posição, serena e objetiva, encarando como desafios à missão evangelizadora da Igreja problemas, tais como:

- a freqüente violação dos direitos humanos fundamentais;
- a ordem institucional vigente;
- a marginalização do povo em relação ao processo decisório;
- a não participação das elites sindicais, estudantis e pensantes na elaboração de possíveis opções diferentes do modelo de desenvolvimento nacional;
- a censura ou auto-censura junto aos meios de comunicação social;
- a inquietante ausência de participação do mundo operário nos benefícios da riqueza nacional;
- a angústia da situação dos posseiros em regiões de colonização agrária recente e o mundo rural em geral.

1.2. – A ação evangelizadora da Igreja no campo social é condicionada pela conjuntura sócio-cultural e política e as situações concretas, muitas vezes viciadas por erros e egoísmos. Por outro lado, ela se esforça para intensificar o clima de corresponsabilidade e participação, a ação educativa de base e maior unidade entre fé e vida humana. Pois a fé nunca pode deixar de se expressar em ação e obras. Isto foi bem evidente no passado da vida da Igreja, que ativamente se empenhou em obras caritativas, intensificou o genuíno sentido da vida religiosa consagrada, ocupada particularmente com a educação e assistência aos doentes, pobres e sofredores. Inúmeras foram as instituições, tais como as Escolas e Universidades Católicas, empenhadas em incrementar a cultura ao mesmo tempo que transmitiam a fé.

Isto continua hoje, seja através das mesmas instituições – cuja função porém é entendida e orientada à luz das novas condições sociais e da consciência atual da missão da Igreja – seja através de novos caminhos.

A Igreja hoje é levada a renunciar a certos papéis em campo social e educativo que o Estado ou outras instituições passam a assumir. Mas, de outro lado, a Igreja – mais pobre e menos comprometida com certas estruturas sociais – assume com mais vigor sua missão crítica e profética de denúncia da injustiça e de promoção da solidariedade e das legítimas aspirações dos homens.

2. Justificativas

A prática pastoral da Igreja no campo social justifica-se por alguns critérios:

2.1. – A ação eclesial revela-se essencialmente por um *profundo senso de uma permanente educação comunitária*.

A longa e paciente pedagogia, tendo em vista criar a corresponsabilidade e participação consciente de todos e cada um dos membros da Igreja, é exigência básica do próprio ser eclesial.

É desta prática fundamental que extravasa sua presença e ação no campo social, como verdadeiro sinal. Este anuncia uma nova consciência da humanidade, que são os núcleos de vida preparando “novos céus e nova terra” (Ap 21,1)⁸⁶.

2.2. – A constante chamada de atenção aos problemas concretos. É impossível agir para promover algo no campo social, sem que se situe no centro dos acontecimentos, através da linguagem concreta dos fatos, pessoas e instituições. Tal linguagem move as consciências dos indivíduos e questiona as organizações, na busca de soluções viáveis para os problemas, que são desafios. Ao mesmo tempo, o uso de tal linguagem realista não pode fazer esquecer a necessidade de uma análise mais profunda, que busque a raiz e as causas dos males sociais. Se de um lado não se pode deixar de prestar serviços concretos, bem reais, por outro lado é igualmente um grande serviço lutar para que se erradiquem os defeitos estruturais, fruto de decisões conscientes ou inconscientes.

2.3. – A ação da Igreja deve ser continuamente uma *tentativa de colocar o problema religioso não apenas no âmbito cultural e litúrgico*. Ou melhor, há uma nova consciência do religioso, envolvendo toda a vida humana nos seus diferentes matizes.

Daí porque a penetração aparentemente desmedida da Igreja em todos os campos de promoção humana, leva aos poucos, à reafirmação da justa autonomia da comunidade eclesial, face a todo e qualquer poder sócio-econômico e político. Conseqüentemente, há um esforço para ampliar a faixa da religião evangélica a todas as dimensões da vida, dentro do sentido de unidade do plano de Deus. Assim, tem sentido o envolvimento da comunidade fiel, através de testemunhos qualificados, em questões ordenadas à busca do bem comum das pessoas na vida social.

2.4. – A ação da Igreja é válida não só a partir de suas numerosas instituições de serviço. Para se alargarem os horizontes e se revisarem as

instituições, deve-se ter, corajosamente, como ponto de referência, o bem comum e a vida de um povo concreto em relação a Jesus Cristo e à Fé na sua Ressurreição.

Enfatiza-se como fundamental a pedagogia educativa na ação social, capaz de colocar toda e qualquer promoção humana ao alcance do povo, através da assimilação de sua sensibilidade aos valores evangélicos. Tal atitude coloca em relevo a importância de que toda ação seja um trabalho com o povo e não apenas para o povo.

Observa-se ainda que, se de um lado é importante uma ação educativa organizada, não menos importante é contar com a precariedade de instrumentos e a disponibilidade dos que são mais fracos.

2.5. – Irrestrito apoio aos direitos fundamentais da pessoa humana.

Ressalta-se, no campo de toda ação pastoral e social, a necessidade de continuamente se organizar à luz da *igualdade e dignidade de qualquer um* e do caráter social da propriedade privada. O que também implica na denúncia, oportuna e importuna, com objetividade serena, de toda e qualquer violação desses direitos, a partir dos fatos concretos.

Há uma unidade inerente à preservação desses direitos e ao plano de Deus, que quer salvar através de constante esforço, capaz de garantir a vida e a sobrevivência necessária a cada um e a todos, superando-se toda e qualquer carência.

2.6. – É clara a necessidade de continuamente *relativizar* toda e qualquer ação no campo social. Nenhum projeto social é definitivo, na medida em que é uma expressão concreta de uma tentativa de solucionar problemas, desafios, que trazem no seu interior luz e sombras. O importante é projetar a luz como capaz de estabelecer etapas de um processo, em permanente superação, tendo em vista que sempre surgirão novos desafios ao esforço humano-divino de libertação.

Ao longo deste processo, o importante são as atitudes, a maneira permanentemente ativa, corajosa e construtiva, que desperta ações livres, conscientes, em busca de expressões mais válidas para a justa construção de uma vida fraterna, no âmbito das pequenas comunidades e grandes instituições da vida nacional.

2.7. – Face à crescente manipulação dos mecanismos de opinião pública e das instituições educacionais, propõe-se como fundamental a

educação permanente para fazer frente a tais situações. Os pequenos instrumentos ao alcance da massa, transformando-a em grupos de reflexão e decisão, livre e corresponsável, são capazes de fazer frente aos sistemas e ideologias, que permanentemente ameaçam os mais justos e autênticos valores humanos. O importante é que esta pastoral educativa da Igreja crie núcleos vitais, capazes de fazer frente aos sistemas de veiculação de mensagens, numa atitude permanentemente crítica.

As Comunidades Eclesiais de Base, enquanto manifestam novas forças emergentes, superando as antigas e diferentes lideranças, são testemunho de que algo semelhante pode ser levado a efeito junto às forças vivas dos meios de comunicação social e instituições educacionais.

Atividades propostas

A) SETOR: AÇÃO SOCIAL

1. Levantar dados e informações que aprofundem aspectos regionais e nacionais, capazes de iluminar diferentes projetos de desenvolvimento mais justos e conformes aos direitos fundamentais da pessoa humana, particularmente quanto à posse da terra, melhor distribuição das riquezas, caráter social da propriedade privada, maior valorização do trabalho humano etc.

2. Refletir sobre estes dados e criar subsídios acessíveis às Comunidades Eclesiais e grupos interessados para uma maior explicitação dos conteúdos sociais da fé.

3. Promover cursos ou encontros para responsáveis de organismos de promoção social (Obras sociais paroquiais, Cáritas, **MEB; FASE;** etc.), para juntos refletirem sobre a justa autonomia de suas organizações e necessária pedagogia comum que ressalte o sentido comunitário, corresponsável, livre e participativo de toda e qualquer ação social da Igreja.

4. Promover reflexão mais ampla com pessoas particularmente sensíveis ao aprofundamento de uma pedagogia atenta ao valor dos instrumentos humanos precários, capazes de conduzir a uma autêntica promoção humana e mudanças sociais.

5. Análise mais detalhada e sistematicamente verificada das experiências no campo social que promovem os direitos fundamentais da

pessoa humana, ressaltando a dignidade, igualdade e o caráter social da propriedade privada.

6. Conhecimento e contato com instituições, eclesiais ou não, que atuam no campo da defesa jurídica das violações dos direitos fundamentais da pessoa humana.

7. Dinamização das Comissões de Justiça e Paz em todos os níveis.

8. Promover reflexão mais global e elaborar subsídios, através de grupos competentes e representativos, para uma análise das causas mais profundas das violações dos direitos humanos.

9. Promover reflexão mais ampla e elaborar subsídios com grupos representativos, sobre o problema religioso, enquanto envolve toda a vida humana, ressaltando a autonomia da Comunidade Eclesial e qualificação dos seus membros para agir no campo social.

10. Promover cursos ou encontros para divulgação da reflexão sobre as causas mais profundas das violações dos direitos humanos e a legítima colocação do problema religioso, envolvendo toda a vida humana.

11. Localizar, junto aos grandes órgãos de comunicação social, os núcleos de pessoas capazes de rever, à luz da fé, as ambigüidades e valores de tais órgãos.

12. Criar subsídios capazes de ajudar as comunidades e os núcleos de vida cristã a tomar uma posição crítica face aos meios de comunicação social.

B) SETOR: MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

1. Assumir os MCS como instrumentos a serviço de toda a Pastoral da Igreja.

2. Promover estudos e cursos, encontros, seminários sobre a importância, influência e uso adequado dos MCS.

3. Estimular a organização e aperfeiçoamento dos Setores Regionais e Diocesanos dos MCS.

4. Estudar com as Escolas Católicas de Comunicação a problemática da formação cristã dos comunicadores.

5. Estabelecer uma pastoral permanente, em nível nacional, regional e diocesano, com os profissionais da comunicação.

6. Estimular a colaboração dos profissionais católicos de Rádio e Televisão, para assumirem a problemática da rádio difusão das Emissoras de orientação católica.

7. Estabelecer uma ação pastoral junto aos profissionais de cinema e teatro, visando a promoção e produção de filmes e peças que ressaltem os valores humanos e espirituais.

C) SETOR: EDUCAÇÃO

1. Desenvolver a ação pastoral não só nos centros docentes mas em todos os demais setores de influência educativa (família, ambiente externo, Meios de Comunicação Social, grupos de lazer).

2. Promover e dinamizar os organismos que oferecem aos homens oportunidade de ascenderem a um crescimento global.

3. Promover, organizar, apoiar (onde já existe) uma educação de base que não vise só alfabetizar mas também capacitar o homem e torná-lo agente consciente do seu desenvolvimento.

CAPÍTULO IV: SISTEMÁTICA GERAL DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO NA AÇÃO PASTORAL DA IGREJA NO BRASIL

Mais do que uma técnica sofisticada, o planejamento é a explicitação metódica de um processo natural de ação racional. Busca, através da reflexão, elaborar decisões lúcidas que atendam às necessidades da realidade, e orientem uma ação em que os recursos limitados tenham o melhor emprego em vista a maiores resultados. Uma de suas características mais marcantes é a convivência dos esforços resultando num trabalho mais unido e fecundo.

Aplicado à ação pastoral, o planejamento significa, da parte da Igreja, a consciência do valor de um instrumental humano e sua fidelidade em assumir os meios humanos mais adequados para que o desígnio salvífico de Deus aconteça com fecundidade em cada momento da história. Em sua introdução, o Plano de Pastoral de Conjunto citava, a propósito, a palavra de Paulo VI “A atividade pastoral não pode processar-se às cegas. O

apóstolo não ocorre no encaço do incerto e bate no ar (1Cor 9,26)⁸⁷. Hoje fuge a acomodação e ao perigo do empirismo. Um sábio planejamento pode oferecer também à Igreja um meio eficaz e um incentivo de trabalho”.

A Igreja no Brasil, sobretudo na época imediatamente pós conciliar, retomou em maior profundidade a ação pastoral planejada anteriormente pelo Plano de Emergência. O Plano de Pastoral de Conjunto e os posteriores Planos Bienais dos organismos nacionais da CNBB, bem como os vários planos regionais e os inúmeros planos diocesanos, formam uma caminhada expressiva. Hoje em dia não é temerário afirmar que a Igreja no Brasil chegou a uma expressiva e talvez rara experiência no campo do planejamento pastoral.

A XIV Assembléia Geral (Itaici, SP, novembro de 1974) marcou o último momento importante dessa caminhada. Nela as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral foram atualizadas e uma renovada consciência do lugar e sentido do planejamento pastoral foi explicitada, a partir da experiência vivida nos últimos dez anos.

Justamente a consciência do “como” a técnica de planejamento deve ser aplicada à pastoral e algumas opções de seu encaminhamento em âmbito nacional, constituem o que chamamos de “Sistemática Geral do Planejamento Pastoral”, cujas principais notas delineamos a seguir. Elas se referem aos critérios ou condições aos encaminhamentos gerais do processo de planejamento aplicado à pastoral em âmbito nacional.

1. Critérios ou condições gerais do processo de planejamento aplicado à pastoral

Tais critérios dizem respeito à dimensão eclesial no processo de Planejamento em sua adoção implantação e concretização.

1.1. – A dimensão eclesial à adoção do processo

Ao adotar o processo de planejamento em sua ação pastoral, a Igreja do Brasil não visa simplesmente introduzir uma técnica de maior eficácia na obtenção de resultados. Igualmente não pretende substituir a presença do Espírito e a corresponsabilidade de toda a comunidade eclesial por uma tecnocracia pastoral.

A sistemática, isto é, a maneira de se aplicar o processo de planejamento deve marcar a consciência das perspectivas e dos riscos da técnica colocada a serviço da construção do Reino.

A técnica de planejamento deve ser assumida não apenas como processo mais acurado de ação, mas como instrumento de expressão da própria vivência eclesial. Na medida em que a empresa, a Igreja visa não apenas uma ação mais racionalizada, mas uma ação mais eclesial, isto é, uma ação que expresse suas notas características de comunidade e corresponsabilidade. Assim o processo de planejamento não será apenas um instrumental para a Igreja agir mais e melhor, mas um caminho para ser mais e melhor na prática e naquilo que anuncia de si mesma.

1.2. – A dimensão eclesial na implantação do processo

Na ação pastoral, a própria implantação do processo de planejamento deve ser marcada, desde o início, por uma sistemática coerente com a natureza da ação eclesial. Essa sistemática deve abrir mão de qualquer pretensão de imposição vertical tipo rolo compressor, onde as pessoas se vissem coagidas a executar as coisas ou a se isolarem da ação pastoral na atitude de desinteresse ou protesto.

A sistemática de planejamento deve ser assumida numa visão dinâmica e educativa. Na verdade, o planejamento não é apenas uma nova maneira de fazer as mesmas coisas, mas supõe novos hábitos, novas atitudes, nova mentalidade. Mas o próprio processo, quando aplicado pedagogicamente, tem virtualidades para provocar essas mudanças. Isso supõe que a sistemática do processo de planejamento pastoral atenda a três condições básicas:

2.1. – *A despretensão.* O planejamento não pode aparecer como a panacéia de solução para a ação pastoral. Ele não é uma fórmula mágica capaz de ser resposta para qualquer situação. Por outro lado, é preciso, desde o início, estar consciente dos limites da técnica aplicada à ação pastoral. A construção do Reino não é quantificável como a produção industrial ou a obtenção de lucros. A ação pastoral não se guia por critérios exclusivamente rentáveis e aceitáveis; muitas vezes será preciso empreender ações difíceis que trazem em seu bojo a possibilidade de contradições e ataques. Não se planeja a salvação, não se controla os dons do Espírito. Na ação pastoral, o planejamento, desde o início, deve ter consciência de que os objetivos visados e perseguidos, pelo processo mesmo, extrapolam o instrumental técnico e são igualmente atingidos pela

ação incontrolável da generosidade e fidelidade dos agentes, pela presença da graça e ação do Espírito.

1.2.2. – *A participação.* Na ação pastoral a técnica do planejamento deve visar a participação de todos os que se empenham na ação Pastoral. Embora com possível prejuízo de uma eficácia maior a curto prazo, é preciso encontrar uma sistemática que evite a nítida divisão de trabalho entre planejadores e meros executores.

1.2.3. – *O gradualismo.* A não ser em casos muito especiais, o processo só será educativo e propiciará uma participação progressiva, na medida em que sua implantação for gradual. Isso não significa deixar simplesmente as coisas correrem, esperando que o tempo resolva, o que é o risco de todo gradualismo. Significa, sim, que se defina uma sistemática muito precisa de trabalho em várias etapas e que os passos dentro de cada etapa sejam visualizados refletidos e definidos de antemão. Antes de chegar a um plano diocesano, é possível, já dentro do processo, prever fases mais ou menos longas de reflexão e decisão, ainda em grau de diretrizes.

O mesmo se diga quanto à amplitude dos planos: pode ser bom que um plano diocesano global de ação pastoral seja elaborado só depois de um tempo de experiência do processo aplicado a planos setoriais menores.

1.3. – A dimensão eclesial na concretização do processo

O processo de planejamento se concretiza através de 4 fases fundamentais, que no desenrolar do tempo se interpenetram e se alimentam num movimento circular acumulativo: fase de reflexão e decisão, fase de montagem do plano, fase de acompanhamento, fase de avaliação. Na ação pastoral, todas essas fases, empregando o máximo de recursos e dados técnicos, têm que ultrapassar os limites da técnica através de conteúdos e clima onde a eclesialidade da ação seja marcada.

1.3.1. – A fase de reflexão, sem prejuízo da objetividade científica, será realizada dentro do aprofundamento da própria missão, numa constante busca de fé e numa fidelidade sempre renovada.

O conhecimento da realidade, lançando mão de todo instrumental disponível das ciências sociológicas, é projetado no pano de fundo de busca de fidelidade aos apelos do Espírito, que se manifestam nos sinais dos tempos e são perceptíveis apenas no clima de fé e oração.

As decisões não são meras conclusões lúcidas da autoridade, mas exercício e expressão de corresponsabilidade do presbitério e da comunidade, através dos organismos de participação.

1.3.2. – Na montagem do plano, as atividades (projetos e programas) são definidos a partir das necessidades da base, respeitando sua originalidade e a criatividade. A precisão na elaboração dos programas não se confunde com apelos a projetos grandiosos, que extrapolam a capacidade das Igrejas em termos de recursos humanos, técnicos e financeiros. Os meios humildes e pobres são extremamente fecundos e aptos na construção do Reino. O próprio documento que resulta da redação do plano tem que ser um instrumento simples de trabalho a altura dos agentes, e jamais uma publicação que tenha mais o sabor de proclamação triunfal de um pequeno grupo de iluminados.

1.3.3. – A terceira etapa do processo, o acompanhamento, é, em termos pastorais, sobretudo um serviço de animação e auxílio fraterno que supre as deficiências na execução das atividades. A firmeza do acompanhamento, já que está em jogo todo um plano – pois as atividades se inter-relacionam e interdependem – deve abrir mão de qualquer pretensão policalésca e centralizadora, tão comuns em outras esferas onde a técnica do planejamento é adotada.

1.3.4. – A quarta e última etapa, a avaliação, deve ultrapassar de muito a simples intenção de medir os resultados imediatos e distribuir as culpas. A avaliação é o momento privilegiado de uma profunda e humilde revisão da vida e ação da Igreja. Ela deve, além do rigor dos dados positivos e negativos levantados, questionar a fidelidade, a generosidade e disponibilidade dos agentes e das comunidades.

As várias etapas do planejamento, vividas e executadas nessa dimensão de “eclesialidade”, fazem do processo de planejamento um instrumento apto para cada Igreja particular moldar sua fisionomia própria e original de sinal-instrumento de salvação, encarnado numa realidade concreta, consciente de seus caminhos característicos e capaz de passos para percorrê-lo.

2. Encaminhamentos gerais do processo de planejamento pastoral em âmbito nacional

Podemos explicitá-los em quatro pontos:

– Unidade pastoral nacional através de Diretrizes Gerais

- Planejamento por objetivos
- Planejamento a partir de prioridades
- Distinção e interação dos vários níveis.

2.1. – Unidade pastoral nacional através de Diretrizes Gerais

A unidade da ação pastoral em âmbito nacional é procurada através de Diretrizes Gerais da ação pastoral e não através de um Plano Nacional de Pastoral. A grande diferença reside no fato de colocar o grau de unidade pastoral apenas em grandes linhas, em grandes direções e opções, sem descer a ações específicas, determinadas e particulares.

Por isso mesmo, a Igreja no Brasil, através de seus bispos, definiu um conjunto de diretrizes gerais para a ação pastoral. Essas diretrizes devem inspirar variados e diferentes conjuntos de atividades, que são os planos de pastoral. Esses planos, elaborados à luz das mesmas diretrizes e expressando as mesmas opções fundamentais, serão bastante diferentes entre si quanto às atividades, à maneira concreta de encaminhá-las (sistemática operacional, duração etc.).

A razão dessa primeira e fundamental opção de encaminhar o processo, é a situação diferente das várias Igrejas particulares quanto ao contexto da realidade sócio-cultural e quanto aos recursos disponíveis. Por outro lado, se pretende uma unidade pastoral em âmbito nacional (pastoral de conjunto), será preciso elaborar também planos de ação dos organismos regionais e nacionais de Igreja. Ora, estes planos são de natureza distinta dos planos diocesanos, já que se situam em outros níveis, como veremos abaixo.

A opção feita pelo Episcopado garante a unidade da pastoral em âmbito nacional (Diretrizes Gerais comuns, para todos), ao mesmo tempo que atende ao pluralismo de situações pastorais diversas (planos de pastoral diversos).

2.2. – Planejamento por objetivos

Ao definir o conteúdo e os caminhos fundamentais da ação pastoral (Diretrizes) em termos de objetivos, a Assembléia dos Bispos fez uma opção metodológica importante. Essa opção define a maneira básica do encaminhamento do processo para todos os níveis. É um planejamento por objetivos. Como um dos pontos de sistemática geral, ela garante a fidelidade contínua e sempre mais aprofundada à missão específica da Igreja.

Planeja-se bem à medida em que constantemente se é capaz de responder a duas questões fundamentais:

a) O que pretendemos fazer? (qual o objetivo desta atividade concreta?)

b) Em que medida e de que maneira o pretendemos fazer? Nosso objetivo operacional, ou determinada atividade concreta está ligada à missão da Igreja (objetivos gerais) e conduz a sua realização?

Aplicado à pastoral, o planejamento por objetivos concretos, sempre buscados e definidos à luz dos objetivos gerais impede que a pastoral seja unilateral e que as atividades sejam tomadas como um fim em si mesmas, ao mesmo tempo que propicia um constante aprofundamento da missão da Igreja e sua adaptação e encarnação na realidade concreta.

O planejamento por objetivos tem ainda outras vantagens na ação pastoral. Ele não coloca a unidade entre os vários níveis, nem entre os agentes e instituições de um mesmo nível (a diocese, por exemplo) nas coisas que se fazem, nem na maneira de fazê-las, nem no ritmo da ação.

A unidade está no objetivo a ser conseguido, objetivo que deve em cada nível ser adaptado, concretizado, explicitado e precisado com o máximo de dados. São as chamadas metas. Uma vez definidas, todos buscam convergir para elas seu trabalho, dentro de suas possibilidades e carismas diferentes. Dessa maneira, no caso de uma diocese, todos os agentes, instituições e organismos de Igreja podem realizar uma ação unitária, não precisando fazer a mesma coisa ao mesmo tempo. Basta que cada um, naquilo que faz, tenha bem clara a meta comum e faça de sua ação própria uma contribuição ao esforço comum para atingi-la.

2.3. – Planejamento a partir de prioridade

Na elaboração de seus planos de pastoral, a Igreja no Brasil decidiu identificar, em cada período, certas áreas cuja importância e urgência merecem uma concentração de atenção, esforços e recursos. É o que se chama prioridade pastoral.

Em termos concretos, planejar a partir de áreas prioritárias significa fundamentalmente duas coisas:

- a) Uma atenção e uma relevância especial, em toda a ação pastoral, com referência àquela área.
- b) Um programa especial de atividades (onde isso for necessário) com relação a essa mesma área.

O Episcopado não só decidiu que a ação pastoral fosse planejada a partir de áreas prioritárias, mas, inclusive, indicou as prioridades para o próximo exercício pastoral em âmbito nacional⁸⁸.

As prioridades são de âmbito nacional, isto é, são válidas para todos os níveis de Igreja (nacional, regional, diocesano e de base com seus respectivos organismos e instituições). Mas o tratamento concreto dessas prioridades varia conforme os níveis.

No nível nacional, elas indicam obrigatoriamente certos programas fundamentais de atividades do biênio, devendo ser assumidas todas elas por dois anos.

No nível regional e sobretudo no nível diocesano, elas supõem ulteriores decisões, tais como:

- * Deverão ser todas assumidas ao mesmo tempo?
- * Deverão ser todas assumidas com igual peso?
- * Por quanto tempo serão trabalhadas?
- * Há, em âmbito regional ou no âmbito de cada diocese, alguma outra prioridade característica que deve ser assumida?

O planejamento a partir de prioridades deve levar em consideração sempre o conjunto da ação pastoral, e, à luz dos objetivos gerais, impedir que a pastoral se torne unilateral, trabalhando apenas alguns aspectos determinados.

2.4. – Distinção e interação dos vários níveis

Em âmbito nacional, o processo de planejamento pastoral é executado em vários níveis.

O nível “central”, como ponto de referência do planejamento pastoral, é o nível diocesano. Realmente a Igreja particular é a unidade fundamental das decisões que orientam, condicionam e expressam a ação da Igreja. Por isso, quando falamos em Plano de Pastoral, pensamos, antes de mais nada, num plano diocesano de pastoral. Pensamos na Igreja que existe num determinado lugar concreto, num contexto específico sócio-

cultural. Essa Igreja, para melhor realizar sua missão, reflete sobre seus objetivos, perscruta sua realidade, faz suas opções concretas, organiza um conjunto de atividades a partir de seus recursos, acompanha a execução dessas atividades, avalia seu conjunto refletindo sobre o que realizou para fazer novas opções, definir novas atividades etc., num processo dinâmico permanente.

Esse nível “central” compreende outros níveis interiores a si mesmos isto é, o nível de base, comunidades, paróquias, organismos, instituições e os níveis intermediários, onde isso for útil: (zonal, vicarial etc.). Esses níveis interiores são níveis de concretização do processo de ação pastoral: é aí que tudo o que a Igreja; particular decidiu, passa a ser realidade na ação pastoral do dia-a-dia.

Em outra esfera, circundando o nível “central encontramos os níveis regional e nacional. São fundamentalmente os níveis de serviço subsidiários, para que o nível “central” possa ter todos os dados e instrumentos necessários à sua ação pastoral.

O nível regional, sobretudo, promove a aproximação entre as várias Igrejas da região, através de auxílio e apoio mútuo; a troca de serviços; a reflexão sobre a realidade regional; o aproveitamento e adaptação no regional, do material e subsídios do nível nacional.

No nível nacional, os serviços são sobretudo a produção de subsídios, o levantamento máximo de dados e a organização de instrumental mais amplo para os regionais e dioceses (grandes projetos de reflexão; pesquisas e levantamentos maiores; capacitação mais especializada de pessoal e organização de serviços e organismos necessários à pastoral em âmbito nacional).

Percebe-se assim – embora o objetivo, o conteúdo e o encaminhamento geral da ação pastoral (diretrizes) sejam único para todos os níveis – que a natureza particular dessa ação, os tipos de atividades e os caminhos concretos de realizá-la (planos de pastoral) são múltiplos e diferentes entre si.

Isso supõe que as organizações concretas que promovem o processo e a própria maneira concreta de planejar, executar e acompanhar as atividades (sistemática operacional) sejam diversas nos vários níveis.

Assim as organizações do nível nacional para o processo de planejamento:

- Comissão Episcopal de Pastoral (órgão de decisão)
- corpo de assessores permanentes (órgão de assessoria)
- coordenação (órgão de acompanhamento) e
- Comissão Nacional de Pastoral (órgão de reflexão), não são um modelo a ser repetido nos regionais e dioceses.

O essencial é que se defina em cada nível as responsabilidades em termos de reflexão, de decisão, de coordenação, e de serviços especiais para apoio ao processo (assessoria).

No nível diocesano, de âmbito menor e mais homogêneo, o mesmo órgão (Conselho de Pastoral e Conselho Presbiteral, por exemplo), podem ser ao mesmo tempo o órgão de reflexão e de decisão corresponsável com o bispo. Igualmente, uma pequena equipe pode cumular as funções de assessoria e coordenação. A criação desses órgãos pode, aliás, seguir o processo gradualista de progressivo enriquecimento, alargamento de participantes e de atribuições.

O essencial é que se perceba que não existe um modelo a ser copiado de um nível por outro e nem dentro de um mesmo nível.

Igualmente, a sistemática operacional não pode ser copiada. O fato de o Plano dos organismos nacionais ter quatro ou cinco programas, não indica modelo para qualquer regional ou diocese. Planos bienais reconhecidos como mais adaptados ao nível nacional podem não expressar o melhor tempo para planos regionais ou diocesanos. A técnica de reflexão em grupo, o método de elaboração de atividades, o sistema de acompanhamento e avaliação devem, da mesma forma, ser definidos em cada nível a partir de seus recursos e preferências.

O essencial é que haja fidelidade às diretrizes, isto é, aos grandes objetivos e as grandes linhas da sistemática geral. Isso garante o grau de unidade pastoral desejável e necessária em âmbito nacional e possibilita a permeabilidade dos vários níveis, o aproveitamento maior dos trabalhos de um nível por outro, e uma organicidade pastoral que não abafa a criatividade nem impõe modelos estereotipados a realidades diversificadas.

Nota:1

Para uma visão da situação pastoral, cf. também o Panorama da Igreja no Brasil nos últimos anos, traçado pela Comissão Representativa da CNBB, em novembro de 1973, publicado no Comunicado Mensal da CNBB, no. 254, 1973, p. 1491-1496, transcrito a seguir.

PANORAMA DA IGREJA NO BRASIL NOS ÚLTIMOS ANOS (Texto final já incluídas as emendas aceitas) total de votantes 31

1. Aspectos positivos

1.1. CRESCIMENTO DA AÇÃO PASTORAL NA IGREJA

Nota-se que nestes últimos dois anos houve sinais, realmente positivos, de crescimento da ação pastoral na Igreja do Brasil, tanto em profundidade como em expansão, decorrência do Vaticano II, de Medellín, da Pastoral Orgânica da CNBB e da própria transformação em que se vê sacudido o mundo hodierno.

Condicionaram-se assim novas e mais autênticas formas de apostolado no seio da Igreja de Deus.

Como justificativa, podemos elencar vários aspectos da Pastoral:

- a) Desenvolvimento da dimensão comunitária da Igreja.
- b) Diversificação dos Ministérios.
- c) Multiplicação das Comunidades Eclesiais de Base e pequenos grupos.
- d) Valorização dos leigos e religiosas no seio da Igreja.
- e) Corresponsabilidade dos leigos e das religiosas na evangelização e na vida da Igreja.
- f) Planejamento pastoral em todos os níveis: paroquial, diocesano, regional, inter-regional e nacional.
- g) Movimentos de leigos como Cursilhos de Cristandade e Movimentos de Juventude, bem como Círculos Bíblicos, Movimento Familiar Cristão (MFC), Equipes de Nossa Senhora (ENS) e congêneres.
- h) Atitude pluralista, respeitadora de mentalidades diferentes.
- i) Criação de órgãos de participação eclesial (Conselhos Pastorais e Presbiterais).
- j) Organização efetiva do Catecumenato do Batismo, Crisma e Casamento.
- k) O despertar de uma teologia pastoral própria ao Brasil.
- l) Discreta e progressiva realização do Ecumenismo.
- m) A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é tida como fator cada vez mais marcante da colegialidade e Corresponsabilidade eclesial.
- n) Bom entrosamento entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a conferência dos Religiosos do Brasil (CRB)

Sim: 27

Em branco: 0

Não: 0

Com emendas: 4

1.2. Novas Perspectivas Missionárias

Saudando com alegria o afluxo continuado de missionários estrangeiros, sente-se também um crescente interesse das Igrejas Particulares no Brasil por suas co-irmãs mais carentes, no que diz respeito aos meios materiais e humanos para um maior e melhor desenvolvimento pastoral.

Daí surgiram:

- a) Programa Igrejas-Irmãs, com vários projetos já em execução.
- b) Movimento missionário partindo do sul para regiões mais necessitadas (padres, religiosas e leigos).
- c) Equipes de catequese inter-diocesanas.

d) Criação do Conselho Missionário Nacional (COMINA) .

e) Criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Sim: 29

Em branco: 0

Não: 0

Com emendas: 2

1.3. Valorização da Pessoa Humana

Na área específica da promoção humana, quando alguns e inegáveis progressos econômicos e sociais se constatarem no país, são visíveis os avanços da Igreja, no sentido de promover uma maior conscientização do Povo de Deus, no que diz respeito aos Direitos da Pessoa Humana, tanto no ponto de vista social como religioso, assim como maior despertar da solidariedade cristã. Isto se verifica:

a) Na promoção de cursos de todos os níveis, na quase totalidade das Dioceses do Brasil

b) Incremento da Campanha da Fraternidade e nova orientação promocional da Cáritas.

c) Promoção da mulher, inclusive por sua maior cooperação na Pastoral.

d) Maior preocupação com a pessoa humana e justiça social.

e) Maior interesse com a situação dos padres que se afastaram do Ministério, na promoção de encontros entre si e contato com o Bispo, em vista à possível reintegração dos mesmos na Pastoral da Igreja.

Sim: 26

Em branco: 0

Não: 0

Com emendas: 5

1.4. - Ação Profética

Como consequência do Concílio, das Encíclicas Sociais, do Documento Sinodal sobre a Justiça no Mundo e do Documento de Medellin, vozes proféticas se fizeram ouvir na Igreja do Brasil:

a) Igrejas Particulares denunciaram certas injustiças que oprimem o povo.

b) Atitude corajosa da CNBB, de alguns bispos, padres e leigos contra certas arbitrariedades existentes na atual conjuntura sócio-político e econômica do país.

c) Comunidades tomam consciência da situação de injustiças em que se encontram e, apesar das opressões, dão testemunho de sua adesão a Cristo.

Sim: 28

Em branco: 0

Não: 2

Com emendas: 1

1.5. Aprofundamento Espiritual

Em todas as Igrejas, nota-se um acentuado crescimento espiritual, em certos grupos. Toma-se consciência da vocação universal à santidade. Muitos começam a perceber que ser cristão é uma grande responsabilidade. Constata-se:

a) Vivência cristã mesmo sem maiores conhecimentos teóricos.

b) Mais participação na vida litúrgica, especialmente pela comunhão sacramental.

c) Movimentos de adultos e jovens como o Cursilho, Treinamento de Liderança Cristã (TLC), etc., estão dando nova feição às nossas paróquias.

d) Procura de mais espiritualidade, demonstrada nos dias de oração e de avivamento espiritual, que estão se multiplicando.

Sim: 29

Em branco: 0

Não: 0 Com emendas: 2

1.6. Despertar da Pastoral Vocacional

O fechamento de alguns Seminários e a procura da identidade sacerdotal, com o abandono do Ministério por parte de muitos padres, estavam dificultando a Pastoral Vocacional. Mas uma nova consciência teológico-pastoral, bem como uma análise mais profunda das causas do acréscimo e decréscimo das vocações, favoreceram, estimularam e revitalizaram as condições prévias para o aparecimento de novas vocações sacerdotais, religiosas e para o aparecimento de novas vocações sacerdotais, religiosas e para os Ministérios diversificados. São sintomas desta nova fase:

- a) Reabertura de alguns seminários.
- b) Aumento de vocações, especialmente no sul do país, e aparecimento de vocações adultas.
- c) A pastoral Vocacional se preocupa também com a formação para os diversos Ministérios.
- d) Surgimento de centros de formação de agentes de pastoral.
- e) Bons resultados através de Equipes e Clubes Vocacionais.

Sim: 30 Em branco: 0

Não: 0 Com emendas: 1

2. - Aspectos negativo

2.1. Desunião Interna

Apesar de um esforço crescente de viver o afeto colegial, a corresponsabilidade e unidade eclesial, dentro de um sadio pluralismo, certamente não fácil de se realizar, reconhecemos uma certa falta de união e coesão pública da Igreja, devido:

- a) A existência de mentalidades conflitantes.
- b) A pronunciamentos contraditórios de Bispos, sobre o mesmo assunto.
- c) A desinformação mútua, sobretudo em momentos de testemunhos proféticos de determinadas Igrejas e dos sofrimentos daí decorrentes para as mesmas.
- d) A audácia de uns e demasiada prudência de outros, em partir para denúncias de situações sócio-econômicas e políticas contrárias à justiça, com conseqüente exploração desta realidade pelos agentes do regime, em prejuízo e desorientação do povo cristão e da opinião pública em geral.

Sim: 27 Em branco: 0

Não: 0 Com emendas: 4

2.2 Restrições à ação Evangelizadora e Profética

Verificam-se, por parte de órgãos governamentais, limitações e restrições à ação evangelizadora e profética da Igreja, especialmente na sua missão de contribuir para o desenvolvimento integral e de denunciar injustiças e situações de miséria, o que não só provocou tensões entre Governo e Igreja, mas degenerou em ações concretas, como sejam:

- a) Vigilâncias e pressões.
- b) Campanhas de desprestígio a pessoas, instituições e documentos da Igreja, inclusive da CNBB.

c) Negação da liberdade de expressão e cerceamento dos MCS.

d) Prisões, arbitrariedades, e não faltando torturas.

Sim: 24 Em branco: 1

Não: 0 Com emendas: 6

2.3. Setores Deficientemente Atendidos

Apesar de experiências e resultados isolados:

a) Verifica-se deficiência da ação pastoral entre os jovens;

b) Não existem ainda adequados substitutivos aos anteriores movimentos de pastoral especializada para os meios operários, agrário e universitário;

c) Ainda é deficiente a pastoral nos centros urbanos.

Sim: 29 Em branco: 0

Não: 0 Com emendas: 2

2.4 A Situação do Laicato

Sem desconhecer numerosos esforços e reais progressos, notam-se ainda graves problemas no campo dos leigos:

a) Ausência de lideranças leigas nos Organismos de Corresponsabilidade, como sejam os Conselhos Pastorais;

b) Distanciamento de leigos mais conscientizados do povo em geral;

c) Certa decepção de leigos conscientizados perante gestos e atitudes de setores da Hierarquia, que parecem ainda não reconhecer o lugar efetivo do leigo, ou a estes desestimulam por omissão ou por posições inexpressivas.

Sim: 28 Em branco: 2

Não: 0 Com emendas: 1

2.5 Má distribuição e falta de agentes de Pastoral

A Igreja do Brasil se ressentir:

a) De um déficit acentuado na formação de presbíteros ministros autóctones, especialmente no Norte e Nordeste.

b) Da fuga de padres para as cidades.

c) De uma não equitativa distribuição dos agentes pastorais existentes.

d) Do não resolvido problema da subsistência dos agentes pastorais.

Sim: 29 Em branco: 0

Não: 2 Com emendas: 0

2.6 - Sincretismo Religioso

A não superação do desafio da religiosidade popular, com práticas de piedade sem aprofundamento na instrução religiosa, o alastramento e o prestígio de seitas, do espiritismo, umbanda em alguns lugares, da ICAB (Igreja Católica Brasileira) e do sincretismo religioso em geral, são fatores que restringem o desenvolvimento de uma pastoral renovada.

Sim: 26 Em branco: 1

Não: 0 Com emendas: 1

2.7. Perda de valores Morais

Há desorientação e relativização de valores morais e costumes, incentivadas pela mentalidade da sociedade de consumo e MSC, que têm provocado acentuado aumento da desagregação familiar e da prática do amor livre.

Sim: 28 Em branco: 2
Não: 0 Com emendas: 1

2.8. Lacunas na vida Sacramental

Apesar da notável renovação litúrgica iniciada no Brasil, deve lamentar-se a diminuição acentuada da prática da Penitência e a ambigüidade na recepção da Eucaristia.

Sim: 28 Em branco: 2
Não: 0 Com emendas: 1

Votação 3

BALANÇO E ORÇAMENTO DA CNBB

1. Balancete da CNBB em 31 de outubro de 1973

Total de votantes 32

Ativo Imobilizado

Imóveis em Construção ...	17.200,00	
Imóveis Edificados.....	1.602.569,83	
Instalações.....	34.602,42	
Móveis e Máquinas.....	97.479,40	
Biblioteca.....	7.205,66	
Veículos.....	<u>56.498,00</u>	1.815.555,31
Realizável		
C/ Cor. Devedores (CRB)	200.000,00	
Títulos de Renda.....	3.687.419,03	
Almoxarifado.....	37.172,50	3.924.591,53
Disponível		
Caixa.....	2.871,38	
Bancos.....	<u>75.950,91</u>	<u>78.822,29</u>
	Soma Cr\$	5.818.969,13

Nota:2

cf. Algumas estatísticas religiosas em: Cândido Procópio Ferreira de Camargo e outros, **Católicos Protestantes, Espíritas**, Ed. Vozes, 1973.

Nota:3

cf. **Ribeiro de Oliveira, Pedro A.**, *Religiosidade Popular na América Latina*, in **REB**, v.32, fasc. 126, junho 1972, pp.354-364, transcrito abaixo: “Este tema tem sido colocado como um dos problemas com que se defronta a Igreja no momento. A II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, reunida em Medellín em 1968, solicitou um estudo sistemático do assunto e em atendimento a essa solicitação foi realizada uma pesquisa sociológica encomendada pelo CELAM, e financiada pelos católicos alemães através de ADVENIAT, a pesquisa foi realizada pelos seguintes centros filiados à Federação Internacional de Institutos de Investigações Sociais e Sócio-Religiosas (FERES) da América Latina : Centro de

estatística Religiosa e investigações Sociais (CERIS-Brasil); Centro de Investigaciones Sócio-Religiosas (CISOC-Chile); Centro de Investigaciones Sociales y Sócio-Religiosas (CISOR-Venezuela); Instituto Colombiano de Desarrollo Social (ICODES-Colômbia) e Instituto Mexicano de Estudios sociales (MÉS-México), sob a coordenação geral de Pe. Afonso Gregory, Secretário-Geral de FERES-AL e direção técnica de Pedro A. Ribeiro de Oliveira. Teve seus trabalhos iniciados em julho de 1969 e concluídos em julho de 1971. Durante sua realização, contamos com a assistência de C. A. de Medicina ao qual expressamos nosso agradecimento. Sobre a religiosidade popular na América Latina. Terminados os trabalhos, é nossa intenção avaliar seus resultados e para tal, parece-nos ser conveniente levar ao público os resultados obtidos. Não se trata aqui de um síntese da pesquisa. O relatório final da pesquisa, baseado nos relatórios específicos de cada país, deverá ser dentro em breve publicado, provavelmente por CELAM, mas de apresentar aqueles resultados que nos parecem mais relevantes para o conhecimento do fenômeno estudado. Temos assim maior liberdade de exposição do que nos textos dos relatórios de pesquisas, onde cada passo metodológico existe uma justificação detalhada, e cada afirmação tem que ser sustentada por dados empíricos. Permitimo-nos, portanto, ir além do texto do relatório final trazendo inclusive algumas idéias que só a posterior revelaram sua importância.

Ao abordar o tema, nossa primeira medida foi a de restringir o estudo ao âmbito do catolicismo popular. Isso se deve não só a razão de ordem prática (recursos humanos e financeiros para a pesquisa) como, sobretudo, a razão de ordem metodológica: catolicismo é um sistema religioso definido, preciso, enquanto religiosidade é uma noção demasiadamente vaga.

De fato, sob a noção de religiosidade incluem-se, não só as manifestações religiosas (desde as chamadas primitivas, até as religiões universais), como as diversas práticas mágicas e pseudocientíficas de uma população (como astrologia, medicina popular, mediunidade).

Entretanto, se a noção de catolicismo é precisa, por denotar um sistema religioso definido e incorporado numa instituição empiricamente observável, a Igreja Católica, a noção de popular é abrangente, englobando concepções diferentes entre si. Alguns autores que se dedicaram ao estudo sociológico do catolicismo popular caracterizaram-no como uma decorrência de ambiente em que se vive (rural, ou urbano marginal), de condições sócio econômicas baixas, ou de baixo nível cultural.³³ São eles: Pin, E., Elementos para uma sociologia do catolicismo Latino-americano. Petrópolis, Vozes. (Col. CERIS- Sociologia e Pastoral , 3) 1966; Buting, A., El catolicismo popular em Argentina, Cuaderno 1, sociológico. Buenos Aires, Bonum, 1969; e Camargo, P., “Essai de typologie du catholicisme brésilien”. Social Compass, 14 (5-6), 399-422, 1967.

Outros, procuraram caracterizá-lo por oposição ao catolicismo oficialmente pregado pela Igreja.⁴⁴ São eles: Azevedo, T., “Problemas metodológicos da sociologia do catolicismo”. In: Cultura e situação radical no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 165-194, 1966; Comblin, J., “Para uma tipologia do catolicismo no

Brasil”. Revista Eclesiástica Brasileira, 28 (1), 46-73, 1968; e Rolim, F., “Catolicismo no Brasil”. Limiar, 7 (26), 93-153, 1970. E nesta segunda linha de abordagem que nos colocamos: para nós, popular contrapõe-se a doutrinal. Em precisamente, um se contrapõe ao outro, reside a nossa contribuição ao estudo desse fenômeno.

1. Considerações Básicas

O catolicismo é uma religião que se incorpora numa instituição específica, a Igreja Católica, que é a sua portadora por excelência. E essa instituição que, oficialmente, propõe a doutrina, determina a forma do ritual e estabelece as normas a que deve sujeitar-se seus membros. O catolicismo popular, portanto, deve ser encarado como um desvio em relação ao que é oficialmente proposto pela Igreja sem, entretanto, constituir-se em outro sistema religioso.

Como sistema religioso, o catolicismo é algo *dado*, preexistente ao indivíduo, que o aceita ou não. *Não se inventa o catolicismo*: assimila-se, ou não, o que já existe. Talvez a analogia com a linguagem torne mais clara a independência do sistema religioso face ao praticante. Uma língua, digamos, o português, não é inventada pelas pessoas que a falam: preexiste e sobrevive às pessoas que a utilizam. Embora uma mesma língua possa assumir características peculiares a grupos distintos, e mesmo de cada estilo pessoal de quem a fala, tais características não afetam a estrutura semântica que define e diferencia o português em relação a outras línguas. Assim também o catolicismo, como sistema religioso, pode assumir características grupais ou pessoais de quem o pratica, mas não é um simples produto de seus praticantes: estes apenas assimilam crenças, práticas e valores que estão ao nível da sociedade e não ao nível da experiência individual.

Dessas considerações decorre que os católicos são nossos *informantes* sobre o catolicismo, mas não se constituem como *objeto de estudo*. São nossos informantes porque são *portadores* do catolicismo e neles podem verificar como um sistema religioso dado é assimilado e praticado. Não nos interessa, portanto, conhecer tipo ou grupos de católicos, mas as variações do catolicismo encontradas nos católicos latino-americanos. E então para os ensinamentos da Igreja que voltamos nossa atenção: é ali que encontraremos os elementos que constituem o catolicismo como um sistema religioso.

2. Análise do Catolicismo

Como toda religião, o catolicismo propõe a seus adeptos, crenças, valores, normas e atos pelos quais o homem se relaciona com o sagrado. É para esses últimos elementos –os atos religiosos– que voltamos nossa atenção, pois no ato que se pratica está expressa a forma de relacionamento entre o homem e o sagrado.

Podemos conceber todos os atos religiosos do catolicismo como um enorme repertório de atos, que incluem desde aqueles que a Igreja define como essenciais – o batismo, por exemplo –até aqueles que são apenas tolerados por ela – como certas formas de novenas e procissões. Neste repertório, podemos delinear alguns conjuntos de atos religiosos que têm afinidade entre si pela forma de relacionamento com o sagrado. A estes conjuntos de atos afins quanto ao relacionamento homem-

sagrado demos o nome de constelação de atos. Vejamos rapidamente cada uma dessas constelações.

- atos religiosos nos quais o relacionamento homem-sagrado é *mediado* pelo *corpo sacerdotal* da Igreja. São os sacramentos da Igreja, e por isso chamamos seu conjunto de constelação sacramental.

- atos religiosos nos quais o relacionamento homem- sagrado é *mediado* pela *Escritura* sagrada. São atos desta constelação que chamamos *evangélica*: a leitura da Bíblia, a meditação e oração inspirada pela leitura bíblica e a aplicação prática de seus ensinamentos.

- atos nos quais nos relacionamos homem-sagrado é *direto*, no sentido da *pietade*. São eles a oração, as práticas de piedade para com os santos, as comemorações festivas no dia do santo de devoção, o culto

à imagem do santo, e tantos outros pelos quais o devoto estabelece ou reforça uma aliança com seres pessoais. Chamamos esta constelação *devocional*.

- atos nos quais relacionamos o homem-sagrado é *direto*, no sentido da *proteção*. São eles a promessa, a novena precatória, e a invocação nos momentos de dificuldade para o fiel. Neles a relação com o santo é de tipo *contratual*, “do ut des”, e pode se desfazer tão logo a graça pedida seja obtida. Chamamos esta constelação de atos *protetora*.

Convém esclarecer que a constelação protetora, por vezes confundida com magia, desta se distingue radicalmente. O que poderíamos chamar de constelação mágica implica num relacionamento homem-sagrado *mediado* por um agente especializado (mago, feiticeiro, curandeiro, ou rezador) que tenta obter benefícios para seu cliente pela coerção ritual de seres e forças sagradas. Esta constelação mágica que, de fato, coexiste com o catolicismo em muitas populações católicas, não faz parte do sistema religioso católico; é ilegítima no catolicismo, e não pode ser tratada como as demais constelações do catolicismo- são todas elas legítimas face à doutrina católica, embora nem todas sejam essenciais ao catolicismo. Por isso, deixamos fora de nossa análise a constelação mágica, que nos levaria ao estudo do sincretismo religioso, e não só do catolicismo popular.

No relatório da pesquisa apresentamos uma descrição mais detalhada de cada uma dessas constelações e de sua conjugação, demonstrando como em diferentes populações adquirem estilos próprios. A noção de estilo é utilizada por Comblin, op. cit., e parece-nos extremamente útil para uma análise mais detalhada do catolicismo quando combinada à noção de constelação aqui apresentada. Os estilos de cada constelação forneceriam o quadro concreto em que o catolicismo é efetivamente praticado. Assim, essas constelações podem apresentar-se em estilos rústicos ou refinados, mais ou menos carregadas de justificação racional, apresentando formas exóticas ou não, praticadas individual ou coletivamente, etc. O leitor que já tenha se dedicado a observar o catolicismo praticado na América Latina ou que já tenha conhecimento das descrições apresentadas por outros autores não terá dificuldades em identificar os diferentes estilos que assumem essas constelações de atos em

diferentes populações; por isso, não julgamos necessário apresentar mais uma vez exemplos de atos de cada constelação aqui assinalada.

Dispondo da noção de constelação, e sabendo que a Igreja define como essenciais ao catolicismo as constelações sacramental e evangélica, sendo as duas outras acidentais (muito embora legítima), temos uma definição do que seja o *catolicismo popular*: é aquele em que as *constelações devocional e / ou protetora primam sobre as constelações sacramental e evangélica*. Com isso queremos dizer que no catolicismo popular as relações homem- sagrado são diretas (no sentido da piedade e/ou da proteção), e não mediadas pelo corpo sacerdotal da Igreja e pelas escrituras sagradas. Não deixa de catolicismo (dele fazem parte ao menos alguns elementos das duas outras constelações, como o batismo, a primeira comunhão, a missa, alguns rudimentos do evangelho), porém é um catolicismo desfigurado, desfalcado de seus componentes essenciais. É um catolicismo de certo modo *privatizado*. A noção de privatização, desenvolvida por Azevedo, op.cit., é essencial para a compreensão do catolicismo popular, em que a dimensão eclesial ocupa lugar de menor importância na prática do fiel.

E nesta perspectiva que se tornam claras as observações do Documento de Medellín quando aponta a pequena adesão à organização da Igreja e a escassa participação na vida sacramental como características da maioria da população católica latino-americana. Isto se dá, podemos agora afirmar, porque a dimensão está ausente nas constelações devocional e protetora que formam o núcleo desse catolicismo popular. Este é, por assim dizer, um catolicismo à margem da Igreja, um catolicismo invertido, onde as constelações devocional e protetora ocupam o lugar das constelações sacramental e evangélica. Alguns dados empíricos trazido pela pesquisa de campo poderão tornar mais clara a situação desse catolicismo desfalcado, desse catolicismo desfigurado da população latino-americana.

3. Presença e Permanência do Catolicismo Popular

A análise do catolicismo como sistema religioso nos revela que as quatro constelações que o compõem formam um todo *integrado*. Nele as constelações devocional e protetora são caminhos que - falando mais diretamente à emotividade e à contingência humana face às dificuldades desta vida - possibilitam o acesso do fiel a Cristo, como centro de todo culto e como fonte de todo poder; Cristo que se revela nas Escrituras e que se faz sensivelmente presente no sacramento da Igreja.

Entretanto, a observação do catolicismo efetivamente praticado demonstra que tal integração das constelações é um fenômeno muito raro; na maioria da população latino americana o catolicismo apresenta-se *compartimentado*, sem uma referência cristocêntrica nas constelações devocional e protetora. Os dados colhidos na pesquisa de campo apontam algumas causas deste fenômeno, permitindo-nos distinguir duas grandes linhas de interpretação.

A primeira linha de interpretação consiste em tomar como ponto de partida que o catolicismo, em sua integridade, é disponível à população, ocorrendo que alguns fatores impedem que essa disponibilidade se torne *efetiva*. Em outras palavras, supomos que as quatro constelações são igualmente passíveis de serem praticadas

pelos fiéis. Assim sendo, o fiel tem possibilidade de freqüentar os sacramentos, ler as Escrituras, fazer promessas e novenas, e praticar atos de piedade para com o seu santo de devoção. Se, efetivamente, não pratica os atos dessas quatro constelações, é porque estariam ocorrendo fatores que facilitam mais a interiorização de determinadas constelações do que de outras.

A análise desses fatores que influem sobre a assimilação pessoal das constelações de atos de catolicismo, tornando-as efetivamente praticadas, permiti-nos fazer algumas afirmações suficientemente comprovadas por dados empíricos. Vamos a seguir assinalar as mais relevantes.

- Num contexto sócio-religioso que chamamos reconhecimento católico, isto é, onde a Igreja como instituição desempenha papel relevante na sociedade local de maneira tal que os não-católicos sejam socialmente vistos com reservas, a constelação sacramental é assinalada por maiores camadas da população do que num contexto neutro onde a predominância da Igreja como instituição é menos sensível.

- A catequese infantil, não sendo acompanhada por uma catequese de aprofundamento (curso de religião sistemático), é suficiente para a assimilação da constelação sacramental. Quando, ao contrário à catequese infantil se acrescenta a participação em associações, religiosas que forneçam um ambiente propício à prática religiosa, a assimilação da constelação sacramental é notavelmente maior. Os fiéis que têm um conhecimento religioso superior aos rudimentos do catolicismo infantil e que participam de associações religiosas são, via de regra, portadores da constelação sacramental de modo consistente.

- A socialização religiosa familiar, que a pesquisa demonstrou ser predominante feminina, favorece as constelações devocional e protetora, mas não se notam seus efeitos sobre a constelação sacramental. Tudo se passa como se a cultura das populações estudadas contivesse predominantemente as constelações sacramental e evangélica. Assim, aquelas constelações que compõem o catolicismo popular seriam passadas - por via familiar - de geração em geração, durante a infância, ao mesmo tempo em que se passa para a criança o aprendizado da língua materna, das normas de comportamento social e os valores culturais. As constelações sacramental e evangélica, não integrado consistentemente a cultura, ao contrario, exigem para sua transmissão um esforço deliberado de socialização religiosa, seja por agentes evangelizadores e catequéticos bem preparados, seja por famílias de intensa prática sacramental e vivência evangélica, que, sabidamente, são escassas na América Latina.

- A pesquisa revela também que algumas variáveis tradicionalmente admitidas como relevantes para o estudo do catolicismo popular parecem atuar fracamente no processo de assimilação, por parte do fiel, das constelações de atos disponíveis. Assim é que zonas rurais e urbanas, classes sociais e níveis de escolaridade revelam influir não na presença das constelações do indivíduo, mas na forma como cada constelação é praticada em populações diferenciadas. Tal como as peculiaridades regionais, aquelas variáveis atuam sobre o estilo em que são praticadas as constelações de atos. Encontramos, assim, em populações diferenciadas, diferentes

estilos que assume uma mesma constelação: rústico ou sofisticado, predominância de atos públicos ou de atos privados, diferenças quanto aos santos de devoção, quanto às formas de pagamentos de promessas, ou quanto ao objetivo a alcançar nas promessas e novenas (chuva na zona rural, emprego ou habitação na zona urbana), e muitas outras variações.

Para dar uma idéia aproximada da presença de cada constelação de atos nas populações entrevistadas. Insistimos quanto ao caráter aproximado dos dados apresentados, pois a amostra escolhida para o trabalho de campo não tinha por finalidade dar uma representatividade nacional (mesmo porque as metrópoles nacionais não constaram da amostra). Isto porque nosso interesse não era o de medir a presença estatística de cada constelação face ao total do país, mas o de verificar que fatores atuam sobre a presença de cada constelação, apresentamos um quadro comparativo por países em que foram realizados trabalhos de campo:

País	Constelação		
	Sacramental	Devocional	Protetora
Brasil	14,5%	82,5%	75,0%
Chile	15,5%	+de 53,0%	+de 43,5%
Colômbia	19,0%	67,0%	65,5%
México	10,0%	+de 69,0%	+de 75,5%
Venezuela	8,0%	88,0%	59,0%

Obs.: As percentagens referentes às constelações devocional e protetora para o Chile e México não puderam ser calculadas exatamente por falta de precisão nos dados apresentados: apresentamos apenas a percentagem de presença sobre a qual temos segurança estatística. Este quadro comparativo de presença de cada constelação nos católicos entrevistados (lembre-se que cada indivíduo pode ser portador de mais de uma constelação) é apenas aproximativo. Porém é suficiente para revelar diferenças bem marcantes de país a país e somos levados a crer que elas se devam aos mesmos fatores de diferenciação internos a cada país (v.g. contexto sócio-religioso, intensidade da catequese, presença de associações religiosas, incorporação à cultura nacional de uma ou outra constelação do catolicismo e, sobretudo, à maior ou menor disponibilidade de cada uma das constelações).

Entretanto, o dado principal deste quadro é a *ausência da constelação evangélica*. Não foi encontrado nenhum católico que se revelasse portador dessa constelação. Este fato merece um estudo mais aprofundado. E bem verdade que encontramos no trabalho de campo católicos que revelavam um certo conhecimento da mensagem evangélica, católicos que por vezes liam a Bíblia, e, podemos supor, católicos que, sem terem conhecimento direto da palavra, têm uma vivência evangélica. Porém não encontramos entre os católicos entrevistados que lesse, meditasse e se relacionasse com o sagrado pela mediação da Escritura de *modo habitual*. E a constelação evangélica a grande ausente do catolicismo latino-americano. Tal como a definimos,

só foi encontrada entre alguns protestantes entrevistados. Por essa razão, não pudemos estudar os fatores que devem condicionar sua assimilação e efetivação pelo fiel. Aqui, uma incógnita que pede mais estudo e pesquisa.

4. *Catolicismo Popular e Igreja na América Latina*

Toda a análise apresentada no item anterior repousa sobre um pressuposto: que as constelações do catolicismo são *disponíveis* à população latino-americana. Numa segunda linha de interpretação - que não invalida a primeira - podemos questionar até que ponto essas constelações são efetivamente disponíveis à população, isto é, até que ponto a Igreja, portadora por excelência do catolicismo, leva aos fiéis as constelações que o compõem.

Sabemos pelo magistério da Igreja, que são as constelações sacramental e evangélica o cerne do catolicismo; as duas outras são consideradas como etapas pedagógicas pelas quais o fiel passa para chegar o que é essencial, ou como complementos que reforçam a piedade, que dão expansão à emotividade, ou que consolam e protegem nos momentos de dificuldades. Nesta formulação, as quatro constelações apresentam-se como um todo integrado no qual o acidental subordina-se e coloca-se a serviço do essencial.

Porém a história da Igreja na América Latina revela que o catolicismo aqui não seguiu aquele modelo doutrinário. Causas históricas, que não vamos discutir (embora possa se apontar o espírito tridentino e o fato da vinculação entre Igreja e Estado como fatores relevantes), fizeram com que o catolicismo se configurasse na América Latina como uma *religião imposta* e não uma religião à qual se converte pelo anúncio de uma mensagem. Esta afirmação deriva dos estudos de Rolim, que muito nos auxiliaram. Dois traços marcaram essa implantação do catolicismo durante o período colonial: a precariedade da evangelização, e a hipertrofia das constelações devocional e protetora.

A tônica do catolicismo durante o período colonial recaiu sobre a necessidade dos sacramentos (necessidade de batizar e cumprir as obrigações da Igreja) e não sobre a conversão que por base o anúncio da Palavra. Conseqüência deste fato é que a constelação evangélica ficou praticamente desconhecida da população latino-americana. Esta recebeu, pela catequese, noções da Sagrada Escritura e conhecimento de valores evangélicos; porém dificilmente tinha *acesso direto à Sagrada Escritura*. (Aliás basta que se pense no analfabetismo generalizado até bem recentemente, para que se tome consciência da dificuldade deste acesso direto à Escritura). Ainda hoje, o Evangelho apresentado pelos pentecostais, por exemplo, afigura-se como uma novidade para a população católica. Mesmo entre católicos praticantes, parece ser raro o hábito de ler e meditar as Escrituras. De fato o catolicismo foi apresentado à população latino-americana, *desfalcado* de um dos seus componentes essenciais, a constelação evangélica.

Por outro lado, as constelações devocional e protetora, de mais fácil assimilação por parte do fiel, por apresentarem apelos diretos à emotividade e uma resposta direta às dificuldades desta vida, se *hipertrofiaram* (os santos e a Santíssima Virgem como caminhos para Cristo) tornaram-se *fins em si mesmas*. Somos levados a crer para

essa hipertrofia contribuíram as missões, pregações, romarias e associações religiosas que, começando a apresentar o catolicismo pelas constelações devocional e protetora, não tiveram continuidade suficiente em seus trabalhos para levarem os fiéis nas demais constelações. As noções de doutrina católica e as práticas religiosas trazidas por esses agentes não foram aperfeiçoadas numa processo continuado de socialização religiosa que levasse aos fiéis as constelações sacramental e evangélica: com isso, aquilo que é apenas *parte* do catolicismo, afigurou-se para o fiel como o *catolicismo*.

Neste contexto, a constelação sacramental assume as características de *sacramentalização*, isto é, de insistência nos ritos sem a devida complementação ao nível da significação que a constelação evangélica traz. Sendo a culminância do processo de inserção do fiel na Igreja pela vivência litúrgica, mas não tendo a base de uma sólida evangelização, a constelação sacramental torna-se, para o fiel, um conjunto de atos que deve praticar para pertencer à Igreja, mas não o núcleo de sua vida religiosa. Este núcleo, dissemos, está nas relações diretas e privatizadas com o santo, próprias das constelações devocional e protetora.

Conclusão: A Realidade Invisível do Catolicismo Popular

A pesquisa veio tornar visível uma problemática bem mais ampla do que o estudo de formas exóticas de praticar o catolicismo na América Latina. Estas são visíveis a qualquer observador interessado no fenômeno, e não é necessário que se dedique uma pesquisa sociológica para mais uma vez constatar sua existência. O que a pesquisa traz à luz é a realidade invisível ao conhecimento de senso comum e que está subjacente ao fenômeno estudado. Referimo-nos à problemática da participação do leigo numa Igreja marcadamente clerical: nela, o leigo dificilmente tem acesso às constelações essenciais do catolicismo. Elas se concentram, por assim dizer no âmbito do mundo clerical.

A atitude do leigo face ao mundo clerical é a atitude de quem não sabe, de quem recebe frente a quem o poder de dar, uma atitude, enfim, de passividade. Passividade esta que se reforça pela atitude clerical que, na maioria das vezes, é de quem sabe, de quem determina, de quem diz o que deve ser feito, sem que o leigo participe de seu conhecimento e de suas decisões. Conseqüentemente, o campo de atividade religiosa (no sentido exato da palavra) do leigo, reduz-se geralmente à prática de atos das constelações devocional e protetora. Tratar sociologicamente o problema do catolicismo popular implica, portanto, em tratar a maneira pela qual a Igreja se faz presente numa determinada população”.

Nota:4

cf. CNBB, **Plano de Pastoral de Conjunto**, Rio de Janeiro, 1966, p.36-44.

Nota:5

Jo 3,16: “Pois Deus amou de tal forma o mundo, que entregou o seu Filho único, para que todo o que nele acredita não morra, mas tenha a vida eterna”.

Nota:6

LG 8: “Mediador único, Cristo constituiu sua santa Igreja, comunidade de fé, esperança e caridade como realidade visível na terra, de que garante a continuidade, para a todos levar a verdade e a graça.

Sociedade hierarquicamente estruturada e corpo místico de Cristo, grupo visível de pessoas e comunidade invisível, Igreja terrestre, mas ao mesmo tempo cumulada de bens celestiais, não pode ser considerada duas coisas, mas uma única realidade complexa, composta de dois elementos, o humano e o divino.

Compara-se, pois, em profundidade, com o mistério do Verbo encarnado. Assim como a natureza humana, assumida pelo Verbo divino qual instrumento vivo da salvação, o serve, estando-lhe intimamente unida, a realidade social da Igreja está a serviço do Espírito de Cristo, que a anima, em vista do crescimento do corpo (cf. Ef 4,16).

Assim é a única Igreja de Cristo, que professamos no Credo ser una, santa, católica e apostólica. Cristo ressuscitado a entregou aos cuidados de Pedro (cf. Jo 21,17), confiou-a a ele e aos demais apóstolos, para ser difundida e governada (cf. Mt 28,18ss) e a estabeleceu para sempre como alicerce e coluna da verdade (cf. 1Tm 3,15).

Constituída e estabelecida assim como sociedade, neste mundo, a Igreja subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos, em comunhão com ele. Todavia, fora de sua realidade visível, encontram-se muitos elementos de santidade e de verdade. São riquezas autênticas da Igreja de Cristo. Verdadeiros apelos à unidade católica.

Ora, assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, a Igreja é também chamada a trilhar o mesmo caminho, para comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo, “que existia na condição divina, aniquilou-se, assumindo a condição de servo” (Fl 2,6-7), por nossa causa “se tornou pobre, embora fosse rico” (2Cor 8,9). Assim também a Igreja, apesar dos recursos necessários ao cumprimento de sua missão, não cresce em função do sucesso, mas da humildade e da abnegação que venha a proclamar, inclusive pelo exemplo. Cristo foi enviado pelo Pai “para evangelizar os pobres e aliviar os corações feridos” (Lc 4,18), “buscar e salvar os que se haviam perdido” (Lc 19,10). Da mesma forma, a Igreja envolve com amor todos os que sofrem. Reconhece nos pobres e nos desvalidos a imagem de seu fundador, pobre e sofredor, empenha-se em combater a pobreza e se coloca a serviço dos pobres, como a serviço de Cristo.

“Santo, inocente e imaculado” (Hb 7,26), Cristo jamais pecou (cf. 2Cor 5,21). Veio se oferecer unicamente pelos pecados dos outros (cf. Hb 2,17). A Igreja, porém, tendo em seu seio pecadores, é ao mesmo tempo santa e está em constante purificação, não deixando jamais de fazer penitência e de buscar sua própria renovação.

“A Igreja caminha entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus” anunciando a cruz e a morte do Senhor até que ele venha (cf. 1Cor 11,26).

Manifestar-se-á então em plena luz a força do Senhor ressuscitado que a sustenta e a faz superar com paciência e amor todas as aflições e dificuldades internas ou externas. Assim, a Igreja revela fielmente ao mundo o mistério de Cristo, embora de maneira velada”.

Nota:7

cf. CNBB, **Plano de Pastoral de Conjunto** 1966-70, Rio de Janeiro, 1966. pp. 26-30; cf. *ibidem*, p.44-49.

Nota:8

cf. **GS** c.I: “**12.** Fiéis ou não, todos estão mais ou menos de acordo que tudo na terra está ordenado em função do ser humano, centro e ápice de todas as coisas. Mas o que é o ser humano? Muitas são as opiniões a respeito, no passado e no presente. Opiniões diversas e até contrárias. Às vezes ele se coloca acima de tudo, como regra suprema do universo, outras, se avilta até o desespero, ansioso e cheio de dúvidas sobre sua própria identidade. Dando-se conta destas dificuldades e instruída pela revelação divina, a Igreja lhe pode oferecer resposta, esclarecendo a condição humana e suas fraquezas, ao mesmo tempo que sua dignidade, permitindo-lhe assim reconhecer sua verdadeira vocação. As Escrituras ensinam que o homem foi criado à imagem de Deus, capaz de conhecer e amar o seu criador. Foi colocado por ele como senhor sobre todas as criaturas da terra, para governá-las e delas usufruir, rendendo glória a Deus. O que é o ser humano, para dele te lembrares? E para que o visites? Tu o fizeste pouco menos do que um deus, e o coroaste de glória e esplendor. Tu o fizeste reinar sobre as obras de tuas mãos, e sob os pés dele tudo colocaste (Sl 8, 5ss). Deus não criou só o homem. Desde o início os fez homem e mulher (Gn 1, 27), cuja união é a base da comunhão entre pessoas. Por sua íntima natureza o ser humano é pois um ser social, não pode viver nem crescer senão em relação com os outros. Como lemos ainda na Escritura, Deus viu tudo que fez, e era muito bom (Gn 1, 31).

13. O pecado - Deus fez o ser humano bom, mas ele se deixou persuadir pelo maligno, desde o início de sua história. Abusou da liberdade e contrariou a Deus, ao procurar fora de Deus o seu bem. Embora conhecendo a Deus, não o glorificou como Deus. Seu coração leviano perdeu o rumo, e o fez preferir a criatura ao criador. Sabemo-lo por revelação divina, que aqui coincide, porém, perfeitamente com os dados de nossa experiência. O coração humano é leviano. Dá-se conta de sua inclinação para o mal e de seu envolvimento numa verdadeira trama de más tendências, que certamente não podem provir do Criador, que é bom. Recusa-se muitas vezes a reconhecer a Deus, seu princípio, deixa de buscar o fim para o qual está destinado e viola os laços que o prendem a si mesmo, aos outros e a toda a criação. O ser humano está dividido. Sua vida, pessoal e coletiva, se apresenta como uma luta, que chega a ser dramática, entre o bem e o mal, a luz e as trevas. Sente-se fraco, incapaz de rechaçar sozinho as investidas do mal, e fica com a impressão de estar preso, impedido de fazer o que quer. Mas o próprio Senhor veio para o libertar e fortalecer, renovando-o interiormente e expulsando o príncipe desse mundo (Jo 12, 31), que o mantinha sob a escravidão do pecado. O pecado diminui as possibilidades do ser humano e o impede de sua plena realização. A vocação sublime e a profunda miséria que os seres humanos experimentam e adquirem assim, à luz da revelação, como que uma plenitude de sentido.

14. O ser humano - O ser humano é único ser composto de corpo e alma. Resume em si todos os elementos do mundo material, que, nele, transcendem a si mesmos e

proclamam louvores ao criador. Não se deve desprezar a vida corporal. O corpo é digno de toda honra, pois será ressuscitado por Deus no último dia. Ferido pelo pecado, porém, o corpo se torna princípio de desordem. A dignidade humana exige então que não se sigam as más inclinações do coração e que se glorifique a Deus no corpo. Está certo pensar que o ser humano é superior às coisas corporais, muito mais do que uma simples peça da natureza ou elemento anônimo da sociedade humana. Pela sua interioridade, ele transcende o universo. Nesta interioridade é que encontra Deus, quando se volta para ele de coração, pois Deus, que sonda os corações, aí o espera, onde também ele, diante de Deus, decide a orientação a tomar na vida.

15. A dignidade da inteligência: verdade e sabedoria - O ser humano se considera, com razão, superior a todas as coisas pela sua inteligência, que participa da luz divina. Aplicando-se com dedicação, progrediu entremamente nas ciências, na técnica e nas artes liberais. Obtém hoje grandes sucessos na investigação e no domínio das coisas materiais. Buscou e encontrou sempre uma verdade mais profunda. A inteligência não se limita aos fenômenos. Alcança com certeza a verdade inteligível, embora debilitada e, até certo ponto, obscurecida pelo pecado. A natureza intelectual da pessoa deve ser aperfeiçoada, e o é de fato, pela sabedoria, que inclina interiormente o ser humano à busca e ao amor dos verdadeiros bens, conduzindo-o, através das coisas visíveis, às invisíveis. Mais do que nos séculos passados, talvez, necessita-se hoje dessa sabedoria, para humanizar todas as novidades que se descobriu. O destino do mundo está em jogo. Os seres humanos precisam ser mais sábios. Certas nações economicamente pobres, mas ricas em sabedoria, prestariam a todos um grande serviço, nesse sentido. Pelo dom do Espírito Santo, na fé, o ser humano tem acesso ao mistério do desígnio divino, contemplando-o e, de certa maneira, experimentando-o.

16. A dignidade da consciência moral - No fundo da consciência o ser humano descobre uma lei que não foi ele que estabeleceu, mas que deve ser seguida por ele. É como se fosse uma voz que lhe falasse ao coração e o chamasse a amar o bem e a praticá-lo, afastando-se do mal: faça isto, evite aquilo. Essa lei foi inscrita por Deus no coração. Obedecer-lhe é o segredo da dignidade humana, pois é por que todos serão julgados. A consciência é a intimidade secreta, o sacrário da pessoa, em que se encontra a sós com Deus e onde lhe ouve intimamente a voz. Na consciência revela-se, de modo admirável, a lei que consiste em amar a Deus e ao próximo. A fidelidade à própria consciência é o laço mais profundo que une entre si todos os seres humanos, inclusive os cristãos, na busca da verdade e de uma solução autêntica para os problemas morais que surgem na vida de cada um e na relação de uns com os outros, na sociedade. Quanto mais força tem a consciência reta, tanto mais as pessoas e os grupos humanos evitam o arbítrio cego e procuram se conformar às normas objetivas da moralidade. Às vezes a consciência erra. A pessoa, porém, não perde sua dignidade, quando é vítima de uma ignorância humanamente insuperável. O mesmo, todavia, já não se pode dizer quando, por falta de empenho em buscar o bem, a consciência vai se tornando cada dia mais confusa, enredada na prática do mal.

17. O valor da liberdade - Não é possível fazer o bem sem liberdade. Hoje em dia dá-se grande valor à liberdade, que é por todos procurada com o maior empenho. O que é perfeitamente justo. É verdade que a liberdade é muitas vezes deturpada, como se consistisse na licença de fazer o que se quer, mesmo quando é o mal. A verdadeira liberdade é a marca mais extraordinária da imagem de Deus no ser humano. Deus o entrega a si mesmo, para que busque espontaneamente seu criador e, encontrando-o, se auto-realize livremente. Faz parte da dignidade da pessoa humana agir por opção consciente e livre, induzida e movida pessoalmente, livre de toda coação externa e de qualquer pressão interna. O ser humano deve, pois, se libertar do cativeiro das paixões e se realizar na liberdade, fazendo o bem e recorrendo eficaz e seguidamente aos apoios de que necessita. Enfraquecida pelo pecado, a liberdade precisa do auxílio da graça divina para efetivamente se afirmar, pois é diante do tribunal divino que todos hão de prestar contas de sua vida, do bem e do mal que fizeram.

18. O mistério da morte - A morte evidencia o enigma da condição humana. Mais do que a dor e o progressivo enfraquecimento do corpo, o que faz o ser humano sofrer é o temor de que tudo acabe para sempre. Tem-se a justa intuição de quanto seria horrível a total destruição e o irrecuperável desaparecimento de si mesmo. Até mesmo a idéia é rejeitada. Há, no ser humano, como que uma semente de eternidade, irredutível à matéria, que se insurge contra a morte. Nenhum artifício técnico, apesar da utilidade que possa ter, consegue eliminar a ansiedade do coração humano. O prolongamento da vida biológica não satisfaz minimamente o desejo de uma vida imortal. Em face da morte, o ser humano não sabe o que pensar. Contudo, a revelação divina leva a Igreja a sustentar que o ser humano foi feito por Deus para uma felicidade que ultrapassa todos os limites terrenos. A fé cristã ensina, além disso, que a morte, a que não se estaria sujeito não fosse o pecado, será vencida graças à misericórdia do Salvador, quando se recuperar a salvação perdida com o pecado. Deus chamou e chama o ser humano à união com ele e à comunhão com sua vida divina, perpétua e incorruptível. Cristo alcançou esta vitória, ressuscitando depois de ter sido morto, para libertar o gênero humano da morte. Baseada em sólidos argumentos, a fé oferece, a todos que se dispõem a refletir, uma resposta válida à ansiedade a respeito do futuro depois da morte. Confere, além disso, a possibilidade de estar em comunhão, em Cristo, com os irmãos que já morreram, alimentando a esperança de que já tenham alcançado, junto de Deus, a vida verdadeira.

19. O ateísmo, suas raízes e suas modalidades - A expressão máxima da dignidade humana é a vocação à comunhão com Deus. Desde as suas origens o ser humano se entretinha com Deus. Existe, foi criado e vive, porque Deus o ama. Não viverá pois plenamente, segundo a verdade, se não reconhecer livremente esse amor e confiar no seu criador. Hoje em dia muitos são os que não levam em conta essa relação íntima e vital com Deus, ou até a rejeitam explicitamente. O ateísmo é um dos aspectos mais graves de nossa época, que precisa ser cuidadosamente analisado. A palavra ateísmo designa fenômenos muito diversos. Há quem negue pura e simplesmente a

Deus. Outros reputam impossível falar dele. Outros ainda, empregando métodos inadequados, concluem que a idéia de Deus não faz sentido. Muitos, ultrapassando indevidamente o âmbito das ciências, querem encontrar uma explicação científica para tudo e se recusam a admitir qualquer verdade absoluta. Outros exaltam a tal ponto o ser humano que a fé passa a ser considerada uma fraqueza. Estão, de fato, mais interessados na afirmação do que são do que na negação de Deus. Outros recusam um Deus fabricado pela própria imaginação, mas que nada tem a ver com o Deus do Evangelho. Outros passam ao largo da questão de Deus, não parecem ter qualquer inquietação religiosa e não vêem nem por que se preocupar com isso. O ateísmo nasce muitas vezes da revolta contra o mal do mundo ou do indevido endeusamento de determinados bens humanos. A própria civilização moderna, não por si mesma, mas em virtude da importância que dá às preocupações terrenas, acaba tornando árduo o caminho que leva a Deus. É claro que não deixa de ter culpa quem, contrariando sua própria consciência, afasta voluntariamente Deus do coração e procura evitar as questões religiosas. Mas até mesmo os fiéis têm alguma responsabilidade nisso. Considerado, porém, no seu conjunto, o ateísmo não é um mal de raiz, mas uma conseqüência de causas muito diversas, inclusive da reação crítica, até certo ponto justificável, contra a religião e até mesmo, em certas regiões, contra o cristianismo. A responsabilidade dos cristãos não é pequena. A negligência na educação da fé, as distorções na exposição da doutrina, os defeitos da prática religiosa e as falhas, tanto morais como sociais, acabam escondendo mais do que revelando a verdadeira face de Deus e da religião.

20. O ateísmo sistemático - Há, nos dias de hoje, um ateísmo sistemático, resultante da busca de autonomia que leva o ser humano a querer sacudir qualquer dependência, inclusive de Deus. Esse gênero de ateus pretende que a liberdade seja um fim em si mesma, sendo o ser humano o único artífice ou demiurgo de sua própria história. Contrapõe-se, pois, ao reconhecimento do Senhor, autor e fim de todas as coisas, o que é uma postura leviana e sem sentido. Favorece a exaltação do poder, sustentada pelo progresso técnico. Entre as formas atuais do ateísmo sobressai aquela que concebe a libertação humana, sobretudo como libertação econômica e social. A religião passa a ser considerada obstáculo a esta libertação, pois orienta o ser humano para a esperança ilusória de uma pretendida vida futura, afastando-o do interesse pela edificação da sociedade terrena. Os fautores desse tipo de ateísmo, quando assumem o poder, perseguem a religião com veemência e propagam o ateísmo, especialmente entre os jovens, recorrendo aos meios de pressão de que todo poder público dispõe.

21. A Igreja e o ateísmo - Fiel a Deus e aos seres humanos, a Igreja não pode deixar de reprovar, como sempre o fez, tais doutrinas e procedimentos perniciosos, contrários à razão, em desacordo com a experiência comum da humanidade e violadores da dignidade própria da pessoa. Além disso, a Igreja procura detectar no pensamento dos ateus as causas profundas da negação de Deus, consciente da gravidade das questões que o ateísmo levanta e desejosa de as levar a sério, analisando-as em profundidade, por amor dos que se deixam levar por elas. A Igreja

pensa que não há nenhuma oposição entre o reconhecimento de Deus e a dignidade da pessoa. Pelo contrário, o reconhecimento de Deus é, precisamente, o fundamento da máxima dignidade humana. Deus criou o ser humano inteligente e livre, para viver em sociedade. Mais do que isso, chamou-o, como filho, a compartilhar de sua vida e a participar de sua felicidade. Ensina ainda que a esperança escatológica não diminui em nada a importância das tarefas terrenas, mas, ao contrário, confere-lhes um motivo e um sentido superiores. Na falta desse fundamento divino, como se vê em nossos dias, os enigmas da vida e da morte, da culpa e da dor permanecem sem solução, o que leva facilmente as pessoas ao desespero. O ser humano nunca deixou de ser um enigma para si mesmo. Ninguém foge a certas interrogações, especialmente em determinados momentos, como por ocasião dos grandes acontecimentos da vida. Só Deus, porém, pode dar a estas interrogações resposta plena e segura, que possibilite à inteligência o acesso a uma reflexão mais profunda e a um questionamento que leve em conta os limites de nossa percepção. O remédio ao ateísmo deve vir da Igreja e de seus membros, pela exposição adequada da doutrina e pela prática da vida que deles se espera. Conduzida pelo Espírito Santo, renovando-se e incessantemente se purificando, a Igreja deve tornar presentes e como que visíveis, Deus Pai e seu Filho encarnado. A primeira condição é o testemunho da fé viva e madura e suficientemente desenvolvida, capaz de perceber as dificuldades e superá-las. São muitos os mártires que deram e, ainda hoje, dão testemunho claro dessa fé, cuja fecundidade se manifesta pela integridade da vida, inclusive profana, na fidelidade à justiça e ao amor, especialmente em relação aos pobres. Finalmente, a caridade fraterna entre os fiéis é a grande manifestação da presença de Deus. Espiritualmente unidos, os fiéis colaboram com a fé do Evangelho e se tornam sinal da unidade. Embora rejeite absolutamente o ateísmo, a Igreja professa com convicção que todos os seres humanos, independentemente de sua fé, precisam trabalhar na edificação do mundo, em que todos vivem juntos. Devem pois dialogar e se entender, com prudência, mas também com toda sinceridade. É lamentável a discriminação injustamente imposta em virtude da fé, por parte dos dirigentes políticos de certas nações, que desconhecem os direitos fundamentais da pessoa. Usando plenamente da liberdade, os fiéis precisam se empenhar a fundo na edificação do mundo, como de um templo. Convidamos os ateus a considerar o Evangelho de Cristo de coração aberto.

A Igreja está certa de que sua mensagem corresponde aos mais profundos anseios do coração humano, proclama a dignidade humana e restitui a esperança aos que desesperavam de encontrar uma saída válida para a humanidade. Sem diminuir em nada o ser humano, a mensagem da Igreja derrama luz, vida e liberdade, em proveito de todos. Nada pode, além dela, satisfazer o coração humano, pois *tu nos fizeste para ti, Senhor, e o nosso coração estará sempre inquieto, enquanto não repousas em ti.*

22. Cristo, o homem novo - O mistério do ser humano só se ilumina de fato à luz do mistério do Verbo encarnado. O primeiro homem, Adão, era imagem do futuro, o Cristo Senhor. Ao revelar o mistério do Pai e de seu amor, Jesus Cristo, o último

Adão, manifesta plenamente aos seres humanos o que é o ser humano e a sublimidade da vocação humana. Não admira pois que todas as verdades a que anteriormente aludíamos tenham sua fonte em Cristo e, nele, alcancem sua máxima expressão. Ele é *imagem do Deus invisível (Cl 1, 15)*, homem perfeito, que restituiu aos filhos de Adão a integridade violada pelo pecado. Nele, a natureza humana foi assumida sem ser afetada e, por isso mesmo, tornou-se ainda mais digna e preciosa. Pela sua encarnação, o Filho de Deus, de certo modo, uniu-se a todos os seres humanos. Trabalhou com mãos humanas, pensou e agiu como qualquer ser humano, amando com um coração humano. Nascido da virgem Maria, foi realmente um dos nossos em tudo, exceto no pecado.

Cordeiro inocente, tendo derramado livremente o seu sangue, nos mereceu a vida. Nele, Deus se reconciliou conosco e nos livrou da escravidão do demônio e do pecado, para que cada um de nós pudesse dizer com o apóstolo: o Filho de Deus *me amou e se entregou por mim (Gl 2, 20)*. Sofrendo por nós, não apenas deu exemplo, para que lhe sigamos os passos, mas estabeleceu o caminho através do qual a vida e a morte ganham um sentido novo e se tornam vias de santificação. O cristão, conforme a imagem do Filho, primogênito entre muitos irmãos, recebeu as *primícias do Espírito (Rm 8, 23)*, tornando-se capaz de cumprir a nova lei do amor. Pelo Espírito, que é *penhor da herança (Ef 1,14)*, o homem interior se renova completamente, até a *redenção do corpo (Rm 8, 23)*: *Se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dos mortos habita em vocês, aquele que ressuscitou Cristo dos mortos dará a vida também para os corpos mortais de vocês, por meio do seu Espírito que habita em vocês (Rm 8, 11)*.

O cristão precisa sem dúvida e tem o dever de lutar contra o mal através de todas as dificuldades, aceitando, inclusive, a morte. Associado porém ao mistério pascal e configurando-se ao Cristo na morte, caminha animado pela esperança da ressurreição. Isto não vale somente para os fiéis, mas para todos os homens de boa vontade, em cujo coração atua a graça, de maneira invisível. Como Cristo morreu por todos, todos são chamados a participar da mesma vida divina. Deve-se pois admitir que o Espírito Santo oferece absolutamente a todos os seres humanos a possibilidade de se associarem ao mistério pascal, de maneira conhecida somente por Deus.

Eis o grande e admirável mistério do ser humano. Os fiéis o reconhecem através da revelação cristã. Por Cristo e em Cristo brilha uma luz no fim do túnel de dor e de morte, que nos sufocaria, não fosse o Evangelho. Cristo ressuscitou. Destruíu a morte com sua morte e a todos deu a vida, para que, como filhos no Filho, clamemos no Espírito: Abba! Pai!

GS, c.IV, 40-45: “Tudo que até agora foi dito a respeito da dignidade humana, da comunidade existente entre os seres humanos e do sentido profundo de sua atividade constitui o fundamento da relação entre a Igreja e o mundo e a base de seu diálogo recíproco.

Depois de o Concílio ter falado sobre o mistério da Igreja, convém que a considere agora enquanto existe e atua no mundo, em convívio com ele. A Igreja procede do

amor do Pai eterno, foi fundada na história pelo Cristo Redentor e é sustentada na unidade pelo Espírito Santo. Sua finalidade é salutar e escatológica e só se realizará plenamente no século futuro. Contudo, está presente aqui na terra, é feita de mulheres e homens que são membros da sociedade terrena, chamados desde agora a formar, na história, a família dos filhos de Deus, que deve ir aumentando até a vinda do Senhor. Família, cuja união vem dos bens celestiais de que todos participam, foi *constituída e organizada por Cristo nesse mundo, como uma sociedade, dotada dos meios adequados a toda sociedade visível*. A Igreja é assim, ao mesmo tempo, *um grupo histórico e uma comunidade espiritual* em caminho, com toda a humanidade, participando, com o mundo, da condição terrena e agindo como fermento ou como alma da sociedade humana, a ser renovada em Cristo e transformada em família de Deus. Só a fé percebe esta compenetração das sociedades terrena e celestial. O mistério da história humana, perturbada pelo pecado, permanecerá impenetrável até o fim dos séculos, quando se manifestará plenamente a glória dos filhos de Deus. A Igreja, fiel a seu próprio fim, comunica a todos a vida divina e ilumina com sua luz o mundo inteiro, contribuindo para restabelecer e elevar a dignidade humana e fortalecer os laços sociais, proporcionando uma significação nova e mais profunda a toda a atividade humana. Através de cada um de seus membros e atuando em conjunto, a Igreja acredita poder contribuir para tornar mais humana a família dos humanos e sua história. Além disso, a Igreja católica se alegra de poder assinalar a importância da contribuição que deram e ainda dão, no mesmo sentido, as outras igrejas cristãs e as diversas comunidades eclesiais. Tem, além disso, a convicção de poder contar, sob inúmeros e variados aspectos, com o apoio e com a ajuda do mundo, das pessoas individualmente e da sociedade humana, com seus bens e com sua atividade, para abrir caminho ao Evangelho. Para promover adequadamente esta colaboração, em que, reciprocamente, Igreja e mundo se ajudam, convém estabelecer aqui alguns princípios gerais.

41. A Igreja procura ajudar os seres humanos - Hoje em dia todos procuram desenvolver plenamente sua pessoa, estabelecer e afirmar claramente seus direitos. Encarregada de manifestar o mistério de Deus, último fim do ser humano, a Igreja o ajuda a esclarecer o sentido da própria existência, e lhe revela sua mais íntima verdade. De fato, a Igreja sabe que somente Deus, a quem serve, satisfaz aos mais profundos desejos do coração humano, que as coisas da terra jamais hão de saciar. Sabe também que, sob ação do Espírito de Deus, o ser humano não será jamais completamente indiferente ao problema religioso, como o demonstra não apenas a experiência dos séculos passados, mas inúmeros testemunhos contemporâneos. Sempre se desejou saber, ainda que de maneira confusa, qual o sentido da vida, da atividade no mundo e da morte. A própria presença da Igreja coloca tais problemas. Só Deus, que fez o ser humano à sua imagem e o resgatou do pecado dá resposta plenamente satisfatória a essas questões, pelo seu Filho feito homem. Quem segue a Cristo, homem perfeito, torna-se cada vez mais humano. A fé permite que a Igreja coloque a dignidade da natureza humana acima de toda discussão entre os que tendem por um lado a exaltar o corpo, e, por outro, a desprezá-lo. Nenhuma lei

preserva tão bem a dignidade e a liberdade humanas como o Evangelho de Cristo, confiado à Igreja. O Evangelho anuncia e proclama a liberdade dos filhos de Deus, rejeitando toda servidão decorrente, em última análise, do pecado, leva ao respeito sagrado da consciência e da liberdade, induz a colocar a serviço de Deus e em favor dos outros todos os talentos humanos, recomendando a todos, acima de tudo, o amor. É esta, a lei fundamental da economia cristã. Deus é, ao mesmo tempo, criador e salvador, Senhor da história humana e da história da salvação. A autonomia da criatura, especialmente dos seres humanos, e sua dignidade, não só são preservadas, como restituídas e confirmadas, na esfera própria das coisas divinas.

Baseada, pois, no Evangelho que lhe foi confiado, a Igreja proclama os direitos humanos. Reconhece e dá todo valor ao empenho com que eles são hoje promovidos, em todas as partes do mundo. Mas esse movimento precisa estar imbuído do espírito do Evangelho, para não cair numa espécie de falsa autonomia. Há sempre a tentação de considerar que os direitos pessoais só se preservariam sem a lei divina, o que constituiria perigoso desconhecimento da verdadeira dignidade humana.

42. A Igreja procura ajudar a sociedade - A união da família humana é favorecida e aperfeiçoada pela unidade, em Cristo, da família dos filhos de Deus. A missão própria que Cristo confiou à sua Igreja não é de ordem política, econômica ou social, mas religiosa, da qual, entretanto, emanam luz e forças que servem para fundamentar e fortalecer a comunidade humana, de acordo com a lei divina.

Dependendo das circunstâncias, a Igreja pode, e em certos casos deve, suscitar iniciativas em favor de todos, especialmente dos pobres, como o são as obras de misericórdia. A Igreja reconhece o que há de bom nos movimentos sociais de nossos dias, especialmente na evolução para maior unidade do mundo, nos processos sadios de socialização, nas organizações civis e nas associações econômicas.

A promoção da unidade está intimamente vinculada à missão própria da Igreja que, em Cristo, *é o sacramento, isto é, sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano*. Mostra ao mundo que a verdadeira união social externa provém da união das mentes e dos corações, da fé e da caridade, indissolivelmente ligadas à união que se funda no Espírito Santo. A força que a Igreja pode dar à sociedade vem do vigor da fé e do amor. Resulta da vida, não de qualquer domínio externo que possa exercer, utilizando-se de meios puramente humanos. Por sua natureza e missão, a Igreja não está vinculada a nenhuma forma de cultura nem a nenhum sistema político, econômico ou social. Graças à sua universalidade, porém, estabelece um laço estreitíssimo de união entre as diversas comunidades e nações humanas, desde que nela confiem e lhe reconheçam a plena liberdade de ação. Por isso a Igreja aconselha não apenas aos seus filhos, mas todos os seres humanos, que superem as dissensões entre nações e raças, passando a viver num espírito familiar de filhos de Deus, que consolidará internamente todas as justas associações entre os homens.

O Concílio considera com todo respeito tudo que há de verdadeiro, de bom e de justo nas mais diversas instituições sociais. Declara que a Igreja quer ajudar e promover todas essas instituições, no que dela dependa e que tenha relação com sua missão. O que mais deseja é estar a serviço do bem de todos, gozando de plena liberdade em qualquer regime que seja, desde que reconheça os direitos fundamentais da pessoa e da família e as necessidades do bem comum.

43. Por meio dos cristãos, a Igreja procura dar apoio a todas as atividades humanas - O concílio exorta os fiéis, cidadãos de uma e de outra cidade a se deixarem conduzir pelo espírito do Evangelho e, ao mesmo tempo, a cumprir fielmente seus deveres terrestres. Afastam-se da verdade todos aqueles que, sabendo que não temos aqui morada permanente, mas buscamos a futura, julgam poder negligenciar suas obrigações temporais, pensando não lhes estar sujeitos por causa da fé, segundo a vocação a que cada um foi chamado. Não é menor o erro daqueles que, pelo contrário, julgam poder mergulhar nos negócios terrenos independentemente das exigências da religião, pensando que esta se limita a determinados atos de culto e ao fiel cumprimento de certos preceitos morais. Esta divisão entre a fé professada e a vida cotidiana de muitos é um dos mais graves erros do nosso tempo. Os profetas, no Antigo Testamento, já o condenavam como um escândalo e Jesus Cristo, no Novo Testamento, o ameaça com pesadas penas. Evite-se a perniciosa oposição entre as atividades profissionais e sociais, de um lado, e as religiosas, de outro. O cristão que não cumpre suas obrigações temporais, falta a seus deveres para com o próximo e para com Deus e põe em risco a sua salvação eterna. Alegrem-se, ao contrário, os cristãos que, seguindo o exemplo de Cristo, que trabalhou como operário, exercem todas as suas atividades unificando os esforços humanos, domésticos, profissionais, científicos e técnicos numa síntese vital com os bens religiosos, sob cuja direção tudo se orienta para a glória de Deus. Competem aos leigos, embora sem exclusividade, os deveres e as atividades seculares. Agindo como cidadãos do mundo, individual ou coletivamente, observarão as normas de cada disciplina e procurarão adquirir verdadeira competência nos setores em que atuam. Trabalharão em cooperação com os demais, na busca dos mesmos objetivos. Imbuídos de fé e lhe reconhecendo claramente as exigências, tomarão e procurarão levar a bom termo as iniciativas que se fizerem necessárias. A lei divina se aplica às realidades temporais através dos leigos, agindo de acordo com sua consciência, devidamente formada. Mas os leigos devem contar com as luzes e a força espiritual dos sacerdotes. Não pensem, porém, que seus pastores sejam peritos ou tenham respostas prontas e soluções concretas para todas as questões que possam surgir. Não é esta a sua missão. Seu papel específico é contribuir com as luzes da sabedoria cristã, fiéis à doutrina do magistério. Em geral, as soluções se apresentarão como decorrência da visão cristã em determinadas circunstâncias. Muitas vezes acontece que outros cristãos, igualmente sinceros, pensarem de maneira diversa. Mesmo que a solução proposta por uma das partes decorra, aos olhos da maioria, dos mais autênticos princípios evangélicos, não pode pretender a exclusividade, em nome da autoridade da Igreja. Todos devem se empenhar num diálogo de esclarecimento

recíproco, segundo as exigências da caridade e do bem comum. Os leigos que têm responsabilidade na Igreja, estão obrigados a agir, no mundo, de acordo com o espírito cristão, sendo, entre os seres humanos, testemunhas de Cristo. Bispos encarregados de governar a Igreja de Deus e sacerdotes, preguem de tal forma a mensagem de Cristo que todas as atividades temporais dos fiéis sejam iluminadas pelo Evangelho. Os pastores devem estar conscientes de que seu modo de viver o dia-a-dia é responsável pela imagem que se tem da Igreja e da opinião que se forma a respeito da verdade e da força da mensagem cristã. Pela vida e pela palavra, juntamente com os religiosos e com os fiéis, mostrem que a Igreja, com todos os seus dons, pela sua simples presença, é fonte inexaurível das virtudes de que o mundo de hoje tanto precisa. Dediquem-se aos estudos, para se tornarem capazes de dialogar com pessoas das mais variadas opiniões, tendo no coração o que diz o concílio: *A humanidade é hoje cada vez mais una, do ponto de vista civil, econômico e social. É preciso pois que os sacerdotes atuem em conjunto, sob a direção dos bispos e do papa, evitando toda a dispersão de forças, para conduzir a humanidade à unidade da família de Deus.*

Graças ao Espírito Santo a Igreja se manterá sempre como esposa fiel a seu Senhor e nunca deixará de ser, no mundo, sinal da salvação. Isto não quer dizer que entre os seus membros, não tenha havido muitos, através dos séculos, que foram infiéis ao Espírito de Deus, tanto clérigos como leigos. Ainda hoje a Igreja não ignora a distância que existe entre a mensagem que anuncia e a fraqueza humana daqueles a quem foi confiado o Evangelho. Devemos tomar conhecimento de tudo que a história registra a respeito dessas infidelidades e condená-las vigorosamente, para que não constituam obstáculo à difusão do Evangelho. Mas a Igreja tem consciência de quanto a experiência da história contribui para amadurecer suas relações com o mundo. Conduzida pelo Espírito Santo, a Igreja, como mãe, *exorta* seus filhos *a se purifiquem e a se renovarem, para que o sinal de Cristo brilhe cada vez mais na face da Igreja.*

44. O mundo auxilia a Igreja - Assim como interessa ao mundo reconhecer a Igreja, na sua realidade social, como fermento da história, a Igreja não deve esquecer quanto lhe aproveita a evolução e a história do gênero humano. A experiência dos séculos passados, o progresso das ciências e os muitos tesouros escondidos nas mais variadas culturas são extremamente úteis à Igreja: manifestam as virtudes da natureza humana e abrem novos caminhos para o conhecimento da verdade. Desde o início de sua história a Igreja soube anunciar Cristo por intermédio de expressões e conceitos lingüísticos aprendidos dos diversos povos e torná-lo melhor conhecido recorrendo à sabedoria dos filósofos. A Igreja teve sempre por objetivo adaptar o Evangelho à capacidade de entender do povo e às exigências dos intelectuais. Essa acomodação da pregação da palavra revelada é uma lei permanente da evangelização. Em todas as nações a possibilidade de exprimir a seu modo a mensagem de Cristo deve ser cultivada, promovendo-se um intercâmbio fecundo entre a Igreja e as diversas culturas.

Para intensificar este intercâmbio, especialmente nos dias de hoje, em que as coisas mudam rapidamente e a maneira de pensar é extremamente variada, a Igreja precisa daqueles que vivem no mundo, conhecem por dentro as diversas instituições e disciplinas, mesmo que não sejam cristãos. Todo o povo de Deus, mas especialmente os bispos e os teólogos, com o auxílio do Espírito Santo, devem estar atentos à linguagem do nosso tempo, analisá-la e interpretá-la à luz da palavra divina, para aprofundar sempre mais a compreensão da verdade revelada, melhor entendê-la e divulgá-la de maneira mais acessível. Dotada de estrutura social visível, sinal de sua unidade em Cristo, a Igreja pode aproveitar e se aproveita de fato da evolução da sociedade. Não que lhe falte qualquer elemento constitucional, mas deve sempre se conhecer de maneira mais profunda e se exprimir de maneira mais adequada aos tempos em que vivemos. Tem consciência de que muito deve, quer individual, quer coletivamente, a pessoas de todas as classes e condições. Todos os que lutam pela promoção da família, da cultura, da vida econômica, social e política, tanto nacional como internacional, segundo o desígnio de Deus, promovem igualmente a comunidade eclesial no que ela depende do auxílio externo, que é muito importante. A Igreja reconhece ainda que mesmo as resistências e oposições que encontrou e ainda encontra lhe são proveitosas, como sempre o foram.

45. Cristo, alfa e ômega - Ajudando o mundo e sendo por ele ajudada, a Igreja caminha para um único fim: a vinda do reino de Deus e a salvação de todo o gênero humano. Todo bem que o povo de Deus, em sua peregrinação terrestre, pode oferecer à família humana, vem da Igreja, como *sacramento da salvação universal*, mistério em que se manifesta e se realiza o amor de Deus para com os seres humanos.

O Verbo de Deus, por quem foram feitas todas as coisas, encarnou-se para salvar a todos e tudo recapitular, como homem perfeito. O Senhor é o fim da história humana, o ponto para o qual convergem todos os desejos da história e da civilização, o centro do gênero humano, a alegria de todos os corações e a realização de todas as nossas aspirações. Foi quem o Pai ressuscitou dos mortos, exaltou e colocou à sua direita, como juiz dos vivos e dos mortos. Vivificados e reunidos pelo seu Espírito, caminhamos para a realização final da história humana, que corresponderá plenamente ao seu desígnio de amor: *instaurar tudo em Cristo, no céu e na terra* (Ef 1, 10).

O próprio Senhor o diz: *Eis que venho em breve e comigo trago o salário para retribuir a cada um conforme o seu trabalho. Eu sou o alfa e o ômega, o primeiro e o último, o princípio e o fim* (Ap 22, 12s)”.
Nota:9

cf. **GS 42 e 43**: “A união da família humana é favorecida e aperfeiçoada pela unidade, em Cristo, da família dos filhos de Deus.

A missão própria que Cristo confiou à sua Igreja não é de ordem política, econômica ou social, mas religiosa, da qual, entretanto, emanam luz e forças que servem para fundamentar e fortalecer a comunidade humana, de acordo com a lei divina.

Dependendo das circunstâncias, a Igreja pode, e em certos casos deve, suscitar

iniciativas em favor de todos, especialmente dos pobres, como o são as obras de misericórdia.

A Igreja reconhece o que há de bom nos movimentos sociais de nossos dias, especialmente na evolução para maior unidade do mundo, nos processos sadios de socialização, nas organizações civis e nas associações econômicas.

A promoção da unidade está intimamente vinculada à missão própria da Igreja que, em Cristo, *é o sacramento, isto é, sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano*. Mostra ao mundo que a verdadeira união social externa provém da união das mentes e dos corações, da fé e da caridade, indissolivelmente ligadas à união que se funda no Espírito Santo. A força que a Igreja pode dar à sociedade vem do vigor da fé e do amor. Resulta da vida, não de qualquer domínio externo que possa exercer, utilizando-se de meios puramente humanos.

Por sua natureza e missão, a Igreja não está vinculada a nenhuma forma de cultura nem a nenhum sistema político, econômico ou social. Graças à sua universalidade, porém, estabelece um laço estreitíssimo de união entre as diversas comunidades e nações humanas, desde que nela confiem e lhe reconheçam a plena liberdade de ação. Por isso a Igreja aconselha não apenas aos seus filhos, mas todos os seres humanos, que superem as dissensões entre nações e raças, passando a viver num espírito familiar de filhos de Deus, que consolidará internamente todas as justas associações entre os homens.

O concílio considera com todo respeito tudo que há de verdadeiro, de bom e de justo nas mais diversas instituições sociais. Declara que a Igreja quer ajudar e promover todas essas instituições, no que dela dependa e que tenha relação com sua missão. O que mais deseja é estar a serviço do bem de todos, gozando de plena liberdade em qualquer regime que seja, desde que reconheça os direitos fundamentais da pessoa e da família e as necessidades do bem comum.

43: O concílio exorta os fiéis, cidadãos de uma e de outra cidade a se deixarem conduzir pelo espírito do Evangelho e, ao mesmo tempo, a cumprir fielmente seus deveres terrestres.

Afastam-se da verdade todos aqueles que, sabendo que não temos aqui morada permanente, mas buscamos a futura, julgam poder negligenciar suas obrigações temporais, pensando não lhes estar sujeitos por causa da fé, segundo a vocação a que cada um foi chamado.

Não é menor o erro daqueles que, pelo contrário, julgam poder mergulhar nos negócios terrenos independentemente das exigências da religião, pensando que esta se limita a determinados atos de culto e ao fiel cumprimento de certos preceitos morais. Esta divisão entre a fé professada e a vida cotidiana de muitos é um dos mais graves erros do nosso tempo. Os profetas, no Antigo Testamento, já o condenavam como um escândalo e Jesus Cristo, no Novo Testamento, o ameaça com pesadas penas.

Evite-se a perniciosa oposição entre as atividades profissionais e sociais, de um lado, e as religiosas, de outro. O cristão que não cumpre suas obrigações temporais, falta a

seus deveres para com o próximo e para com Deus e põe em risco a sua salvação eterna.

Alegrem-se, ao contrário, os cristãos que, seguindo o exemplo de Cristo, que trabalhou como operário, exercem todas as suas atividades unificando os esforços humanos, domésticos, profissionais, científicos e técnicos numa síntese vital com os bens religiosos, sob cuja direção tudo se orienta para a glória de Deus.

Competem aos leigos, embora sem exclusividade, os deveres e as atividades seculares. Agindo como cidadãos do mundo, individual ou coletivamente, observarão as normas de cada disciplina e procurarão adquirir verdadeira competência nos setores em que atuam. Trabalharão em cooperação com os demais, na busca dos mesmos objetivos. Imbuídos de fé e lhe reconhecendo claramente as exigências, tomarão e procurarão levar a bom termo as iniciativas que se fizerem necessárias. A lei divina se aplica às realidades temporais através dos leigos, agindo de acordo com sua consciência, devidamente formada. Mas os leigos devem contar com as luzes e a força espiritual dos sacerdotes. Não pensem, porém, que seus pastores sejam peritos ou tenham respostas prontas e soluções concretas para todas as questões que possam surgir. Não é esta a sua missão. Seu papel específico é contribuir com as luzes da sabedoria cristã, fiéis à doutrina do magistério.

Em geral, as soluções se apresentarão como decorrência da visão cristã em determinadas circunstâncias. Muitas vezes acontece que outros cristãos, igualmente sinceros, pensarem de maneira diversa. Mesmo que a solução proposta por uma das partes decorra, aos olhos da maioria, dos mais autênticos princípios evangélicos, não pode pretender a exclusividade, em nome da autoridade da Igreja. Todos devem se empenhar num diálogo de esclarecimento recíproco, segundo as exigências da caridade e do bem comum.

Os leigos que têm responsabilidade na Igreja, estão obrigados a agir, no mundo, de acordo com o espírito cristão, sendo, entre os seres humanos, testemunhas de Cristo. Bispos encarregados de governar a Igreja de Deus e sacerdotes, puguem de tal forma a mensagem de Cristo que todas as atividades temporais dos fiéis sejam iluminadas pelo Evangelho.

Os pastores devem estar conscientes de que seu modo de viver o dia-a-dia é responsável pela imagem que se tem da Igreja e da opinião que se forma a respeito da verdade e da força da mensagem cristã. Pela vida e pela palavra, juntamente com os religiosos e com os fiéis, mostrem que a Igreja, com todos os seus dons, pela sua simples presença, é fonte inexaurível das virtudes de que o mundo de hoje tanto precisa.

Dediquem-se aos estudos, para se tornarem capazes de dialogar com pessoas das mais variadas opiniões, tendo no coração o que diz o concílio: *A humanidade é hoje cada vez mais una, do ponto de vista civil, econômico e social. É preciso pois que os sacerdotes atuem em conjunto, sob a direção dos bispos e do papa, evitando toda a dispersão de forças, para conduzir a humanidade à unidade da família de Deus.*

Graças ao Espírito Santo a Igreja se manterá sempre como esposa fiel a seu Senhor e nunca deixará de ser, no mundo, sinal da salvação. Isto não quer dizer que entre os

seus membros, não tenha havido muitos, através dos séculos, que foram infiéis ao Espírito de Deus, tanto clérigos como leigos. Ainda hoje a Igreja não ignora a distância que existe entre a mensagem que anuncia e a fraqueza humana daqueles a quem foi confiado o Evangelho. Devemos tomar conhecimento de tudo que a história registra a respeito dessas infidelidades e condená-las vigorosamente, para que não constituam obstáculo à difusão do Evangelho. Mas a Igreja tem consciência de quanto a experiência da história contribui para amadurecer suas relações com o mundo. Conduzida pelo Espírito Santo, a Igreja, como mãe, *exorta* seus filhos *a se purificarem e a se renovarem, para que o sinal de Cristo brilhe cada vez mais na face da Igreja*”.

Nota:10

GS 44: “Assim como interessa ao mundo reconhecer a Igreja, na sua realidade social, como fermento da história, a Igreja não deve esquecer quanto lhe aproveita a evolução e a história do gênero humano.

A experiência dos séculos passados, o progresso das ciências e os muitos tesouros escondidos nas mais variadas culturas são extremamente úteis à Igreja: manifestam as virtudes da natureza humana e abrem novos caminhos para o conhecimento da verdade.

Desde o início de sua história a Igreja soube anunciar Cristo por intermédio de expressões e conceitos lingüísticos aprendidos dos diversos povos e torná-lo melhor conhecido recorrendo à sabedoria dos filósofos. A Igreja teve sempre por objetivo adaptar o Evangelho à capacidade de entender do povo e às exigências dos intelectuais. Essa acomodação da pregação da palavra revelada é uma lei permanente da evangelização. Em todas as nações a possibilidade de exprimir a seu modo a mensagem de Cristo deve ser cultivada, promovendo-se um intercâmbio fecundo entre a Igreja e as diversas culturas.

Para intensificar este intercâmbio, especialmente nos dias de hoje, em que as coisas mudam rapidamente e a maneira de pensar é extremamente variada, a Igreja precisa daqueles que vivem no mundo, conhecem por dentro as diversas instituições e disciplinas, mesmo que não sejam cristãos. Todo o povo de Deus, mas especialmente os bispos e os teólogos, com o auxílio do Espírito Santo, devem estar atentos à linguagem do nosso tempo, analisá-la e interpretá-la à luz da palavra divina, para aprofundar sempre mais a compreensão da verdade revelada, melhor entendê-la e divulgá-la de maneira mais acessível.

Dotada de estrutura social visível, sinal de sua unidade em Cristo, a Igreja pode aproveitar e se aproveita de fato da evolução da sociedade. Não que lhe falte qualquer elemento constitucional, mas deve sempre se conhecer de maneira mais profunda e se exprimir de maneira mais adequada aos tempos em que vivemos. Tem consciência de que muito deve, quer individual, quer coletivamente, a pessoas de todas as classes e condições. Todos os que lutam pela promoção da família, da cultura, da vida econômica, social e política, tanto nacional como internacional, segundo o desígnio de Deus, promovem igualmente a comunidade eclesial no que ela depende do auxílio externo, que é muito importante. A Igreja reconhece ainda

que mesmo as resistências e oposições que encontrou e ainda encontra lhe são proveitosas, como sempre o foram”.

Nota:11

cf. **LG 13, § 4º**: “Todos os seres humanos são chamados à unidade católica do povo de Deus, prenúncio da paz universal. Pertencem ou pertencerão a esta unidade os fiéis católicos, todos os que crêem em Cristo e, até mesmo, todos os homens, pois são chamados à salvação, pela graça de Deus”.

Nota:12

LG 16: “Os que ainda não receberam o Evangelho mantêm, com o povo de Deus, um relacionamento diversificado. Primeiro o povo a que foram dados os testamentos e as promessas, a cuja raça pertenceu Cristo, por nascimento (cf. Rm 9, 4-5). Povo escolhido com amor, definitivamente, pois os dons e vocação divinos nunca voltam atrás (cf. Rm 11, 28-29). A salvação alcança também aqueles que reconhecem o criador, antes de tudo os muçulmanos, que se filiam à fé de Abraão e conosco adoram a Deus, único e misericordioso, juiz de todos os homens no último dia. Mas Deus também não está longe daqueles que o buscam como a um desconhecido, através de suas sombras e imagens, pois a todos dá vida, inspiração e tudo o mais (cf. At 17, 25-28) e, como salvador, os quer salvar a todos, (cf. 1Tm 2, 4). Todos os que buscam a Deus sinceramente, procuram cumprir a sua vontade, conhecida através da consciência, e agem sob o influxo íntimo da graça, podem obter a salvação. A providência divina não priva dos auxílios necessários à salvação aqueles que, sem culpa expressa, ainda não alcançaram o conhecimento de Deus e procuram seguir o caminho do bem, não sem assistência da graça divina. A Igreja interpreta como preparação evangélica tudo que neles há de bom e de verdadeiro, dom daquele que ilumina todos as pessoas a fim de que tenham vida. Os seres humanos são muitas vezes enganados pelo maligno. Com raciocínios vazios trocam a verdade de Deus pela mentira e servem à criatura em lugar do criador (cf. Rm 1, 21.25). Vivendo e morrendo sem Deus, expõem-se ao eterno desespero. Por isso a Igreja, para a glória de Deus e salvação desses homens e mulheres, empenha-se nas missões, de acordo com o preceito do Senhor: Pregai o Evangelho a todas as criaturas. (Mc 16, 15)”.

Nota:13

AG 11, § 2º: “Para que o testemunho de Cristo seja válido, os cristãos devem valorizar o que têm de próprio os diferentes grupos humanos e neles se integrar com amor, participar integralmente de sua vida social e cultural e relacionar-se com naturalidade uns com os outros, sob todos os aspectos da vida humana de todo dia. Familiarizem-se com suas tradições nacionais e religiosas. Com alegria e respeito, assinalem os traços culturais destes povos que de algum modo têm referência aos valores cristãos e podem ser considerados como que sementes latentes da Palavra. Mas não deixem de assinalar também as profundas transformações por que hão de passar todas as sociedades. Estarão assim contribuindo para evitar que a civilização moderna, científica e tecnológica, os venha a afastar das coisas divinas, em lugar de despertar neles, ainda mais vivo, o desejo da verdade e do amor divinamente revelados. Cristo entendeu em profundidade o coração humano. Convivendo

humanamente com homens e mulheres, iluminava-os com a luz divina. Assim também o discípulo de Cristo, compenetrado de seu Espírito, deve procurar conhecer as pessoas com quem convive. Num diálogo sincero e paciente, levá-las a perceber o maravilhoso dom de Deus oferecido a todos e a aprofundá-lo à luz do Evangelho, para sua libertação e para que venham a reconhecer o senhorio de Deus Salvador”.

NA 2, § 2º: “A religião, desenvolvendo-se em conexão com a cultura, procura exprimir a resposta a estas questões fundamentais por intermédio de noções mais apuradas e numa linguagem melhor elaborada”.

cf. **LG 16:** “Os que ainda não receberam o Evangelho mantêm, com o povo de Deus, um relacionamento diversificado. Primeiro o povo a que foram dados os testamentos e as promessas, a cuja raça pertenceu Cristo, por nascimento (cf. Rm 9, 4-5). Povo escolhido com amor, definitivamente, pois os dons e vocação divinos nunca voltam atrás (cf. Rm 11, 28-29). A salvação alcança também aqueles que reconhecem o criador, antes de tudo os muçulmanos, que se filiam à fé de Abraão e conosco adoram a Deus, único e misericordioso, juiz de todos os homens no último dia. Mas Deus também não está longe daqueles que o buscam como a um desconhecido, através de suas sombras e imagens, pois a todos dá vida, inspiração e tudo o mais (cf. At 17, 25-28) e, como salvador, os quer salvar a todos, (cf. 1Tm 2, 4). Todos os que buscam a Deus sinceramente, procuram cumprir a sua vontade, conhecida através da consciência, e agem sob o influxo íntimo da graça, podem obter a salvação. A providência divina não priva dos auxílios necessários à salvação aqueles que, sem culpa expressa, ainda não alcançaram o conhecimento de Deus e procuram seguir o caminho do bem, não sem assistência da graça divina. A Igreja interpreta como preparação evangélica tudo que neles há de bom e de verdadeiro, dom daquele que ilumina todos as pessoas a fim de que tenham vida. Os seres humanos são muitas vezes enganados pelo Maligno. Com raciocínios vazios trocam a verdade de Deus pela mentira e servem à criatura em lugar do criador (cf. Rm 1, 21.25). Vivendo e morrendo sem Deus, expõem-se ao eterno desespero. Por isso a Igreja, para a glória de Deus e salvação desses homens e mulheres, empenha-se nas missões, de acordo com o preceito do Senhor: Pregai o Evangelho a todas as criaturas. (Mc 16, 15)”.

Nota:14

cf. **Discurso de Paulo VI**, na abertura do Sínodo, 27/9/1974. No dia 27-9-1974, com uma solene concelebração matinal na Capela Sixtina, foi iniciada, a III Assembléia Geral do Sínodo dos Bispos. Nesta concelebração Paulo VI proferiu uma homilia-oração, dirigindo-se a Cristo, nascente, causa histórica, causa eficiente e transcendente deste fenômeno prodigioso: o apostolado brotou de Ti, Mestre; de Ti, Salvador; de Ti, princípio e modelo; de Ti, Pontífice e hóstia da Salvação da humanidade.

A tarde, após ter o Cardeal Francisco König aberto os trabalhos da assembléia, Paulo VI proferiu o seguinte discurso, que transcrevemos conforme a tradução de *L' Osservatore Romano*, edição portuguesa, de 6-10-1974: “Veneráveis Irmãos: Depois

da celebração litúrgica desta manhã, eis-nos de novo reunidos, na aula Sinodal, para falarmos entre nós e para darmos início, segundo a ordem estabelecida, aos trabalhos que durante os próximos dias ocuparão esta Assembléia. Tudo quanto já dissemos hoje, dirigimo-lo diretamente, sob a forma de oração, ao Senhor Jesus, na convicção de que o tema importantíssimo da evangelização, pela sua dependência, segundo um desígnio unitário, do amor do Pai, do mandato de Cristo e da missão do Espírito Santo, devia antes de tudo ser enquadrado nesta elevada perspectiva, para ser depois estudado e aprofundado.

Comunhão Eclesial - Agora desejamos, veneráveis Irmãos, dirigir uma saudação afetuosa a todos vós, que, com grande sacrifício, deixastes as habituais ocupações das vossas sedes; mas permiti-nos, antes de mais, saudar em especial o Coadjutor do venerando Arcebispo de Hanói, o qual, não tendo podido assistir ao Concílio nem aos Sínodos anteriores, nem podendo igualmente, desta vez por motivos de saúde, tomar parte nesta Assembléia, enviando-nos o Senhor D. José Maria Trinh-Van-Can, seu Coadjutor, torna viva e presente pela primeira vez entre nós uma parte eleita, e que nos é tão querida, da Santa Igreja: a do Vietnã do Norte.

A cada um de vós, ao mesmo tempo que invocamos de novo a ajuda do céu sobre os trabalhos que estão para começar, queremos assegurar uma vez mais a Nossa confiança, agradecer-vos de coração, e desejar-vos «in osculo sancto» toda a espécie de bens.

Permiti-nos ainda que, ao menos por um instante, manifestemos também a Nossa complacência pelo espetáculo que Nos ofereceis: a vossa presença qualificada, solícita e sensível às exigências da Igreja universal, é, já por si, uma prova eloqüente se isso fosse necessário da realidade da comunhão eclesial. Deixai-Nos, pois, repetir a costumada e sempre significativa exclamação do Salmista: *Como é bom e é bonito viverem os irmãos em união!* (Sl 132,1).

De fato, esta comunhão é de tal natureza que leva a associar a mente e o coração num serviço precioso e urgente, e, por outro lado, constitui a atmosfera mais adequada e a condição ideal para o diálogo fraterno que daqui a pouco iniciareis. Esta comunhão, portanto, ao nível das vossas pessoas aqui congregadas para representarem, visível e efetivamente, as comunidades eclesiais distribuídas por todo o mundo, de todas as tribos, línguas, povos e nações (Ap 5,9), assume o valor de uma relação ainda mais íntima, de *conversatio*, e deverá exprimir-se através do colóquio leal, respeitoso e assim o esperamos frutuoso, em torno da problemática da evangelização do mundo contemporâneo.

Diversos Aspectos da Evangelização - Tem-se dito e repetido que este tema é importante e vastíssimo; mas deve acrescentar-se imediatamente que ele é também audaz e severo: porque nos obriga a procurar ver quais são, nestes anos tempestuosos, as reais condições sócio-culturais da humanidade, na qual e para a qual a Igreja vive; porque toca ao vivo a nossa responsabilidade de Pastores; porque nos põe de modo pungente, e diríamos até provocador, uma pergunta precisa, acerca da nossa própria razão de ser no meio da sociedade humana. Quem somos nós? Que fazemos aqui? E que devemos fazer? Nós somos um pequeno rebanho (Lc 12,32),

quer como pessoas aqui reunidas, quer como expressão sintética das nossas comunidades cristãs. Sendo assim, como podemos pretender dar uma resposta satisfatória a estas perguntas essenciais, e, ao mesmo tempo, desempenhar de maneira eficaz e adequada a missão de salvação que nos foi confiada?

No encontro litúrgico desta manhã, já adiantamos, a propósito, um primeiro pensamento, orientador e corroborante, referindo-nos ao aspecto originário, eficiente e teológico, desta missão. Com efeito, indicamos o «terminus a quo». *Eu vos envio* (Jo 20,21; cf. Lc 10,3), sussurrou-nos o Senhor, como a recordar-nos que, se estamos ainda no mundo, nele estamos sempre na qualidade de enviados, de embaixadores, de apóstolos e de missionários. Queremos agora completar o conceito, propondo o segundo aspecto o aspecto da finalidade, o aspecto eclesial e humano da evangelização, tendo em vista o correlativo «terminus ad quem»: A quem somos enviados? Estes dois termos podem servir para delimitar, proveitosamente, o âmbito da função evangelizadora, da qual tratareis depois, durante o Sínodo.

Sem queremos, obviamente, antecipar nada sobre o conteúdo e as respostas que de vós esperamos, deter-nos-emos agora sobre o tema, para indicarmos ao menos os seus aspectos gerais e fundamentais, e para oferecermos, deste modo, uma útil contribuição ao iminente debate.

Evangelizar é um Dever Premente - O primeiro aspecto da evangelização parece-nos ser o da sua «necessidade». A validade por nós recordada esta manhã do sacerdócio católico, enquanto emanção e participação direta do Sacerdócio de Cristo, corresponde a validade da nossa missão, em relação com as crescentes necessidades espirituais dos homens de hoje.

Evangelizar, não é, para nós, um convite facultativo, mas um dever premente, como o afirma com uma admoestação quase ameaçadora e dizia-o de si mesmo o Apóstolo das Gentes, que da evangelização foi apaixonado mestre e ministro: *Pesa sobre mim uma grande obrigação; e ai de mim se eu não fizer obra de evangelização* (cf. 1Cor 9,16). Este ai de mim, tão rígido e tão duro, pode parecer, à primeira vista, estar em contradição com o carácter persuasivo e dulcíssimo do anúncio evangélico; mas na realidade é salutar e oportuno: faz refletir, deve fazer refletir no imperativo permanente da obra de evangelização e nas responsabilidades respectivas de todos aqueles que, na estrutura bem articulada do Povo de Deus, participam, cada um a seu modo, no único e indivisível ministério apostólico.

Evangelizar, não é, por conseguinte, trabalho ocasional ou temporário, mas empenho estável e necessidade constitucional da Igreja; do *Ide e ensinai a todas as gentes* (cf. Mt 28,18-20; Mc 16,15) do seu Fundador à palavra de Paulo e á palavra igualmente firme de Pedro e de João (*Não podemos deixar de falar dAquele que vimos e ouvimos* At 4,20) o mandato permanece íntegro, coerente e obrigante até ao Concílio mais recente. Dispensamo-Nos, aqui, diante de vós que em larga medida fostes protagonistas desse acontecimento, de citar os inequívocos textos conciliares.

O Carácter Universal da Evangelização - Apresenta-se, assim, um segundo aspecto, intimamente relacionado com o anterior e que serve para definir melhor

ainda o mencionado «terminus ad quem»: referimo-nos à *universalidade* da evangelização, que o mesmo é dizer, à exigência de levar a mensagem evangélica a todos os homens, sem limitações geográficas, de raça, de nação, de história, de civilização; como aconteceu no dia do Pentecostes: *de todas as nações que há debaixo do céu* (At 2,5). Também este é um aspecto que se enquadra numa dimensão igualmente essencial e constitutiva da Igreja Católica, a dimensão missionária, e a orienta para o fim que lhe é indicado no texto citado antes, em que o *ide e ensinai* é referido a *todas as gentes*. Também aqui o Magistério conciliar preparou as nossas inteligências para esta imagem da Igreja, a qual, «por exigência íntima da sua catolicidade e obedecendo ao mandato do seu Fundador...», sendo «peregrina, é, por sua natureza, missionária» (Decr. Ad Gentes, 1, 2). Por outro lado, o empenho e o trabalho por que toda a língua confesse que Cristo é o Senhor e Redentor de todos, para glória do Pai (cf. Fl 2,11), sempre constituiu a ação constante da Igreja, graças à qual o nome cristão se espalhou tão depressa e se estabeleceu por toda a parte nos primeiros séculos.

Nesta perspectiva da universalidade da evangelização deparamos com um problema tão importante quão delicado, como é o do «ecumenismo», ao qual presentemente a Igreja dedica o mais vivo interesse e a mais fraterna consideração.

Este problema deverá ser estudado com o espírito e segundo as normas que lhe são próprios, mas também com renovada caridade e com esperança sempre nova.

Além disso, não podemos deixar de referir-nos também às religiões não-cristãs, as quais não devem ser tidas como rivais, nem como obstáculos à evangelização, mas antes como zonas dignas da mais respeitosa e mais humana consideração, e de futura, ou antes, já iniciada amizade.

E que diremos, por fim, das regiões e das sociedades em que já não há lugar para a religião? Eis outro problema de ingentes proporções! Aonde é que não chega, hoje em dia, este mar de incredulidade, de indiferença e até de hostilidade para com a religião? Pois, bem, apesar disso, não hesitamos em prosseguir, com esforço constante, no trabalho da evangelização. Pelo contrário, robustecê-lo-emos ainda mais, com a nossa fé, a nossa oração, a nossa sabedoria e a nossa paciência. Onde haverá fronteiras que possam conter a caridade evangélica? As muitas águas não puderam extinguir a caridade (Cânt 8,7). Ainda que parecesse pura loucura a evangelização, o seu testemunho será sempre inexpugnável. São muitos e grandes os problemas. Que o temor, porém, não nos paralise! Pensemos, antes, nestas palavras do Senhor Jesus: *Tudo atrairei a mim* (Jo 12,3).

Não há dúvida de que a dificuldade que leva a diminuir o esforço por dilatar a luz de Cristo no mundo ou a renunciar ao anúncio explícito do Evangelho, se apoia em razões mais que sedutoras: por um lado, poderia parecer pretensão quimérica propor o Evangelho em condições tão humanamente adversas e desfavoráveis; por outro lado, não se vê como se possa salvaguardar o respeito pela liberdade e pelos valores religiosos e morais autênticos, que se encontram também entre os povos não-cristãos, valores nos quais se entrevê, todavia, uma providencial predisposição para a plenitude da revelação cristã.

Finalidade da Evangelização - Por este motivo, será tarefa do Sínodo ver como se poderá conciliar este respeito pelas pessoas e pelas civilizações, e o diálogo sincero com elas o que constitui uma das condições fundamentais da verdadeira atitude cristã, com o universalismo da missão confiada por Cristo à Igreja.

Há depois um terceiro elemento a ter presente na evangelização: a sua específica *finalidade*. Seria necessário precisar melhor as relações entre a evangelização propriamente dita, e todo o esforço humano pelo desenvolvimento, para o qual justamente se espera o auxílio da Igreja, embora não seja essa a sua missão específica. Conhecemos as dificuldades objetivas que encontram a este próprio os filhos da Igreja empenhados no trabalho apostólico, os quais, muito freqüentemente, se vêem hoje tentados a esquecer a prioridade que deve ter a mensagem da salvação, reduzindo deste modo a própria ação à pura atividade sociológica ou política, e a missão da Igreja a uma mensagem antropocêntrica e temporal. Daqui a necessidade de reafirmar com clareza a finalidade especificamente religiosa da evangelização. Esta perderia a sua razão de ser se se afastasse do eixo religioso que a governa: o Reino de Deus, antes de toda e qualquer outra coisa, no seu sentido plenamente teológico, que liberta o homem do pecado, lhe propõe como supremo mandamento o amor de Deus, e como último destino a vida eterna.

Tarefa Evangelizadora e Promoção dos Povos - Todavia, isto não quer dizer que na evangelização se possa ou deva descurar a importância dos problemas, hoje tão debatidos, que dizem respeito à justiça, à libertação, ao desenvolvimento, e à paz no mundo. Seria esquecer a lição que nos vem do Evangelho, sobre o amor ao próximo que sofre e se encontra em necessidade (cf. Mt 25, 31-46); lição repetida pelo ensinamento apostólico (cf. 1Jo 4,20; Tg 2,14-28). Nós mesmo fizemos deste dever o objeto principal da nossa Encíclica *Populorum Progressio*.

Na realidade, a Igreja, seguindo o exemplo e a doutrina do divino Salvador, não deixou nunca de promover a elevação dos povos aos quais leva a fé em Cristo. Tanto a sua doutrina como a sua moral se traduziram sempre em instituições concretas que solicitam os homens para uma progressiva elevação em todos os setores, desde o propriamente religioso, ao político, social e civil.

Como afirma o Concílio Vaticano II, a missão da Igreja não é de «ordem política», nem de ordem econômica ou social: de fato, o fim que (Cristo) lhe atribuiu é de ordem religiosa». Contudo, precisamente desta missão religiosa nascem funções, luz e energias que podem contribuir para construir e consolidar a comunidade humana «segundo a lei divina» (Const. *Gaudium et Spes*, n. 42). Isto, pelo que se refere especialmente aos leigos, reveste-se de grande importância, dado que eles são chamados a «buscar o Reino de Deus, ocupando-se das coisas temporais (Const. *Lumen Gentium*, n. 31), e «ainda quando se entregam a tarefas temporais podem e devem realizar uma ação preciosa para a evangelização do mundo» (*ibid.*, n. 35). Por conseguinte, não existe oposição nem separação, mas sim complementariedade entre evangelização e progresso humano, os quais, se bem que distintos e subordinados entre si, se integram reciprocamente, na convergência para o mesmo objetivo: a salvação do homem.

O Problema dos Meios e do Método - Tudo isto impõe, sem dúvida, uma reflexão profunda sobre as diversas formas de que pode revestir-se a ação evangelizadora. É verdade que o mundo de hoje levanta à Igreja problemas formidáveis; mas não devem também esquecer-se as possibilidades imensas, noutros tempos impensáveis, que ele oferece àqueles que, em nome de Cristo, *anunciam a boa-nova* (Rm 10,15). De fato, quem poderá deixar de reconhecer os vastos horizontes abertos pelos meios de comunicação social à difusão universal e simultânea da Palavra de salvação? Renunciar a estas ocasiões favoráveis e entreter-se em críticas corrosivas significaria perder o encontro marcado com a hora de Deus, seguindo-se daí incalculáveis prejuízos para o futuro da cristandade.

Isto quer dizer que, hoje, o ação evangelizadora deve ser concebida no contexto de uma visão ampla e moderna, quanto aos métodos, às obras, à organização, e à formação dos obreiros do Evangelho. É um trabalho que vós, veneráveis irmãos, vos apressais para realizar neste Sínodo, com grande sentido de responsabilidade. Oxalá que as vossas canseiras, com a ajuda do Senhor, venham a corresponder às expectativas!

É claro que não se poderá nunca recorrer a métodos abertamente contrastantes com o espírito do Evangelho: por conseguinte, nem a violência, nem a revolução, nem o colonialismo, seja sob que forma for, poderão servir como meios para a ação evangelizadora da Igreja; como também o não podem a política por si mesma, embora seja dever dos cristãos darem a própria contribuição para a administração da coisa pública.

Pelo contrário, há de ser tarefa vossa proceder ao confronto entre a concepção tradicional da ação evangelizadora e as novas aberturas que se inspiram no Concílio e nas mudadas condições dos tempos. Dever-se-á, certamente, consagrar uma consideração preferencial às estruturas e instituições da Igreja, já experimentados ao longo dos séculos; mas, sem desacreditar o passado nem destruir os valores adquiridos, procurar-se-á, serenamente, manter uma atitude de abertura para tudo o que de bom e válido se encontra nas novas experiências, conciliando assim nova et vetera (as coisas novas e as antigas), especialmente quando se tratar de movimentos que trabalham em colaboração com a Hierarquia. De todos os modos, havereis de fazer vosso o lema paulino: *examinai tudo, e retende o que for bom* (1Ts 5,21).

Confiança e Otimismo - Por fim, mantende um sã otimismo, animados por uma dupla e sólida confiança, sobre a qual, como sobre duas asas, deveis conduzir o vosso trabalho, rumo a novas conquistas do Evangelho: confiança nos vossos esforços, pois trabalhais pela Igreja; e confiança em Cristo, que está convosco, vive convosco, e Se serve da vossa colaboração e da vossa experiência para dilatar no mundo os confins do Seu reino de Justiça e santidade, de amor e de paz.

Confiamos estes votos à intercessão da Santíssima Virgem Maria, que Nós já proclamamos. Mãe da Igreja, e que sempre, desde os tempos apostólicos, foi honrada como Rainha dos Apóstolos, quer dizer, de todos os Pastores de ontem e de hoje. Com a Nossa Bênção Apostólica”.

Nota:15

cf. **GS 92**: “Em virtude de sua missão de iluminar todo o mundo com o anúncio do Evangelho e reunir todos os seres humanos, de todas as nações, raças e culturas num mesmo Espírito, a Igreja é sinal da fraternidade que permite e se concretiza no diálogo sincero entre todos. É preciso que comecemos por promover, dentro da própria Igreja, a estima recíproca, o respeito e a concórdia, reconhecendo-se toda diversidade legítima, para que se estabeleça um diálogo frutífero entre todos os que formam o único povo de Deus, tanto pastores, como fiéis. O que nos une é mais forte do que o que nos divide: haja unidade no que é necessário, liberdade onde há dúvida e, em tudo, caridade.

Nosso pensamento se dirige aos irmãos que ainda não vivem conosco em perfeita comunhão, embora unidos na confissão do Pai, do Filho e do Espírito Santo, pelo vínculo da caridade, lembrando-nos de que a união dos cristãos é hoje um desejo e uma expectativa, até mesmo dos que não crêem em Cristo. Quanto maior for esta unidade, na força do Espírito Santo, na verdade e na caridade, mais clara é a perspectiva da paz. Juntos, procuremos hoje alcançar esse objetivo, por uma fidelidade cada vez maior ao Evangelho, pela cooperação fraterna a serviço da família humana, que, em Jesus Cristo, é chamada a ser a família dos filhos de Deus. Dirige-se também o nosso pensamento a todos aqueles que reconhecem a Deus e conservam em suas tradições preciosos elementos religiosos e humanos, na esperança de estabelecer com eles um diálogo sincero, que nos torne dóceis a aceitar e prontos em realizar os impulsos do Espírito.

Esse desejo de dialogar, conduzido unicamente pelo amor da verdade, não exclui ninguém, desde que se realize com a necessária prudência. Refere-se a todos os que cultivam os bens do espírito, mesmo que ainda não reconheçam o seu autor, os que se opõem à Igreja de diversos modos e até a perseguem. Deus, princípio e fim de tudo e de todos, quer que nos tratemos e sejamos realmente irmãos. Em virtude pois desta mesma vocação humana e divina, devemos e podemos construir o mundo sem dolo nem violência, cooperando pacificamente uns com os outros”.

Nota:16

cf. **Doc. de Medellín**, 1968, c.6: **Pastoral Popular**: “*I. Situação. 1.* Na América Latina, na grande massa de batizados, as condições de fé, crenças e práticas cristãs são muito diversas, não só de um país para outro, como entre regiões de uma mesma nação, e ainda entre os diversos níveis sociais. Encontram-se também grupos étnicos semipagãos; massas camponesas que conservam uma profunda religiosidade e massas de marginalizados com sentimentos religiosos, mas de pouca prática cristã. Há um processo de transformação cultural e religiosa. A evangelização do continente experimenta sérias dificuldades que se vêm agravando diante da explosão demográfica, das migrações internas, das modificações socioculturais, da escassez de pessoal apostólico e da adaptação deficiente das estruturas eclesiais. Até agora a Igreja contou principalmente com uma pastoral de conservação, baseada numa sacramentalização com pouca ênfase numa prévia evangelização. Pastoral apta, sem dúvida, para uma época em que as estruturas sociais coincidiam com as estruturas religiosas, em que os métodos de comunicação dos valores (família,

escola etc.) estavam impregnados de valores cristãos e onde a fé se transmitia quase pela própria força da tradição.

Hoje, entretanto, as próprias transformações do continente exigem uma revisão dessa pastoral, a fim de que se adapte à diversidade e pluralidade culturais do povo latino-americano.

2. A expressão da religiosidade popular é fruto de uma evangelização realizada desde o tempo da Conquista, com características especiais. É uma religiosidade de votos e promessas, de peregrinações e de um número infinito de devoções, baseada na recepção dos sacramentos, especialmente do batismo e da primeira eucaristia, recepção que tem mais conseqüências sociais que um verdadeiro influxo no exercício da vida cristã.

Observa-se na expressão da religiosidade popular uma enorme reserva de virtudes autenticamente cristãs, especialmente no que diz respeito à caridade, mesmo quando sua conduta moral aponte deficiência. Sua participação na vida de culto oficial é quase nula e sua adesão à organização da Igreja muito escassa.

Esta religiosidade, mais do tipo cósmico, em que Deus é resposta a todas as incógnitas e necessidades do homem, pode entrar em crise e, de fato, já começou a entrar com o conhecimento científico do mundo que nos rodeia.

3. Ante esta religiosidade se apresenta à Igreja um dilema: ou continua a ser Igreja universal ou converte-se em seita e, portanto, não os incorpora a si os homens que se expressam sob este tipo de religiosidade. Por ser Igreja e não seita, deverá oferecer sua mensagem de salvação a todos os homens, correndo, talvez, o risco de que nem todos a aceitem da mesma forma e com a mesma intensidade.

Como em toda sociedade humana os diversos grupos de pessoas captam de modo diferente os objetivos da organização, respondem igualmente de formas diversas aos valores e normas que o grupo professa, os graus de participação são diversos; as lealdades, o sentido de solidariedade nem sempre são expressos do mesmo modo. Há, além disso, na sociedade contemporânea, uma tendência aparentemente contraditória; tendência às manifestações grupais no comportamento humano e, simultaneamente, uma tendência para as pequenas comunidades onde existe melhor possibilidade de realização como pessoas.

Do ponto de vista da vivência religiosa, sabemos que nem todos os homens aceitam e vivem a mensagem religiosa da mesma maneira. Em nível pessoal um mesmo homem experimenta fases distintas em sua resposta a Deus, e em nível social, nem todos manifestam sua religiosidade nem sua fé de um modo unívoco. O povo precisa manifestar sua fé de uma forma simples, emocional, coletiva.

4. Ao julgar a religiosidade popular, não podemos partir de uma interpretação cultural ocidentalizada das classes média e alta urbanas e sim do significado que essa religiosidade tem no contexto da subcultura dos grupos rurais e urbanos marginalizados.

Suas expressões podem estar deformadas e mescladas, em certa medida, com um patrimônio religioso ancestral, onde a tradição exerce um poder quase tirânico; correm o perigo de ser facilmente influenciadas por práticas mágicas e

supersticiosas, de revelar um caráter mais utilitário e certo temor ao divino, que necessita da intervenção de seres mais próximos ao homem e de expressões mais plásticas e concretas. Esses tipos de religiosidade podem ser, entretanto, balbucios de uma autêntica religiosidade, expressa com os elementos culturais de que dispõe. No fenômeno religioso existem motivações distintas que, por serem humanas, são mistas e podem corresponder ao desejo de segurança, contingência e, simultaneamente, à necessidade de adoração, gratidão para com o Ser Supremo. Motivações que se plasmam e se expressam em símbolos diversos. A fé chega ao homem envolta sempre numa linguagem cultural; e na religiosidade natural do homem podem encontrar-se germes de um chamado de Deus.

Em seu caminho para Deus, o homem contemporâneo se encontra com diversas situações. Isto reclama da Igreja adaptação da sua mensagem, isto é, modos diferentes de expressão na apresentação da mesma. E exige de cada homem, na medida do possível, uma aceitação mais pessoal e comunitária da mensagem da revelação.

II. Princípios Teológicos. **5.** Uma pastoral popular pode ser baseada nos seguintes critérios teológicos:

6. Os homens aderem à fé e participam na Igreja de diversas maneiras.

Ainda que não se possa supor, sem mais nem menos, a existência da fé por detrás de qualquer expressão religiosa aparentemente cristã. Tampouco se pode negar, arbitrariamente, o caráter de verdadeira adesão fiel e de participação eclesial real, embora fraca, a toda expressão que apresente elementos espúrios ou motivações temporais, mesmo egoístas. Com efeito, a fé como ato de uma humanidade peregrina no tempo se vê mesclada de imperfeições e motivações mistas.

7. É igualmente próprio da fé, embora incipiente e débil, um dinamismo e exigência que a levam a superar constantemente suas motivações inautênticas para firmar-se em outras mais autênticas. Pertence, pois, ao ato de fé, sob o impulso do Espírito Santo, aquele dinamismo interior que tende constantemente a aperfeiçoar o momento de apropriação salvífica transformando-o em ato de doação e entrega absoluta de si.

8. Em consequência, longe de tranquilizar-se com a idéia de que o povo latino-americano, em seu conjunto, possui a fé; longe de estar satisfeita com a tarefa de conservar a fé do povo em seus níveis inferiores, fracos e ameaçados, a Igreja na América Latina se propõe a estabelecer e a seguir uma linha de pedagogia pastoral que:

a) Assegure uma séria reevangelização das diversas áreas humanas do continente;

b) Promova constantemente uma reconversão e uma educação de nosso povo na fé em níveis cada vez mais profundos e maduros, seguindo o critério de uma pastoral dinâmica, que em consonância com a natureza da fé, impulse o povo fiel para a dupla dimensão pessoal e comunitária.

9. Segundo a vontade de Deus, os homens devem santificar-se e salvar-se não individualmente, mas constituídos em comunidade. Esta comunidade é convocada e congregada em primeiro lugar pelo anúncio da Palavra de Deus vivo. Entretanto,

não se edifica nenhuma comunidade cristã se ela não tiver como raiz e centro a celebração da Santíssima Eucaristia, mediante a qual a Igreja continuamente vive e cresce.

III. Recomendações Pastorais. **10.** Realizar estudos sérios e sistemáticos sobre a religiosidade popular e

11. Estudar e realizar uma pastoral litúrgica e catequética adequada, não só Impregnar as manifestações populares, como romarias, peregrinações, devoções diversas, da palavra evangélica.

12. Rever muitas das devoções aos santos, para que não sejam tomados apenas como intercessores, mas também como modelos de vida, de imitadores de Cristo. Tratar das devoções e dos sacramentos de maneira que não levem o homem a uma aceitação semifatalista e sim que o eduquem para se tornar concriador e administrador com Deus de seu destino.

13. Procurar a formação do maior número de comunidades eclesiais nas paróquias, especialmente nas zonas rurais ou entre os marginalizados urbanos. Comunidades que se devem basear na Palavra de Deus e realizar-se, o quanto for possível, na celebração eucarística, sempre em comunhão e sob a dependência do bispo.

A comunidade se formará na medida em que seus membros adquiram um sentido de pertença (de nós) que os leve a ser solidários numa missão comum, numa participação ativa, consciente e frutificante, na vida litúrgica e na convivência comunitária. Para tanto, é necessário fazê-los viver como comunidade, inculcando-lhes um objetivo comum: alcançar a salvação mediante a vivência da fé e do amor.

14. Para a necessária formação dessas comunidades, colocar em vigência, o quanto antes, o diaconato permanente e convidar a uma participação mais ativa os religiosos, religiosas, catequistas especialmente preparados e apóstolos leigos.

15. A pastoral das massas deverá adotar uma exigência cada vez maior para conseguir personalização e vida comunitária, de modo pedagógico, respeitando as etapas diversas no caminho para Deus. Respeito que não significará apenas aceitação e imobilismo, mas também um convite a uma vivência mais plena do Evangelho e a uma conversão reiterada. Para este fim, torna-se necessária a estruturação de organismos pastorais convenientes (nacionais, diocesanos, paroquiais) e sublinhe-se a importância dos meios de comunicação social para uma catequese apropriada. Finalmente, estimulem-se as missões baseadas em núcleos familiares ou bairros, que dêem um sentido de vida mais de acordo com as exigências do Evangelho”.

Nota:17

cf. **LG 8, § 3º:** “Compara-se pois, em profundidade, com o mistério do Verbo encarnado. Assim como a natureza humana, assumida pelo Verbo divino qual instrumento vivo da salvação, o serve, estando-lhe intimamente unida, a realidade social da Igreja está a serviço do Espírito de Cristo, que a anima, em vista do crescimento do corpo (cf. Ef 4, 16)”.

GS 43, § 6º: “Competem aos leigos, embora sem exclusividade, os deveres e as atividades seculares. Agindo como cidadãos do mundo, individual ou coletivamente,

observarão as normas de cada disciplina e procurarão adquirir verdadeira competência nos setores em que atuam. Trabalharão em cooperação com os demais, na busca dos mesmos objetivos. Imbuídos de fé e lhe reconhecendo claramente as exigências, tomarão e procurarão levar a bom termo as iniciativas que se fizerem necessárias. A lei divina se aplica às realidades temporais através dos leigos, agindo de acordo com sua consciência, devidamente formada. Mas os leigos devem contar com as luzes e a força espiritual dos sacerdotes. Não pensem, porém, que seus pastores sejam peritos ou tenham respostas prontas e soluções concretas para todas as questões que possam surgir. Não é esta a sua missão. Seu papel específico é contribuir com as luzes da sabedoria cristã, fiéis à doutrina do magistério”.

Nota:18

Ef 4,15-16: “Ao contrário, vivendo amor autêntico, cresceremos sob todos os aspectos em direção a Cristo, que é a Cabeça. Ele organiza e dá coesão ao corpo inteiro, através de uma rede de articulações, que são os membros, cada um com sua atividade própria, para que o corpo cresça e construa a si próprio no amor”.

Nota:19

Jo 17,20-21: “Eu não te peço só por estes, mas também por aqueles que vão acreditar em mim por causa da palavra deles, para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste”.

Nota:20

Ef 4,3-6: “Mantenham entre vocês laços de paz, para conservar a unidade do Espírito. Há um só corpo e um só Espírito, assim como a vocação de vocês os chamou a uma só esperança: há um só Senhor, uma só fé, um só batismo. Há um só Deus e Pai de todos, que está acima de todos, que age por meio de todos e está presente em todos”.

Nota:21

cf. **Ef 2,20:** “Vocês pertencem ao edifício que tem como alicerce os apóstolos e profetas; e o próprio Jesus Cristo é a pedra principal dessa construção”.

1Cor 3,10-12: “Eu, como bom arquiteto, lancei os alicerces conforme o dom que Deus me concedeu; outro constrói por cima do alicerce. Mas cada um veja como constrói! Ninguém pode colocar um alicerce diferente daquele que já foi posto: Jesus Cristo. Se alguém constrói sobre o alicerce com ouro, prata, pedras preciosas, madeira, capim ou palha”.

Nota:22

Ap 21,3: “Nisso, saiu do trono uma voz forte. E ouvi: Esta é a tenda de Deus com os homens. Ele vai morar com eles. Eles serão o seu povo e ele, o Deus-com-eles, será o seu Deus”.

Nota:23

1Cor 15,28: “E quando todas as coisas lhe tiverem sido submetidas, então o próprio Filho se submeterá àquele que tudo lhe submeteu, para que Deus seja tudo em todos”.

Nota:24

cf. **LG 2 e 4:** “Por livre desígnio de sabedoria e bondade, o Pai eterno criou o mundo e chamou mulheres e homens a participarem da vida divina. Embora tenham pecado

em Adão, Deus não os abandonou, proporcionando a todos o apoio indispensável à salvação, em vista do Cristo redentor, imagem do Deus invisível e primogênito de toda criatura (Cl 1, 15). De fato, desde sempre o Pai previu e predestinou todos os escolhidos a se tornarem conformes a imagem de seu Filho, primogênito entre muitos irmãos (Rm 8, 29). Ao mesmo tempo, estabeleceu que todos os fiéis a Cristo se reunissem na santa Igreja. Diz-se, por isso, que a Igreja foi esboçada desde as origens do mundo, preparada de modo admirável pela aliança antiga, que está na base da história de Israel, constituída nesses últimos tempos, manifestada pelo dom do Espírito Santo, mas que só estará terminada no fim dos séculos. É o que ensinam os santos padres quando dizem que todos os justos, do primeiro ao último, desde Abel ou mesmo desde Adão, estarão reunidos formando a Igreja, junto ao Pai.

LG 4: Depois que o Filho terminou a obra que o Pai lhe confiara (cf. Jo 17, 4), o Espírito Santo foi enviado, no dia de Pentecostes, como fonte perene de santificação da Igreja, dando assim, aos que crêem em Cristo, acesso ao Pai (cf. Ef 2, 18). É o Espírito da vida, fonte que jorra para a vida eterna (cf. Jo 4, 14; 7, 38-39), pois por ele o Pai dá vida aos homens mortos pelo pecado e, em Cristo, ressuscitará seus corpos mortais (cf. Rm 8, 10-11). O Espírito habita na Igreja e no coração dos fiéis como num templo (cf. 1Cor 3, 16; 6, 19), em que ora e dá testemunho de que são filhos adotivos (cf. Gl 4, 6; Rm 8, 15-16 e 26). Leva a Igreja à verdade plena (cf. Jo 16, 13) e a unifica na comunhão e no ministério. Com os diversos dons hierárquicos e carismáticos, a instrui, dirige e enriquece com seus frutos (cf. Ef 4, 11-12; 1Cor 12, 4; Gl 5, 22). Rejuvenesce a Igreja com a força do Evangelho, renova-a continuamente e a conduz à união consumada com seu esposo. Por isso o Espírito e a esposa dizem ao Senhor Jesus: Vem (cf. Ap 22, 17). A Igreja é pois o povo unido pela unidade mesma do Pai, do Filho e do Espírito Santo”.

Nota:25

LG 13, § 1º: “Todas as pessoas são chamadas a formar o povo de Deus, que não conhece limites nem de tempo nem de espaço. Abrangendo todos os homens de todos os recantos do universo e de todos os tempos, mantém sua unidade. Como povo único, cumpre o desígnio de Deus, que criou uma única natureza humana e decidiu reunir na unidade todos os seus filhos dispersos (cf. Jo 11, 52). Foi esta a missão do Filho, estabelecido por Deus herdeiro de todas as coisas (cf. Hb 1, 2), mestre, rei e sacerdote de todos os homens, cabeça dos filhos de Deus, constituídos como povo novo e universal. Neste mesmo sentido, Deus enviou o Espírito de seu Filho, senhor e vivificador, que é princípio de reunião e unidade de toda a Igreja, bem como de todos os fiéis, na doutrina dos apóstolos, na união fraterna, na eucaristia e em todas as orações (cf. At 2, 42)”.

Nota:26

cf. **UR 2 § 5:** “Dessa forma a Igreja, rebanho único de Deus, como estandarte levantado entre os povos, serviço do Evangelho da paz entre todo o gênero humano caminha, na esperança, para a pátria celestial”.

Nota:27

UR 4, § 7: “Finalmente, ao examinar melhor sua fidelidade em relação à vontade de Cristo sobre a Igreja, todos se dispõem a prosseguir com maior afinco no trabalho de reforma ou de renovação de si mesmos”.

Nota:28

Jo 3,8: “O vento sopra onde quer, você ouve o barulho, mas não sabe de onde ele vem, nem para onde vai. Acontece a mesma coisa com quem nasceu do Espírito”.
cf. **LG 4:** “Depois que o Filho terminou a obra que o Pai lhe confiara (cf. Jo 17, 4), o Espírito Santo foi enviado, no dia de Pentecostes, como fonte perene de santificação da Igreja, dando assim, aos que crêem em Cristo, acesso ao Pai (cf. Ef 2, 18). É o Espírito da vida, fonte que jorra para a vida eterna (cf. Jo 4, 14; 7, 38-39), pois por ele o Pai dá vida aos homens mortos pelo pecado e, em Cristo, ressuscitará seus corpos mortais (cf. Rm 8, 10-11). O Espírito habita na Igreja e no coração dos fiéis como num templo (cf. 1Cor 3, 16; 6, 19), em que ora e dá testemunho de que são filhos adotivos (cf. Gl 4, 6; Rm 8, 15-16 e 26). Leva a Igreja à verdade plena (cf. Jo 16, 13) e a unifica na comunhão e no ministério. Com os diversos dons hierárquicos e carismáticos, a instrui, dirige e enriquece com seus frutos (cf. Ef 4, 11-12; 1Cor 12, 4; Gl 5, 22). Rejuvenesce a Igreja com a força do Evangelho, renova-a continuamente e a conduz à união consumada com seu esposo. Por isso o Espírito e a esposa dizem ao Senhor Jesus: Vem (cf. Ap 22, 17). A Igreja é pois o povo unido pela unidade mesma do Pai, do Filho e do Espírito Santo”.

Nota:29

cf. **OE 5:** “A história, as tradições e inúmeras instituições eclesiais mostram o valor que as Igrejas orientais têm para a Igreja universal. Por isso, o concílio, além de querer conservar este patrimônio com a estima e o louvor devidos, considera o patrimônio da Igreja cristã universal. Nesse sentido, declara solenemente que as Igrejas do Oriente, como as do Ocidente, têm o direito e o dever de mantê-lo, de acordo com seu peculiar regime de governo, que se recomenda por sua antigüidade venerável, por melhor se adaptar ao modo de ser de seus fiéis e, por conseguinte, melhor servir ao bem de suas almas”.

SC 38: “Mantida a unidade substancial do rito romano, admitem-se, na própria revisão dos livros litúrgicos, legítimas variações e adaptações aos diversos grupos, regiões e povos, principalmente nas missões, devendo-se prever essas variações na estrutura dos ritos e nas rubricas”.

Nota:30

LG 13, § 3: “Em virtude desta catolicidade, cada uma das partes traz seus dons às outras e a toda a Igreja, somam-se umas às outras e ao todo, numa recíproca comunhão, fruto da mesma inspiração comum. Assim, o povo de Deus não só provém de povos diversos, como se compõe de enorme variedade. Entre seus membros há diversidade de funções. Alguns exercem o ministério sagrado em benefício de seus irmãos. Dentre esses, há os que levam uma vida de acordo com sua ordenação e muitos outros que, professando a vida religiosa, buscam a santidade de maneira mais estrita, servindo de exemplo e estímulo para seus irmãos. Além disso, dentro da comunhão eclesial, há igrejas particulares, que vivem segundo suas próprias tradições, sem nenhuma diminuição do primado da cátedra de Pedro, que

preside a todos, procura proteger a legítima diversidade e fazer com que as particularidades, em vez de prejudicar, contribuam para a unidade. Por isso formam-se entre as partes da Igreja inúmeros laços de comunhão íntima, tanto no que toca aos bens espirituais, como no que concerne à colaboração apostólica e até aos auxílios temporais. O povo de Deus é chamado a entrar em comunhão, bem como as próprias igrejas, segundo a palavra do apóstolo: Cada um viva de acordo com a graça recebida e coloquem-se todos a serviço uns dos outros, como bons administradores das muitas formas de graça que Deus lhes concedeu (1Pd 4, 10)”.

Nota:31

cf. **AA 3, § 4:** “O mesmo Espírito Santo, que santifica o povo de Deus pelo ministério e pelos sacramentos, concede também aos fiéis dons peculiares (cf. 1Cor 12, 7) para o exercício do apostolado, distribuindo-os a seu bel-prazer(cf. 1Cor 12, 11). Assim, cada um, na medida da graça recebida, é chamado a colocar esses dons a serviço dos outros, tornando-se todos, bons dispensadores da graça multiforme de Deus (1Pd 4, 10), para a edificação de todo o corpo, no amor (cf. Ef 4, 16). Destes carismas, por mais simples que sejam, provêm o direito e o dever de cada fiel de exercê-los, no mundo e na Igreja, em benefício dos seres humanos e da própria Igreja. Este exercício deve ser feito na liberdade do Espírito Santo, que sopra onde quer (cf. Jo 3, 8), mas, ao mesmo tempo, em comunhão com os irmãos em Cristo e, especialmente, com seus pastores, a quem pertence julgar da autenticidade dos carismas e de seu conveniente exercício, não para abafar o Espírito, mas para tudo provar e reter o que é bom(cf. 1Ts 5, 12.19.21)”.

LG 12, § 2: “Mas não é só pelos sacramentos e pelos ministérios que o Espírito Santo santifica, dirige e fortalece o povo de Deus. Distribuindo os seus dons a cada um, conforme quer (1Cor 12, 11), o Espírito Santo distribui graças especiais aos fiéis das mais variadas condições, tornando-os aptos e dispostos a assumir os trabalhos e funções úteis à renovação e ao maior desenvolvimento da Igreja, de acordo com o que está escrito: Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito, para utilidade de todos (1Cor 12, 7). Todos esses carismas, dos mais extraordinários aos mais simples e mais difundidos devem ser acolhidos com ação de graças e satisfação, pois correspondem às necessidades da Igreja e lhe são úteis. Não se deve porém cobiçar temerariamente os dons extraordinários nem esperar deles, com presunção, frutos significativos nos trabalhos apostólicos. A apreciação sobre os dons e seu exercício ordenado no seio da Igreja pertence aos que a presidem, que têm especial mandato de não abafar o Espírito, mas tudo provar e reter o que é bom (cf. 1Ts 5, 12.19-21)”.

LG 13 § 3: “Em virtude desta catolicidade, cada uma das partes traz seus dons às outras e a toda a Igreja, somam-se umas às outras e ao todo, numa recíproca comunhão, fruto da mesma inspiração comum. Assim, o povo de Deus não só provém de povos diversos, como se compõe de enorme variedade. Entre seus membros há diversidade de funções. Alguns exercem o ministério sagrado em benefício de seus irmãos. Dentre esses, há os que levam uma vida de acordo com sua ordenação e muitos outros que, professando a vida religiosa, buscam a santidade

de maneira mais estrita, servindo de exemplo e estímulo para seus irmãos. Além disso, dentro da comunhão eclesial, há igrejas particulares, que vivem segundo suas próprias tradições, sem nenhuma diminuição do primado da cátedra de Pedro, que preside a todos, procura proteger a legítima diversidade e fazer com que as particularidades, em vez de prejudicar, contribuam para a unidade. Por isso formam-se entre as partes da Igreja inúmeros laços de comunhão íntima, tanto no que toca aos bens espirituais, como no que concerne à colaboração apostólica e até aos auxílios temporais. O povo de Deus é chamado a entrar em comunhão, bem como as próprias igrejas, segundo a palavra do apóstolo: Cada um viva de acordo com a graça recebida e coloquem-se todos a serviço uns dos outros, como bons administradores das muitas formas de graça que Deus lhes concedeu (1Pd 4, 10)”.
Nota:32

1 Cor 12,24-26: “Os que são decentes não precisam desses cuidados. Deus dispôs o corpo de modo a conceder maior honra ao que é menos nobre, a fim de que não haja divisão no corpo, mas os membros tenham igual cuidado uns para com os outros. Se um membro sofre, todos os membros participam do seu sofrimento; se um membro é honrado, todos os membros participam de sua alegria”.

Nota:33

cf. **LG 14:** “O concílio se dirige primeiramente aos fiéis católicos. A Sagrada Escritura, articulada com a Tradição, ensina que a Igreja peregrina é necessária à salvação. Com efeito. Cristo é o mediador único da salvação. Ele está presente no mundo, em seu corpo, que é a Igreja. Foi ele mesmo que insistiu na necessidade da fé e do batismo (cf. Mc 16, 16; Jo 3, 5) estabelecendo assim a necessidade da Igreja, de que o batismo é a porta. No entanto, se desconhcerem a necessidade da Igreja fundada por Deus, por intermédio de Jesus, mesmo os homens que se recusam a acolhê-la ou a permanecer nela podem se salvar. Pertencem plenamente à sociedade eclesial aqueles que vivem segundo o Espírito de Cristo, acolhem todas as disposições da Igreja e todos os meios de salvação por ela instituídos, sob a direção do soberano pontífice e dos bispos, unidos pelos laços da profissão de fé, dos sacramentos, das normas eclesiásticas e da comunhão. Não se salvam, porém, aqueles que, embora pertencendo à Igreja, não perseveram no amor. Estão no seio da Igreja apenas pelo corpo, não pelo coração. Lembrem-se entretanto, todos os membros da Igreja, que a ela pertencem não por méritos próprios, mas pela graça de Cristo. Se não lhe correspondem pelos pensamentos, palavras e ações, também não se salvarão e serão até julgados com maior rigor. Os catecúmenos que, graças ao Espírito Santo, desejam profundamente entrar na Igreja, já estão ligados a ela por esse mesmo desejo. A Igreja já os trata como mãe, dedicando-lhes todo amor e atenção”.

Nota:34

cf. **CD 11:** “Diocese é a porção do povo de Deus confiada aos pastores do bispo com a cooperação dos sacerdotes. Congregada no Espírito Santo pelo seu pastor, através do Evangelho e da eucaristia, une-se a ele, constituindo uma igreja particular, na qual está verdadeiramente presente e operante a Igreja de Cristo, uma, santa, católica e apostólica.

O bispo a que foi confiada uma igreja particular é seu pastor próprio, ordinário e imediato. Apascenta suas ovelhas em nome de Cristo, sob a autoridade do sumo pontífice, no exercício de suas funções de ensinar, santificar e governar. Deve entretanto reconhecer os direitos legítimos dos patriarcas ou outras autoridades. Que os bispos saibam que dar o testemunho de Cristo diante de todos os homens faz parte de sua função apostólica. Cuidem não somente dos que já seguem o príncipe dos pastores, mas se dediquem também de coração àqueles que se afastaram de algum modo da verdade ou do Evangelho de Cristo e ignoram a salvação misericordiosa, a fim de que todos caminhem na bondade, na justiça e na verdade (Ef 5, 9)”.
Nota:35

LG 23: “A união colegial se manifesta igualmente nas relações recíprocas dos diversos bispos entre si e com a Igreja universal. O pontífice romano, sucessor de Pedro, é princípio e fundamento visível da unidade, tanto dos bispos como do conjunto dos fiéis. Cada um dos bispos, por sua vez, é princípio e fundamento da unidade, em suas respectivas igrejas particulares com as quais e por meio das quais das quais, à imagem da Igreja universal, se forma a única Igreja católica. Por isso, cada bispo representa a sua igreja e, em união com o papa, a Igreja universal, unida pelo vínculo da paz, do amor e da unidade.

À frente de sua igreja particular, o bispo exerce o governo pastoral sobre a porção do povo de Deus que lhe foi confiada, mas não sobre as outras igrejas ou sobre a Igreja universal. Como membros do colégio episcopal e legítimos sucessores dos apóstolos, os bispos devem se preocupar com toda a Igreja, por disposição e preceito do próprio Cristo. Apesar de não exercerem, sob esse aspecto, nenhum ato de jurisdição, contribuem imensamente para o bem da Igreja universal. Todos os bispos devem promover e defender a unidade da fé e da disciplina comum a toda a Igreja e ensinar aos fiéis o amor do corpo místico de Cristo, especialmente dos membros mais pobres, dos doentes e dos que sofrem perseguição por causa da justiça (cf. Mt 5, 10). Devem apoiar todas as iniciativas da Igreja, especialmente no que se refere ao aumento da fé, para que a luz da verdade plena brilhe para todos os homens. Quando dirigem bem a própria igreja, como porção da Igreja universal, cooperam eficazmente para o bem de todo o corpo místico, que é, precisamente, o conjunto de todas as igrejas.

Cristo confiou aos pastores, em conjunto, a função de anunciar o Evangelho ao mundo inteiro, como lembrou o papa Celestino aos padres do Concílio de Éfeso. Na medida, pois, em que o exercício de sua função específica lhe permite, o bispo deve se associar aos outros e ao sucessor de Pedro, especialmente encarregado da enorme responsabilidade de propagar a religião cristã. Os bispos devem, por isso, se empenhar com todas as forças em favor das missões, contribuindo com operários para a messe e com toda espécie de auxílios espirituais e materiais, quer por si mesmos, quer suscitando a cooperação generosa dos fiéis. Devem também, inspirados por uma caridade sem limites, prestar alegremente auxílio fraterno às outras igrejas, especialmente às mais próximas e às mais pobres.

A divina providência quis que, desde o tempo dos apóstolos e de seus sucessores, várias igrejas, em determinadas regiões, se associassem entre si, ao longo da história, formando grupos organicamente estruturados, tanto do ponto de vista disciplinar, como no que concerne às práticas litúrgicas e ao patrimônio teológico e espiritual, respeitadas sempre a unidade da fé e a constituição da Igreja universal. Alguns desses conglomerados, especialmente as antigas igrejas patriarcais, como verdadeiras mães na fé, geraram filhas com as quais mantêm até hoje um vínculo estreito de caridade, quer na vida sacramental, quer no respeito mútuo dos direitos e dos deveres recíprocos. A variedade dessas igrejas locais, unidas entre si, é prova evidente da catolicidade da Igreja indivisa. Nos nossos dias, as conferências episcopais podem desempenhar esse papel diversificado e fecundo, exprimindo, de maneira concreta, o sentimento de colegialidade”.

Nota:36

LG 13, § 4: “Todos os seres humanos são chamados à unidade católica do povo de Deus, prenúncio da paz universal. Pertencem ou pertencerão a esta unidade os fiéis católicos, todos os que crêem em Cristo e, até mesmo, todos os homens, pois são chamados à salvação, pela graça de Deus”.

Nota:37

LG 1: “O concílio deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas (cf. Mc 16, 15). A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano. Insistindo no tema dos concílios anteriores, ela quer manifestar, tanto aos fiéis como ao universo inteiro, com redobrado vigor, sua natureza e sua missão universal. Nos dias de hoje, os homens estão profundamente ligados uns aos outros pelos laços sociais, pela interdependência técnica e pela cultura. Torna-se então mais urgente o dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo”.

SC 2: “A liturgia, em que *a obra de nossa redenção se realiza*, especialmente pelo divino sacrifício da eucaristia, contribui decisivamente para que os fiéis expressem em sua vida e manifestem aos outros o mistério de Cristo e a natureza genuína da verdadeira Igreja. Ela é, ao mesmo tempo, humana e divina, visível, mas dotada de bens invisíveis, presente ao mundo, mas peregrina, de tal forma que o que nela é humano está subordinado ao que é divino, o visível ao invisível, a ação à contemplação e o presente à futura comunhão que todos buscamos. Dia após dia, a liturgia vai nos transformando interiormente em templos santos do Senhor e morada espiritual de Deus, até a plenitude de Cristo, de tal forma que nos dá a força necessária para pregar Cristo e mostrar ao mundo o que é a Igreja, como a reunião de todos os filhos de Deus ainda dispersos, até que se tornem um só rebanho, sob um único pastor”.

UR 2: “O amor de Deus se manifestou a nós por intermédio do envio ao mundo do Filho de Deus, unigênito do Pai, para que, como homem, renovasse o gênero humano, que necessitava de redenção, e o reunisse na unidade. Pouco antes de se oferecer como hóstia imaculada, no altar da cruz, Jesus orou ao Pai pelos fiéis,

dizendo: Para que todos sejam um. Assim como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, sejam também eles um, em nós, a fim de que o mundo creia que tu me enviaste (Jo 17, 21). Também instituiu na Igreja o admirável sacramento da eucaristia, significando e efetuando a unidade da Igreja. Deu a seus discípulos o novo mandamento do amor recíproco) e lhes prometeu, de maneira definitiva, enviar o Espírito Santo, Senhor e doador da vida.

Exaltado na cruz e glorificado, o Senhor Jesus derramou o Espírito prometido, pelo qual o povo da Nova Aliança, que é a Igreja, é chamado à unidade e reunido na fé, na esperança e no amor, como ensina o apóstolo: Um corpo e um espírito, como vocês foram chamados, na unidade de uma mesma esperança. Um Senhor, uma fé, um batismo (Ef 4, 4-5). Quem se batizou em Cristo vestiu Cristo... Todos vocês são um em Cristo (Gl 3, 27-28). O Espírito Santo que habita nos fiéis enche e orienta a Igreja, perfaz a comunhão entre os fiéis e os une a todos tão intimamente em Cristo que pode ser considerado o princípio da unidade. É ele quem dita a divisão das graças e dos ministérios entre as várias funções da Igreja de Jesus Cristo, para aperfeiçoar os santos, em vista do ministério, para edificação do corpo de Cristo (Ef 4, 12).

Para firmar sua santa Igreja em todas as partes da terra, até a consumação dos tempos, Cristo confiou ao colégio dos doze as funções de ensinar, governar e santificar. Dentre eles escolheu Pedro, sobre cuja confissão de fé quis fosse sua Igreja edificada, a quem prometeu as chaves do reino dos céus e, depois de lhe ouvir o testemunho de amor, confiou a função de confirmar na fé todas as suas ovelhas e apascentá-las na unidade, sendo ele mesmo, Jesus Cristo, para sempre, a pedra angular e o pastor de nossas almas.

Jesus Cristo quer fazer crescer o seu povo e aperfeiçoá-lo na comunhão e na unidade, por intermédio dos apóstolos e de seus sucessores, isto é, dos bispos, em comunhão com o sucessor de Pedro, graças à ação do Espírito Santo, garantindo a pregação fiel do Evangelho, a administração dos sacramentos e o governo, no amor, em vista da confissão da mesma fé, da celebração em comum do culto divino e da união fraterna entre toda a família de Deus.

Dessa forma a Igreja, rebanho único de Deus, como estandarte levantado entre os povos, serviço do Evangelho da paz entre todo o gênero humano caminha, na esperança, para a pátria celestial. Este é o mistério sagrado da unidade da Igreja, em Cristo e por Cristo, na variedade das funções, fruto da ação do Espírito Santo. A realização suprema e o primeiro exemplar deste mistério é a unidade mesma de um só Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, na trindade das pessoas”.

NA 1: “Nessa época, em que o gênero humano se torna cada vez mais um só e em que aumenta a interdependência entre os povos, a Igreja é levada a dar maior atenção a seu relacionamento com as outras religiões. Sua missão de promover a unidade e o amor entre as pessoas, mais ainda, entre os povos, leva-a a considerar melhor o que é comum em todos e o que favorece sua unidade.

Todos os povos são uma só comunidade, por terem uma única origem. Foi Deus quem fez o gênero humano habitar sobre toda a face da terra. Têm também um único

fim último: Deus, cuja providência, as manifestações de amor e os auxílios para a salvação se estendem a todos até que se reúnam todos os eleitos na cidade santa, iluminada pelo brilho de Deus sob cuja luz caminham todos os povos.

Os membros das várias religiões buscam resposta às grandes interrogações sobre a condição humana, que tocam o mais profundo do coração humano, ontem e hoje: que é ser homem ou mulher? Qual é o fim da vida? Que é bem e que é mal? De onde vêm a dor e o sofrimento? Que sentido têm? Qual o caminho para alcançar a verdadeira felicidade? Que é a morte? O juízo? A retribuição depois da morte. Enfim, qual é o mistério final de nossa existência? De onde viemos e para onde vamos?”.

Nota:38

NA 1: “Nessa época, em que o gênero humano se torna cada vez mais um só e em que aumenta a interdependência entre os povos, a Igreja é levada a dar maior atenção a seu relacionamento com as outras religiões. Sua missão de promover a unidade e o amor entre as pessoas, mais ainda, entre os povos, leva-a a considerar melhor o que é comum em todos e o que favorece sua unidade.

Todos os povos são uma só comunidade, por terem uma única origem. Foi Deus quem fez o gênero humano habitar sobre toda a face da terra. Têm também um único fim último: Deus, cuja providência, as manifestações de amor e os auxílios para a salvação se estendem a todos até que se reúnam todos os eleitos na cidade santa, iluminada pelo brilho de Deus sob cuja luz caminham todos os povos.

Os membros das várias religiões buscam resposta às grandes interrogações sobre a condição humana, que tocam o mais profundo do coração humano, ontem e hoje: que é ser homem ou mulher? Qual é o fim da vida? Que é bem e que é mal? De onde vêm a dor e o sofrimento? Que sentido têm? Qual o caminho para alcançar a verdadeira felicidade? Que é a morte? O juízo? A retribuição depois da morte. Enfim, qual é o mistério final de nossa existência? De onde viemos e para onde vamos?”.

Nota:39

cf. **GS 11, § 1:** “Acreditando, com certeza, que é conduzido pelo Espírito do Senhor, que enche o universo, o povo de Deus vê e procura discernir nos acontecimentos, nas exigências e nas aspirações do nosso tempo, de que, aliás, participa, verdadeiros sinais da presença de Deus e de seu desígnio. A fé ilumina com sua luz tudo que existe e manifesta o propósito divino a respeito da plena vocação humana, orientando assim o espírito para as verdadeiras soluções”.

Nota:40

GS 21, § 5: “Na falta desse fundamento divino, como se vê em nossos dias, os enigmas da vida e da morte, da culpa e da dor permanecem sem solução, o que leva facilmente as pessoas ao desespero”.

Nota:41

cf. **LG 13, § 3:** “Em virtude desta catolicidade, cada uma das partes traz seus dons às outras e a toda a Igreja, somam-se umas às outras e ao todo, numa recíproca comunhão, fruto da mesma inspiração comum. Assim, o povo de Deus não só provém de povos diversos, como se compõe de enorme variedade. Entre seus

membros há diversidade de funções. Alguns exercem o ministério sagrado em benefício de seus irmãos. Dentre esses, há os que levam uma vida de acordo com sua ordenação e muitos outros que, professando a vida religiosa, buscam a santidade de maneira mais estrita, servindo de exemplo e estímulo para seus irmãos. Além disso, dentro da comunhão eclesial, há igrejas particulares, que vivem segundo suas próprias tradições, sem nenhuma diminuição do primado da cátedra de Pedro, que preside a todos, procura proteger a legítima diversidade e fazer com que as particularidades, em vez de prejudicar, contribuam para a unidade. Por isso formam-se entre as partes da Igreja inúmeros laços de comunhão íntima, tanto no que toca aos bens espirituais, como no que concerne à colaboração apostólica e até aos auxílios temporais. O povo de Deus é chamado a entrar em comunhão, bem como as próprias igrejas, segundo a palavra do apóstolo: Cada um viva de acordo com a graça recebida e coloquem-se todos a serviço uns dos outros, como bons administradores das muitas formas de graça que Deus lhes concedeu (1Pd 4, 10)”.

OE 2: “A santa Igreja católica, corpo místico de Cristo, é formada por fiéis que professam a mesma fé, celebram os mesmos sacramentos e estão unidos, no Espírito Santo, sob um mesmo governo. Este governo, por sua vez, comporta diversas ordens hierárquicas, unidas umas às outras. São as igrejas particulares ou os ritos. Entre todos vigora uma admirável comunhão, de sorte que a diversidade, na Igreja, não só não lhe prejudica a unidade como até ajuda a torná-la manifesta. A Igreja católica tem o propósito firme de salvaguardar e manter a integridade de cada uma das igrejas particulares, dos ritos e tradições diversos, como visa igualmente adaptar a sua vida às necessidades variadas de todos os tempos e lugares”.

CD 11: “Diocese é a porção do povo de Deus confiada aos pastores do bispo com a cooperação dos sacerdotes. Congregada no Espírito Santo pelo seu pastor, através do Evangelho e da eucaristia, une-se a ele, constituindo uma igreja particular, na qual está verdadeiramente presente e operante a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica. O bispo a que foi confiada uma igreja particular é seu pastor próprio, ordinário e imediato. Apascenta suas ovelhas em nome de Cristo, sob a autoridade do sumo pontífice, no exercício de suas funções de ensinar, santificar e governar. Deve entretanto reconhecer os direitos legítimos dos patriarcas ou outras autoridades. Que os bispos saibam que dar o testemunho de Cristo diante de todos os homens faz parte de sua função apostólica. Cuidem não somente dos que já seguem o príncipe dos pastores, mas se dediquem também de coração àqueles que se afastaram de algum modo da verdade ou do Evangelho de Cristo e ignoram a salvação misericordiosa, a fim de que todos caminhem na bondade, na justiça e na verdade(Ef 5, 9)”.

Nota:42

cf. **SC 41:** “O bispo seja tido como grande sacerdote, em seu rebanho, de que deriva e, de certa maneira, depende, a vida dos seus fiéis, em Cristo. Todos devem dar a máxima importância à vida litúrgica da diocese, em torno do bispo, nas catedrais. Estejam persuadidos de que a principal manifestação da Igreja é a participação plena e ativa de todo o povo de Deus nessas celebrações litúrgicas, especialmente na

mesma eucaristia, na mesma oração e em torno do mesmo altar, sob a presidência do bispo, cercado de seu presbitério e de seus ministros”.

Nota:43

cf. **SC 42**: “Mas o bispo não pode estar sempre presente à sua igreja, nem presidir o rebanho em toda parte. É preciso, por isso que se constituam comunidades de fiéis. Entre essas, têm especial relevo as paróquias locais, organizadas em torno de um pastor que faz as vezes de bispo. São elas que, de certa forma, representam a Igreja visível existente no mundo.

A vida litúrgica paroquial deve manter no espírito e na prática, estreita relação com o bispo, tanto por parte dos fiéis como pelo clero. A celebração da missa dominical é a principal expressão e o sustento do espírito paroquial comunitário”.

Nota:44

cf. **AA 18, § 2 e 3**: “§ 2. Que os fiéis exerçam seu apostolado num único espírito. Sejam apóstolos quer em sua comunidade familiar, quer na paróquia e na diocese, expressão da natureza comunitária do apostolado, quer ainda em outras associações livres que forem instituídas.

§ 3º Quer nas comunidades eclesiais, quer em outros ambientes, o apostolado requer, quase sempre, uma ação comum. Daí a grande importância que tem o apostolado associado. As associações fundadas com objetivo apostólico dão apoio aos seus membros e os formam para o apostolado, preparam-nos para agir corretamente do ponto de vista apostólico e os disciplinam, de modo a permitir que se obtenham resultados muito mais apreciáveis do que se agissem separadamente”.

Nota:45

Jo 13,35: “Se vocês tiverem amor uns para com os outros, todos reconhecerão que vocês são meus discípulos”.

Nota:46

cf. “**Unidade e Pluralismo na Igreja**”, n. 33-34: “33. Tanto mais graves seria, enfim, a desunião entre os próprios Pastores, quanto as desinteligências entre eles seriam motivos de maior escândalo. Por esta razão, já em 1969, a Comissão Central da CNBB recomendava que se preferisse a abordagem caridosa, pessoal, direta, no caso de divergências ou oposições tornadas pública, do Irmão no Episcopado, para resolver eventuais mútuas controvérsias. E, pela mesma razão, sugeria que se evitassem os pronunciamentos públicos isolados, recorrendo de preferência aos pronunciamentos coletivos, objeto de prévio consenso.

34. Refletimos e repensamos, na oração humilde e confiante, nossos gestos. Todos nós, membros do Povo de Deus, pastores e leigos, ansiamos pela plenitude da libertação. Temos as primícias, mas ainda esperamos a vitória perfeita da graça(cf. Rm 8,22-23)”.

Nota:47

LG 32, § 1: “A santa Igreja foi instituída por Deus com uma grande variedade de categorias e funções. Num só corpo há muitos membros e esses membros não têm todos a mesma função. O mesmo acontece conosco, embora sendo muitos, formamos um só corpo em Cristo, e, cada um por sua vez, é membro dos outros (Rm 12, 4-5)”.

Nota:48

Rm 12,4-5: “Num só corpo há muitos membros, e esses membros não têm todos a mesma função. O mesmo acontece conosco: embora sendo muitos, formamos um só corpo em Cristo, e, cada um por sua vez, é membro dos outros”.

Nota:49

cf. **LG 32, § 3:** “Na Igreja, embora nem todos sigam pelo mesmo caminho, são todos chamados à santidade e herdeiros da mesma fé, segundo a justiça de Deus (cf. 2Pd 1, 1). Todos são iguais em dignidade. A ação de todos os fiéis em vista da edificação do corpo de Cristo é comum a todos. No entanto, em benefício do conjunto, o próprio Cristo constitui alguns como doutores, pastores e dispensadores dos mistérios de Deus. A distinção estabelecida pelo Senhor entre os ministros sagrados e os outros membros do povo de Deus exige a união, pois vincula uns aos outros, pastores e fiéis. Os pastores devem se colocar a serviço uns dos outros e dos fiéis, à imitação do Senhor. Os fiéis, por sua vez, devem colaborar alegremente com os pastores e doutores. Na própria diversidade, todos dão testemunho da admirável unidade do corpo de Cristo. A variedade das graças, dos ministérios e das atividades congrega os filhos de Deus na unidade, pois é sempre o mesmo e único Espírito que tudo opera (1Cor 12, 11)”.

Nota:50

cf. **Mt 20,26-27:** “Entre vocês não deverá ser assim: quem de vocês quiser ser grande, deve tornar-se o servidor de vocês; e quem de vocês quiser ser o primeiro, deverá tornar-se servo de vocês”.

Mt 23,11: “Pelo contrário, o maior de vocês deve ser aquele que serve a vocês”.

Mc 9,35: “Então Jesus se sentou, chamou os Doze e disse: Se alguém quer ser o primeiro, deverá ser o último, e ser aquele que serve a todos”.

Mc 10,43: “Mas, entre vocês não deverá ser assim: quem de vocês quiser ser grande, deve tornar-se o servidor de vocês”.

Lc 22,26: “Mas entre vocês não deverá ser assim. Pelo contrário, o maior entre vocês seja como o mais novo; e quem governa, seja como aquele que serve”.

Nota:51

LG 33, § 2: “O apostolado dos leigos é participação na missão salvadora da Igreja. Todos estão qualificados pelo Senhor ao exercício desse apostolado, através do batismo e da confirmação. A alma desse apostolado é a caridade para com Deus e para com os homens, alimentada e comunicada pelos sacramentos, especialmente pela eucaristia. Os leigos são especialmente chamados a tornar a Igreja presente e ativa nos lugares e nas circunstâncias onde somente por eles pode atuar o sal da terra. Através dos dons recebidos, todo leigo é, ao mesmo tempo, testemunha e instrumento da própria missão da Igreja, segundo a medida do dom de Cristo (Ef 4, 7)”.

Nota:52

LG 35, § 1: “Cristo, como grande profeta, proclamou o reino do Pai pelo testemunho de sua vida e pela força de sua palavra. Continua a cumprir sua função profética até a plena manifestação da glória, não só pela hierarquia, que ensina em seu nome e poder, mas também pelos leigos, que estabeleceu como testemunhas e

instrui com o senso da fé e a graça da palavra (cf. At 2, 17s; Ap 19, 10), para que a força do Evangelho brilhe na vida social e familiar de todo dia. Os leigos comportam-se como filhos da promessa quando, fortes na fé e na esperança, resgatam o momento presente (cf. Ef 5, 16; Cl 4, 5) e aspiram com paciência pela glória futura (cf. Rm 8, 25). Não escondem essa esperança no interior do coração, mas a tornam manifesta até mesmo nas estruturas sociais, pela vida que levam e pela luta contra os dominadores deste mundo de trevas e contra os espíritos do mal (Ef 6, 12)”.

Nota:53

LG 31: “Denominam-se leigos todos os fiéis que não pertencem às ordens sagradas, nem são religiosos reconhecidos pela Igreja. São, pois, os fiéis batizados, incorporados a Cristo, membros do povo de Deus, participantes da função sacerdotal, profética e régia de Cristo, que tomam parte no cumprimento da missão de todo o povo cristão, na Igreja e no mundo.

O caráter secular caracteriza os leigos. Os membros das sagradas ordens, apesar de exercerem às vezes funções seculares ou de se ocuparem de coisas seculares, estão orientados para o ministério sagrado, em virtude de uma vocação especial. Os religiosos, por sua vida, testemunham de maneira clara e magnífica a transfiguração do mundo oferecido a Deus numa vida inspirada nas bem-aventuranças. A vocação própria dos leigos é administrar e ordenar as coisas temporais, em busca do reino de Deus. Vivem, pois, no mundo, isto é, em todas as profissões e trabalhos, nas condições comuns da vida familiar e social, que constituem a trama da existência. São aí chamados por Deus, como leigos, a viver segundo o espírito do Evangelho, como fermento de santificação no seio do mundo, brilhando em sua própria vida pelo testemunho da fé, da esperança e do amor, de maneira a manifestar Cristo a todos os homens. Compete-lhes pois, de modo especial, iluminar e organizar as coisas temporais a que estão vinculados, para que elas se orientem por Cristo e se desenvolvam em louvor do criador e do redentor”.

Nota:54

cf. **AA 18:** “Os fiéis são pessoalmente chamados a exercer o apostolado nas diversas situações em que se encontram. Lembrem-se, contudo, de que o homem é, por natureza, social e que Deus quis reunir os fiéis a Cristo num único povo de Deus (cf. 1Pd 2, 5-10) e num só corpo (cf. 1Cor 12, 12). O apostolado em associação corresponde pois às exigências tanto cristãs como humanas dos fiéis, é sinal da comunhão e da unidade da Igreja em Cristo, que disse: Onde dois ou três de vocês estiverem reunidos em meu nome, aí estou em seu meio (Mt 18, 20)

Que os fiéis exerçam seu apostolado num único espírito. Sejam apóstolos quer em sua comunidade familiar, quer na paróquia e na diocese, expressão da natureza comunitária do apostolado, quer ainda em outras associações livres que forem instituídas.

Quer nas comunidades eclesiais, quer em outros ambientes, o apostolado requer, quase sempre, uma ação comum. Daí a grande importância que tem o apostolado associado. As associações fundadas com objetivo apostólico dão apoio aos seus

membros e os formam para o apostolado, preparam-nos para agir corretamente do ponto de vista apostólico e os disciplinam, de modo a permitir que se obtenham resultados muito mais apreciáveis do que se agissem separadamente.

Nas atuais circunstâncias é preciso reforçar as formas associadas e organizadas de apostolado leigo, pois só a íntima união de forças pode fazer face aos desafios apostólicos atuais e proteger contra grandes ameaças. Por isso é indispensável que o apostolado penetre na mentalidade comum e na condição social de todos aqueles a que se dirige, sem o que dificilmente se resistiriam às pressões da opinião pública e das instituições adversas”.

Nota:55

1Ts 5,19: “Não extingam o Espírito”.

Nota:56

1Cor 12,7: “Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para a utilidade de todos”.

Nota:57

LG 69: “O concílio muito se alegra com a reconfortante constatação de que inúmeros irmãos separados reconhecem a honra devida à mãe do Senhor salvador, especialmente dentre os orientais, que prestam culto ardente e cheio de devoção à mãe de Deus sempre virgem. Que todos os cristãos orem insistentemente à mãe de Deus e mãe dos homens para que, elevada aos céus acima de todos os anjos e santos, interceda junto a seu Filho, na comunhão dos santos, como esteve presente nas orações da Igreja desde os seus primórdios, até que toda as famílias e nações, tanto os cristãos, como os que não reconhecem o salvador, se reúnam felizes, na paz e na concórdia, formando um único povo de Deus, para a glória da Trindade santíssima e indivisa”.

Nota:58

Gn 1: “No princípio, Deus criou o céu e a terra. A terra estava sem forma e vazia; as trevas cobriam o abismo e um vento impetuoso soprava sobre as águas. Deus disse: Que exista a luz! E a luz começou a existir. Deus viu que a luz era boa. E Deus separou a luz das trevas: à luz Deus chamou dia, e às trevas chamou noite. Houve uma tarde e uma manhã: foi o primeiro dia.

Deus disse: Que exista um firmamento no meio das águas para separar águas de águas! Deus fez o firmamento para separar as águas que estão acima do firmamento das águas que estão abaixo do firmamento. E assim se fez. E Deus chamou ao firmamento céu. Houve uma tarde e uma manhã: foi o segundo dia.

Deus disse: Que as águas que estão debaixo do céu se ajuntem num só lugar, e apareça o chão seco. E assim se fez. E Deus chamou ao chão seco terra, e ao conjunto das águas mar. E Deus viu que era bom. Deus disse: Que a terra produza relva, ervas que produzam semente, e árvores que dêem frutos sobre a terra, frutos que contenham semente, cada uma segundo a sua espécie. E assim se fez. E a terra produziu relva, ervas que produzem semente, cada uma segundo a sua espécie, e árvores que dão fruto com a semente, cada uma segundo a sua espécie. E Deus viu que era bom. Houve uma tarde e uma manhã: foi o terceiro dia.

Deus disse: Que existam luzeiros no firmamento do céu, para separar o dia da noite e para marcar festas, dias e anos; e sirvam de luzeiros no firmamento do céu para iluminar a terra. E assim se fez. E Deus fez os dois grandes luzeiros: o luzeiro maior para regular o dia, o luzeiro menor para regular a noite, e as estrelas. Deus os colocou no firmamento do céu para iluminar a terra, para regular o dia e a noite e para separar a luz das trevas. E Deus viu que era bom. Houve uma tarde e uma manhã: foi o quarto dia.

Deus disse: Que as águas fiquem cheias de seres vivos e os pássaros voem sobre a terra, sob o firmamento do céu. E Deus criou as baleias e os seres vivos que deslizam e vivem na água, conforme a espécie de cada um, e as aves de asas conforme a espécie de cada uma. E Deus viu que era bom. E Deus os abençoou e disse: Sejam fecundos, multipliquem-se e encham as águas do mar; e que as aves se multipliquem sobre a terra. Houve uma tarde e uma manhã: foi o quinto dia.

Deus disse: Que a terra produza seres vivos conforme a espécie de cada um: animais domésticos, répteis e feras, cada um conforme a sua espécie. E assim se fez. E Deus fez as feras da terra, cada uma conforme a sua espécie; os animais domésticos, cada um conforme a sua espécie; e os répteis do solo, cada um conforme a sua espécie. E Deus viu que era bom.

Então Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele domine os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra. E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou; e os criou homem e mulher. E Deus os abençoou e lhes disse: Sejam fecundos, multipliquem-se, encham e submetam a terra; dominem os peixes do mar, as aves do céu e todos os seres vivos que rastejam sobre a terra. E Deus disse: Vejam! Eu entrego a vocês todas as ervas que produzem semente e estão sobre toda a terra, e todas as árvores em que há frutos que dão semente: tudo isso será alimento para vocês. E para todas as feras, para todas as aves do céu e para todos os seres que rastejam sobre a terra e nos quais há respiração de vida, eu dou a relva como alimento. E assim se fez. E Deus viu tudo o que havia feito, e tudo era muito bom. Houve uma tarde e uma manhã: foi o sexto dia”.

Jo 1,3: “Tudo foi feito por meio dela, e, de tudo o que existe, nada foi feito sem ela”.

Nota:59

cf. **LG 10-12; 34-36:** “**10.** O Cristo Senhor, constituído pontífice dentre os homens (cf. Hb 5, 1-5) fez do novo povo um reino de sacerdotes para Deus, seu Pai (Ap 1, 6; cf. 5, 9-10). Os batizados são consagrados pela regeneração e pela unção do Espírito Santo. Todas as ações dos cristãos são como hóstias oferecidas: proclamam a força daquele que nos libertou das trevas para vivermos na sua luz admirável (cf. 1Pd 2, 4-10). Sendo assim, todos os discípulos de Cristo se oferecem como hóstia viva, santa e agradável a Deus (cf. At 2, 42-47), testemunham Cristo em toda parte e a todos que procuram dão a razão de sua esperança na vida eterna (cf. 1Pd 3, 15).

Há uma diferença de essência e não apenas de grau entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico. Contudo, ambos participam a seu

modo do mesmo sacerdócio de Cristo e mantêm, por isso, estreita relação entre si O sacerdócio ministerial, em virtude do poder sagrado que o caracteriza, visa à formação e governo do povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico em nome de Cristo e o oferece, em nome do povo. Os fiéis por sua vez, em virtude de seu sacerdócio régio, tomam parte na oblação eucarística. Exercem contudo seu sacerdócio na recepção dos sacramentos, na oração e na ação de graças, no testemunho da vida santa, na abnegação e na prática da caridade.

O exercício do sacerdócio comum nos sacramentos - 11. A índole sagrada e a constituição orgânica da comunidade sacerdotal se efetivam nos sacramentos e na prática cristã. Incorporados à Igreja pelo batismo, os fiéis recebem o caráter que os qualifica para o culto. Por outro lado, renascidos como filhos de Deus, devem professar a fé que receberam de Deus, por intermédio da Igreja.

O sacramento da confirmação os vincula ainda mais intimamente à Igreja e lhes confere de modo especial a força do Espírito Santo. Daí a obrigação maior de difundir e defender a fé, pela palavra e pelas obras, como verdadeiras testemunhas de Cristo.

Participando do sacrifício eucarístico, fonte e ápice de toda a vida cristã, os fiéis oferecem a Deus a vítima divina e se oferecem com ela. Juntamente com os ministros, cada um a seu modo, têm todos um papel específico a desempenhar na ação litúrgica, tanto na oblação como na comunhão. Alimentando-se todos com o corpo de Cristo, demonstram de maneira concreta a unidade do povo de Deus, proclamada e realizada pelo sacramento da eucaristia.

Os fiéis que procuram o sacramento da penitência obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa que lhe fizeram. Ao mesmo tempo, se reconciliam-se com a Igreja, que ofenderam ao pecar e que contribui para sua conversão pelo amor, pelo exemplo e pelas orações.

Pela sagrada unção dos enfermos e pela oração dos sacerdotes, a Igreja inteira recomenda os doentes ao Senhor, para seu alívio e salvação (cf. Tg 5, 14). Exorta-os a se unirem livremente à paixão e à morte de Cristo (cf. Rm 8, 17; Cl 1, 24; 2Tm 2, 11-12; 1Pd 4, 13), dando assim sua contribuição para o bem do povo de Deus.

Os fiéis marcados pelo sacramento da ordem são igualmente constituídos, em nome de Cristo, para conduzir a Igreja pela palavra e pela graça de Deus.

Finalmente os fiéis se dão o sacramento do matrimônio, manifestação e participação da unidade e do amor fecundo entre Cristo e sua Igreja (cf. Ef 5, 32). Ajudam-se mutuamente a se santificar na vida conjugal, no acolhimento e na educação dos filhos. Contam, por isso, com um dom específico e um lugar próprio ao seu estado de vida, no povo de Deus. A família procede dessa união. Nela nascem os novos membros da sociedade humana que, batizados, se tornarão filhos de Deus pela graça do Espírito Santo e perpetuarão o povo de Deus através dos séculos. A família é uma espécie de igreja doméstica. Os pais são os primeiros anunciadores da fé e devem cuidar da vocação própria de cada um dos filhos, especialmente da vocação sagrada.

Todos os fiéis, de qualquer estado ou condição, de acordo com o caminho que lhes é próprio, são chamados pelo Senhor à perfeição da santidade, que é a própria perfeição de Deus e, por isso, dispõem de tais e de tantos meios.

O senso da fé e os carismas no povo de Deus - 12. O povo santo de Deus participa da função profética de Cristo. Dá o testemunho vivo de Cristo, especialmente pela vida de fé e de amor, e oferece a Deus a hóstia de louvor como fruto dos lábios que exaltam o seu nome (cf. Hb 13, 15). O conjunto dos fiéis unguídos pelo Espírito Santo (cf. 1Jo 2, 20.27) não pode errar na fé. Esta sua propriedade peculiar se manifesta pelo senso sobrenatural da fé, comum a todo o povo, desde os bispos até o último fiel leigo, demonstrado no acolhimento universal a tudo o que diz respeito à fé e aos costumes. O senso da fé é despertado e sustentado pelo Espírito de verdade. Graças a este senso, o povo de Deus, seguindo fielmente o magistério sagrado, não obedece a uma palavra humana, mas à palavra de Deus (cf. 1Ts 2, 13) transmitida aos fiéis de uma vez por todas (Jd 3). A ela adere firmemente, entende-a em profundidade e a aplica melhor à própria vida.

Mas não é só pelos sacramentos e pelos ministérios que o Espírito Santo santifica, dirige e fortalece o povo de Deus. Distribuindo os seus dons a cada um, conforme quer (1Cor 12, 11), o Espírito Santo distribui graças especiais aos fiéis das mais variadas condições, tornando-os aptos e dispostos a assumir os trabalhos e funções úteis à renovação e ao maior desenvolvimento da Igreja, de acordo com o que está escrito: Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito, para utilidade de todos (1Cor 12, 7). Todos esses carismas, dos mais extraordinários aos mais simples e mais difundidos devem ser acolhidos com ação de graças e satisfação, pois correspondem às necessidades da Igreja e lhe são úteis. Não se deve porém cobiçar temerariamente os dons extraordinários nem esperar deles, com presunção, frutos significativos nos trabalhos apostólicos. A apreciação sobre os dons e seu exercício ordenado no seio da Igreja pertence aos que a presidem, que têm especial mandato de não abafar o Espírito, mas tudo provar e reter o que é bom (cf. 1Ts 5, 12.19-21).

34. Jesus Cristo, sacerdote supremo e eterno, quer continuar seu testemunho e seu serviço através dos leigos. Por isso os anima constantemente com seu Espírito e os induz a tudo que é bom e perfeito.

Quis então que todos aqueles que tão intimamente associou à sua vida e missão participassem também de sua função sacerdotal, num culto espiritual, para a glória de Deus e a salvação do gênero humano. Por isso, os leigos, como consagrados a Cristo e unguídos pelo Espírito Santo, são chamados e dotados de tudo que é preciso para que o mesmo Espírito produza neles frutos cada vez mais abundantes.

Realizando no Espírito Santo todas as suas obras, orações, iniciativas apostólicas, vida conjugal e familiar, trabalho cotidiano, descanso espiritual e corporal, ou mesmo suportando os aborrecimentos da vida com paciência, tornam-se os leigos hóstias espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cf. 1Pd 2, 5), apresentadas piedosamente ao Pai, na eucaristia, com o oferecimento do corpo do Senhor. Agindo em toda parte como adoradores de Deus, os leigos consagram o mundo a Deus.

35. Cristo, como grande profeta, proclamou o reino do Pai pelo testemunho de sua vida e pela força de sua palavra. Continua a cumprir sua função profética até a plena manifestação da glória, não só pela hierarquia, que ensina em seu nome e poder, mas também pelos leigos, que estabeleceu como testemunhas e instrui com o senso da fé e a graça da palavra (cf. At 2, 17s; Ap 19, 10), para que a força do Evangelho brilhe na vida social e familiar de todo dia. Os leigos comportam-se como filhos da promessa quando, fortes na fé e na esperança, resgatam o momento presente (cf. Ef 5, 16; Cl 4, 5) e aspiram com paciência pela glória futura (cf. Rm 8, 25). Não escondem essa esperança no interior do coração, mas a tornam manifesta até mesmo nas estruturas sociais, pela vida que levam e pela luta contra os dominadores deste mundo de trevas e contra os espíritos do mal (Ef 6, 12).

Os sacramentos da nova lei, que alimentam a vida e o apostolado dos fiéis, prefiguram o novo céu e a nova terra (cf. Ap 21, 1). Da mesma forma, os leigos anunciam a fé nos bens que se esperam (cf. Hb 11, 1), quando unem, de maneira inseparável, a vida e a profissão de fé. Esta evangelização, o anúncio de Cristo pelo testemunho de vida que acompanha a manifestação da palavra, adquire uma eficácia especial e específica, pelo fato de se fazer nas condições comuns da vida no mundo. A vida matrimonial e familiar, santificada pelo sacramento, tem um valor particular: é exercício e principal escola do apostolado leigo, enquanto a religião cristã nela praticada penetra toda a vida e a vai progressivamente transformando. Na família, os cônjuges são especialmente chamados a serem testemunhas da fé e do amor entre si e em relação aos filhos. A família cristã é chamada a proclamar, ao mesmo tempo, a força atual do reino de Deus e a esperança da vida eterna. Por seu testemunho e exemplo, denuncia o pecado do mundo e ilumina os que buscam a verdade. Por conseguinte, os leigos podem e devem exercer uma ação valiosa para a evangelização do mundo, ocupando-se das coisas temporais. Na falta, porém, de ministros ou em regime de perseguição, podem ser chamados a suprir certas funções. Somente alguns se dedicam exclusivamente ao apostolado, mas todos devem contribuir para o aumento e o crescimento do reino de Cristo. Que todos pois se empenhem em aprofundar o conhecimento da verdade revelada e peçam com insistência a Deus o dom da sabedoria.

36. Cristo entrou na glória do reino fazendo-se obediente até a morte e sendo, por isso, exaltado pelo Pai (cf. Fl 2, 8s). Tudo lhe foi submetido, até que ele mesmo submetta ao Pai todas as coisas criadas, para que Deus seja tudo em todos (cf. 1Cor 15, 27s). Comunicou aos discípulos este seu poder para que tenham uma liberdade de reis e vençam em si mesmos o domínio do pecado, pela abnegação de si mesmos e por uma vida de santidade (cf. Rm 6, 12). Mas além disso, para que, servindo a Cristo nos outros, os discípulos encaminhem seus irmãos, pela humildade e pela paciência, ao rei, a quem servir é reinar. O Senhor deseja que também os leigos contribuam para o aumento de seu reino de verdade e de vida, de santidade e de graça, de justiça, de amor e de paz, em que a criatura é libertada da escravidão da morte, para a liberdade dos filhos de Deus (cf. Rm 8, 21). A promessa é grande,

como é grande o mandamento dado aos discípulos. Tudo é de vocês, mas vocês são de Cristo e Cristo é de Deus (1Cor 3, 22ss)

Os fiéis devem, pois, reconhecer a natureza, o valor e a destinação ao louvor de Deus de todas as criaturas, devem também ajudar-se uns aos outros em vista de uma vida mais santa, inclusive nos trabalhos desse mundo, para imbuí-lo do espírito de Cristo e fazer com que alcance de maneira mais profunda sua finalidade, na justiça, na caridade e na paz. No cumprimento desta tarefa, os leigos desempenham o papel principal. Sua competência nas disciplinas e atividades profanas, interiormente elevada pela graça de Cristo, confere especial validade a seu trabalho.

Desenvolvem-se assim os bens criados, de acordo com a disposição do criador e sob a iluminação do Verbo, através do trabalho humano, da técnica e da cultura. Estes mesmos bens criados se tornam úteis a todos, são melhor distribuídos e contribuem para o progresso universal, na liberdade humana e cristã. Cristo iluminará assim cada vez mais a sociedade, com sua luz salutar, por intermédio dos membros da Igreja.

Unidos, os leigos devem procurar corrigir as condições de vida e as instituições do mundo que induzem ao pecado, para que se conformem com as normas da justiça e contribuam para a prática do bem, em lugar de dificultá-la. Agindo assim conferem à cultura e às atividades humanas um valor moral. Preparam o campo do mundo para melhor receber a semente da palavra divina e abrem as portas à Igreja, para que atue como anunciadora da paz.

Em benefício da própria salvação, os fiéis devem cuidadosamente aprender a distinguir entre seus direitos e deveres, como membros da Igreja e o que lhes compete como membros da sociedade humana. Procurem harmonizar esses dois aspectos de sua vida, lembrando-se de que em todas as circunstâncias temporais precisam se deixar inspirar pela consciência cristã, pois nada foge ao domínio de Deus. Nos dias de hoje, é muito importante que se evidenciem no modo de agir dos fiéis tanto essa distinção quanto a harmonia, para que a Igreja, no cumprimento de sua missão, corresponda às necessidades do mundo atual. Assim como se reconhece que a sociedade terrena, voltada para o cuidado das coisas temporais, é regida por princípios próprios, deve-se rejeitar a doutrina infausta, que pretende construir a sociedade sem levar em conta a religião e que combate e destrói a liberdade religiosa dos cidadãos”.

Nota:60

At 2,4: “Todos ficaram repletos do Espírito Santo, e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito lhes concedia que falassem”.

Nota:61

At 2,11: “outros são judeus ou pagãos convertidos; também há cretenses e árabes. E cada um de nós em sua própria língua os ouve anunciar as maravilhas de Deus!”.

Nota:62

At 2,28-29: “Tu me ensinaste os caminhos da vida, e me encherás de alegria na tua presença.

Irmãos, quanto ao patriarca Davi, permitam que eu lhes diga com franqueza: ele morreu, foi sepultado e seu túmulo está entre nós até hoje”.

Nota:63

Rm 8,2: “A lei do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, nos libertou da lei do pecado e da morte”.

Nota:64

cf. **1Tm 2,4:** “Ele quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade”.

Nota:65

cf. **SC 5:** “Deus *quer que todos os homens sejam salvos e alcancem o reconhecimento da verdade* (1Tm 2, 4). *Falou outrora aos pais, pelos profetas, de muitos modos e maneiras* (Hb 1, 1). Quando veio a plenitude dos tempos, enviou seu Filho, Verbo encarnado, ungido pelo Espírito Santo, para evangelizar os pobres e curar os corações feridos, como *médico do corpo e da alma*, mediador entre Deus e os homens. Sua humanidade, unida à pessoa do Verbo, foi o instrumento de nossa salvação. Em Cristo *realizou-se nossa perfeita reconciliação e nos foi dado acesso à plenitude do culto divino*. Cristo Senhor, especialmente pelo mistério pascal de sua paixão, ressurreição dos mortos e gloriosa ascensão, em que *morrendo destruiu a nossa morte e, ressuscitando, restaurou-nos a vida*, realizou a obra da redenção dos homens e, rendendo a Deus toda glória, como foi prenunciado nas maravilhas de que foi testemunha o povo do Antigo Testamento. Do lado de Cristo, morto na cruz, brotou o admirável mistério da Igreja”.

Nota:66

cf. **SC 6:** “Como foi enviado pelo Pai, também Cristo enviou os apóstolos no Espírito Santo, para pregar o Evangelho a toda criatura, anunciando que o Filho de Deus, por sua morte e ressurreição, nos libertou do poder de satanás e da morte, fazendo-nos entrar no reino do Pai. Ao mesmo tempo que anunciavam, realizavam a obra da salvação pelo sacrifício e pelos sacramentos, através da liturgia. Pelo batismo, os homens são inseridos no mistério pascal de Cristo, participando de sua morte, de sua sepultura e de sua ressurreição, recebem o espírito de adoção, como filhos, *no qual clamamos: Abba, Pai* (Rm 8, 15) e se tornam os verdadeiros adoradores que o Pai procura. Todas as vezes que participamos da ceia do Senhor, anunciamos a sua morte, até que venha. No próprio dia de Pentecostes, em que a Igreja se manifestou ao mundo, *os que receberam a palavra de Pedro, foram batizados e perseveravam na doutrina dos apóstolos, na partilha do pão e nas orações... louvando a Deus e sendo estimados por todo o povo* (At 2, 41-47). Desde então, a Igreja nunca deixou de se reunir para celebrar o mistério pascal, lendo o *que dele se fala em todas as escrituras* (Lc 24, 27), celebrando a eucaristia, *em que se representa seu triunfo e sua vitória sobre a morte*, dando igualmente graças a *Deus pelo dom inefável* (2Cor 9, 15) em Cristo Jesus, para louvor de sua glória (Ef 1, 12), na força do Espírito Santo”.

Nota:67

cf. **2 Cor 5,15:** “Ora, Cristo morreu por todos, e assim, aqueles que vivem, já não vivem para si, mas para aquele que por eles morreu e ressuscitou”.

Nota:68

2 Cor 3,17: “pois o Senhor é o Espírito; e onde se acha o Espírito do Senhor aí existe a liberdade”.

1 Cor 15,45: “Adão, o primeiro homem, tornou-se um ser vivo, mas o último Adão tornou-se espírito que dá a vida”.

Nota:69

cf. **At 2,1:** “Quando chegou o dia de Pentecostes, todos eles estavam reunidos no mesmo lugar”.

At 9,31: “E a Igreja vivia em paz em toda a Judéia, Galiléia e Samaria. Ela se edificava e progredia no temor do Senhor, e crescia em número com a ajuda do Espírito Santo”.

Nota:70

SC 10: “Mas a liturgia é o cume para o qual tende toda a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte de que promana sua força. Os trabalhos apostólicos visam a que todos, como filhos de Deus, pela fé e pelo batismo, se reúnam para louvar a Deus na Igreja, participar do sacrifício e da ceia do Senhor. A liturgia também leva os fiéis a serem *unânimes na piedade*, depois de participarem dos *sacramentos pascais* para que *na vida conservem o que receberam na fé*. A liturgia renova e aprofunda a aliança do Senhor com os homens, na eucaristia, fazendo-os arder no amor de Cristo. Dela, pois, especialmente da eucaristia, como de uma fonte, derrama-se sobre nós a graça e brota com soberana eficácia a santidade em Cristo e a glória de Deus, fim para o qual tudo tende na Igreja”.

Nota:71

cf. **SC 7 e 48:** “7. Para realizar tal obra, Cristo está sempre presente à sua Igreja, especialmente nas ações litúrgicas. Presente ao sacrifício da missa, na pessoa do ministro, pois quem o oferece pelo ministério dos sacerdotes é o mesmo que então se ofereceu na cruz, mas, especialmente presente sob as espécies eucarísticas. Presente, com sua força, nos sacramentos, pois, quando alguém batiza é o próprio Cristo que batiza. Presente por sua palavra, pois é ele quem fala quando se lê a Escritura na Igreja. Presente, enfim, na oração e no canto da Igreja, como prometeu estar no meio dos dois ou três que se reunissem em seu nome (Mt 18, 20). Cristo age sempre e tão intimamente unido à Igreja, sua esposa amada, que esta glorifica perfeitamente a Deus e santifica os homens, ao invocar seu Senhor e, por seu intermédio, prestar culto ao eterno Pai. Com razão se considera a liturgia o exercício do sacerdócio de Cristo, em que se manifesta por sinais e se realiza a seu modo a santificação dos seres humanos, ao mesmo tempo que o corpo místico de Cristo presta culto público perfeito à sua cabeça. Toda celebração litúrgica, pois, como obra de Cristo sacerdote e de seu corpo, a Igreja, é ação sagrada num sentido único, não igualado em eficácia nem grau por nenhuma outra ação da Igreja.

48. A Igreja procura fazer com que os fiéis estejam presentes a este mistério, não como estranhos ou simples espectadores, mas como participantes conscientes, piedosos e ativos. Devem entender o que se passa, instruir-se com a palavra de Deus e alimentar-se da mesa do corpo do Senhor. Dar graças a Deus, sabendo que a hóstia imaculada, oferecida não só pelas mãos dos sacerdotes, mas também pelos fiéis, representa o oferecimento cotidiano de si mesmos até que se consuma, pela

mediação de Cristo, a unidade com Deus e entre si, e Deus venha, enfim, a ser tudo em todos”.

Nota:72

1 Cor 11,20-21: “De fato, quando se reúnem, o que vocês fazem não é comer a Ceia do Senhor, porque cada um se apressa em comer a sua própria ceia. E, enquanto um passa fome, outro fica embriagado”.

Nota:73

cf. **SC 40:** “Como, porém, em certos lugares ou circunstâncias se requer uma modificação mais profunda da liturgia e, portanto, mais difícil, fica estabelecido que:

1) O assunto seja levado quanto antes à autoridade competente, de acordo com o artigo 22 § 2, que decidirá com prontidão e prudência o que se pode e é oportuno admitir no culto divino, em continuidade com as tradições e índole de cada povo. Peça-se então à Sé Apostólica autorização para introdução das adaptações julgadas úteis e necessárias.

2) Para que a adaptação seja feita com a devida prudência, a sé apostólica dará poderes à autoridade territorial competente para que, conforme o caso, permita e oriente sua introdução em determinados grupos julgados aptos, a título de experiência.

3) Como a aplicação das leis litúrgicas sobre as adaptações encontra especiais dificuldades nas missões, deve-se formar, o quanto antes, peritos nesse assunto”.

Nota:74

1 Pd 2,5: “Do mesmo modo, vocês também, como pedras vivas, vão entrando na construção do templo espiritual, e formando um sacerdócio santo, destinado a oferecer sacrifícios espirituais que Deus aceita por meio de Jesus Cristo”.

Nota:75

LG 34: “**O sacerdócio espiritual dos leigos** - Jesus Cristo, sacerdote supremo e eterno, quer continuar seu testemunho e seu serviço através dos leigos. Por isso os anima constantemente com seu Espírito e os induz a tudo que é bom e perfeito. Quis então que todos aqueles que tão intimamente associou à sua vida e missão participassem também de sua função sacerdotal, num culto espiritual, para a glória de Deus e a salvação do gênero humano. Por isso, os leigos, como consagrados a Cristo e ungidos pelo Espírito Santo, são chamados e dotados de tudo que é preciso para que o mesmo Espírito produza neles frutos cada vez mais abundantes. Realizando no Espírito Santo todas as suas obras, orações, iniciativas apostólicas, vida conjugal e familiar, trabalho cotidiano, descanso espiritual e corporal, ou mesmo suportando os aborrecimentos da vida com paciência, tornam-se os leigos hóstias espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cf. 1Pd 2, 5), apresentadas piedosamente ao Pai, na eucaristia, com o oferecimento do corpo do Senhor. Agindo em toda parte como adoradores de Deus, os leigos consagram o mundo a Deus”.

Nota:76

cf. **UR 4:** “No mundo de hoje, em várias partes da terra, sob o sopro da graça do Espírito Santo, muitos se esforçam pela oração, pela palavra e pela ação, para alcançar a plenitude da unidade almejada por Jesus Cristo. O concílio exorta os fiéis

católicos a reconhecerem os sinais dos tempos e a participarem ativamente do trabalho ecumênico.

Por movimento ecumênico entendem-se as atividades e iniciativas, segundo as necessidades e as condições temporais da Igreja, que desperta e inspira, a busca da unidade entre os cristãos. Em primeiro lugar, o esforço, tanto do ponto de vista da verdade como da equidade, para eliminar palavras, juízos e comportamentos que não correspondem à situação em que se encontram, de fato, os irmãos separados e que, portanto, dificultam ainda mais o relacionamento com eles.

Além disso, nas reuniões entre cristãos de diferentes igrejas ou denominações, realizadas com espírito religioso, estabeleça-se um diálogo entre especialistas realmente preparados, em que cada um procure manifestar de maneira mais profunda a doutrina de sua confissão, apresentando-a com toda clareza possível. Esse diálogo permite a todos adquirir melhor conhecimento e formar uma opinião mais correta sobre os vários aspectos da doutrina e da vida das diversas denominações. Favorece, igualmente, onde é possível, a reunião e maior colaboração entre as diversas denominações, nos deveres para com o bem comum, exigidos por toda consciência cristã, assim como na oração unânime. Finalmente, ao examinar melhor sua fidelidade em relação à vontade de Cristo sobre a Igreja, todos se dispõem a prosseguir com maior afinco no trabalho de reforma ou de renovação de si mesmos.

Tudo isso, praticado com prudência e paciência pelos fiéis da Igreja católica, sob vigilância dos pastores, contribui enormemente para o bem da equidade e da verdade, da concórdia e da colaboração, da fraternidade e da união. Dessa forma, os obstáculos que impedem a perfeita comunhão eclesial vão sendo aos poucos superados. Reunidos numa só celebração eucarística, na unidade de uma única e mesma Igreja, os cristãos todos viverão na unidade que Cristo nos proporcionou desde o princípio da Igreja, que acreditamos subsistir de maneira inadmissível na Igreja católica, e esperamos vá crescendo com o tempo, até a consumação dos séculos. É claro que a preparação e a reconciliação daqueles que, pessoalmente, desejam a comunhão católica distingue-se, por natureza, do trabalho ecumênico, embora não haja entre ambos nenhuma oposição, pois são os caminhos que provêm das mesmas admiráveis disposições divinas.

Na ação ecumênica, os fiéis católicos devem se preocupar com os irmãos separados, orando por eles, falando com eles das coisas da Igreja, despertando-os para os primeiros passos. Mas, sobretudo, devem estar sobremaneira atentos ao que deve ser feito e renovado na família católica, para sua vida de testemunho mais fiel e mais transparente da doutrina e das instituições herdadas de Cristo por intermédio dos apóstolos. Embora a Igreja católica seja dotada de toda a verdade revelada e de todos os meios de graça, seus membros nem sempre vivem como se deve. Assim sendo, a face da Igreja contemplada pelos irmãos separados e pelo mundo brilha muito pouco, chegando até a criar dificuldades para o avanço do reino de Deus.

Por isso, todos os católicos devem buscar a perfeição cristã e, de acordo com sua condição, esforçar-se para que a Igreja, acolhendo em seu corpo a humildade e a

mortificação de Jesus, vá se purificando e renovando todos os dias, até que Cristo a possa exibir gloriosa, sem mancha nem ruga. Conserve-se a unidade no que é necessário. Mas é indispensável que se conserve também a liberdade, de acordo com a função de cada um, nas várias formas de vida espiritual, de disciplina e até de elaborar teologicamente a verdade revelada. Mas, sobretudo e em tudo, cultive-se a caridade, pois só assim se manifestarão plenamente, em nossos dias, a catolicidade e a apostolicidade da Igreja. Por outro lado, é necessário que os católicos reconheçam com alegria e com a devida estima os bens verdadeiramente cristãos provenientes do patrimônio comum existente entre os irmãos separados.

Reconhecer as riquezas de Cristo e as obras virtuosas na vida de quem dá testemunho de Cristo até, às vezes, o derramamento do sangue, é justo e salutar: Deus é sempre admirável em suas obras. Nem se deve desprezar a obra da graça do Espírito Santo nos irmãos separados, que pode contribuir muito para nossa edificação. Nada do que é verdadeiramente cristão se opõe à fé autêntica, pelo contrário, até ajuda a aprofundar o mistério de Cristo e da Igreja. Isto não quer dizer que as divisões entre os cristãos não sejam, de fato, obstáculos ao bem da Igreja. Opõem-se, pelo menos, à realização da plenitude católica entre todos os seus filhos que, apesar de batizados, estão separados da comunhão plena. Além disso, tornam cada vez mais difícil, para a Igreja, exprimir a plenitude da catolicidade em todos os aspectos de sua vida. O concílio se alegra com a crescente participação de fiéis católicos no movimento ecumênico e recomenda aos bispos do mundo inteiro que a estimule e oriente”.

Nota:77

cf. **UR 4:** “No mundo de hoje, em várias partes da terra, sob o sopro da graça do Espírito Santo, muitos se esforçam pela oração, pela palavra e pela ação, para alcançar a plenitude da unidade almejada por Jesus Cristo. O concílio exorta os fiéis católicos a reconhecerem os sinais dos tempos e a participarem ativamente do trabalho ecumênico. Por movimento ecumênico entendem-se as atividades e iniciativas, segundo as necessidades e as condições temporais da Igreja, que desperta e inspira, a busca da unidade entre os cristãos. Em primeiro lugar, o esforço, tanto do ponto de vista da verdade como da equidade, para eliminar palavras, juízos e comportamentos que não correspondem à situação em que se encontram, de fato, os irmãos separados e que, portanto, dificultam ainda mais o relacionamento com eles. Além disso, nas reuniões entre cristãos de diferentes igrejas ou denominações, realizadas com espírito religioso, estabeleça-se um diálogo entre especialistas realmente preparados, em que cada um procure manifestar de maneira mais profunda a doutrina de sua confissão, apresentando-a com toda clareza possível. Esse diálogo permite a todos adquirir melhor conhecimento e formar uma opinião mais correta sobre os vários aspectos da doutrina e da vida das diversas denominações. Favorece, igualmente, onde é possível, a reunião e maior colaboração entre as diversas denominações, nos deveres para com o bem comum, exigidos por toda consciência cristã, assim como na oração unânime. Finalmente, ao examinar melhor sua fidelidade em relação à vontade de Cristo sobre a Igreja, todos

se dispõem a prosseguir com maior afinco no trabalho de reforma ou de renovação de si mesmos.

Tudo isso, praticado com prudência e paciência pelos fiéis da Igreja católica, sob vigilância dos pastores, contribui enormemente para o bem da equidade e da verdade, da concórdia e da colaboração, da fraternidade e da união. Dessa forma, os obstáculos que impedem a perfeita comunhão eclesial vão sendo aos poucos superados. Reunidos numa só celebração eucarística, na unidade de uma única e mesma Igreja, os cristãos todos viverão na unidade que Cristo nos proporcionou desde o princípio da Igreja, que acreditamos subsistir de maneira inadmissível na Igreja católica, e esperamos vá crescendo com o tempo, até a consumação dos séculos. É claro que a preparação e a reconciliação daqueles que, pessoalmente, desejam a comunhão católica distingue-se, por natureza, do trabalho ecumênico, embora não haja entre ambos nenhuma oposição, pois são os caminhos que provêm das mesmas admiráveis disposições divinas.

Na ação ecumênica, os fiéis católicos devem se preocupar com os irmãos separados, orando por eles, falando com eles das coisas da Igreja, despertando-os para os primeiros passos. Mas, sobretudo, devem estar sobremaneira atentos ao que deve ser feito e renovado na família católica, para sua vida de testemunho mais fiel e mais transparente da doutrina e das instituições herdadas de Cristo por intermédio dos apóstolos. Embora a Igreja católica seja dotada de toda a verdade revelada e de todos os meios de graça, seus membros nem sempre vivem como se deve. Assim sendo, a face da Igreja contemplada pelos irmãos separados e pelo mundo brilha muito pouco, chegando até a criar dificuldades para o avanço do reino de Deus. Por isso, todos os católicos devem buscar a perfeição cristã e, de acordo com sua condição, esforçar-se para que a Igreja, acolhendo em seu corpo a humildade e a mortificação de Jesus, vá se purificando e renovando todos os dias, até que Cristo a possa exibir gloriosa, sem mancha nem ruga. Conserve-se a unidade no que é necessário. Mas é indispensável que se conserve também a liberdade, de acordo com a função de cada um, nas várias formas de vida espiritual, de disciplina e até de elaborar teologicamente a verdade revelada. Mas, sobretudo e em tudo, cultive-se a caridade, pois só assim se manifestarão plenamente, em nossos dias, a catolicidade e a apostolicidade da Igreja. Por outro lado, é necessário que os católicos reconheçam com alegria e com a devida estima os bens verdadeiramente cristãos provenientes do patrimônio comum existente entre os irmãos separados.

Reconhecer as riquezas de Cristo e as obras virtuosas na vida de quem dá testemunho de Cristo até, às vezes, o derramamento do sangue, é justo e salutar: Deus é sempre admirável em suas obras. Nem se deve desprezar a obra da graça do Espírito Santo nos irmãos separados, que pode contribuir muito para nossa edificação. Nada do que é verdadeiramente cristão se opõe à fé autêntica, pelo contrário, até ajuda a aprofundar o mistério de Cristo e da Igreja. Isto não quer dizer que as divisões entre os cristãos não sejam, de fato, obstáculos ao bem da Igreja. Opõem-se, pelo menos, à realização da plenitude católica entre todos os seus filhos que, apesar de batizados, estão separados da comunhão plena. Além disso, tornam

cada vez mais difícil, para a Igreja, exprimir a plenitude da catolicidade em todos os aspectos de sua vida. O concílio se alegra com a crescente participação de fiéis católicos no movimento ecumênico e recomenda aos bispos do mundo inteiro que a estimule e oriente”.

Nota:78

cf. **DH 2,4,5,10**: “**2.** O concílio declara que a pessoa tem direito à liberdade religiosa. Tal liberdade consiste em que nenhum ser humano deve estar sujeito à coerção de outros indivíduos, nem da sociedade e ou de qualquer poder humano. Em matéria religiosa ninguém seja levado a agir contra a consciência, nem, desde que se mantenha dentro dos devidos limites, impedido de agir segundo sua consciência, em público ou de forma privada. Declara igualmente que o direito à liberdade religiosa se baseia na dignidade da pessoa, reconhecida pela razão e manifestada pela palavra de Deus revelada.

O direito da pessoa à liberdade religiosa deve ainda ser reconhecido pelo ordenamento jurídico da sociedade, para que se torne um direito civil. Todos os seres humanos são dotados de razão e de vontade livre. Têm acesso à responsabilidade. Ser pessoa faz parte da dignidade da natureza humana, que, por conseguinte, está moralmente obrigada a buscar a verdade, começando pela verdade religiosa. É igualmente obrigada a aderir à verdade e submeter toda a vida às suas exigências. Os seres humanos devem cumprir este seu dever humanamente, para o que se requer a plena liberdade psicológica e a ausência de toda coerção externa. O direito à liberdade religiosa tem por fundamento, pois, a própria natureza do ser humano, independentemente das condições subjetivas de cada um. Por conseguinte, o direito permanece intacto, mesmo naqueles que não cumprem a obrigação de buscar a verdade ou de lhe aderir na medida em que vai sendo encontrada. O exercício desse direito só pode ser impedido por uma justa exigência da ordem pública.

4. A liberdade ou imunidade de coação em matéria religiosa atribuída às pessoas, vale também para as comunidades. As comunidades religiosas têm sua origem na natureza religiosa e social do ser humano. Desde que não contrariem as exigências da ordem pública, as comunidades religiosas têm direito à imunidade, isto é, a se governarem segundo suas próprias normas. Prestam culto público a Deus, ajudam a seus membros a viverem religiosamente, sustentam-nos com a doutrina e os assistem por intermédio de suas instituições, cooperando para que sua vida seja regida pelos princípios da religião. As comunidades religiosas têm igualmente o direito de não estarem sujeitas a qualquer meio legal ou expediente administrativo do poder civil que venha a interferir na escolha dos ministros sagrados, sua educação, nomeação, transferência ou comunicação com as autoridades ou outras comunidades religiosas espalhadas pelo mundo, na ereção de edifícios sagrados, enfim, na aquisição e uso de bens materiais.

As comunidades religiosas têm ainda o direito de não serem impedidas de ensinar ou de dar testemunho de sua fé em público, oralmente ou por escrito. Na propagação da fé, porém, e na proposta de novos costumes ou modos de agir, deve-se sempre abster

de toda ação que possa parecer coercitiva, irregularmente persuasiva ou não suficientemente correta, especialmente para com os mais pobres e os menos dotados. Essas maneiras de agir caracterizam abuso do direito próprio e violação dos direitos alheios. A liberdade religiosa implica ainda a não-proibição de as comunidades religiosas demonstrarem livremente em público, o valor de sua doutrina para o ordenamento da sociedade e como inspiração para toda vida humana.

O direito que os seres humanos têm de, movidos por seu senso religioso, reunirem-se livremente ou constituir associações educativas, culturais, sociais e de caridade, funda-se na própria natureza social do ser humano e na sua índole religiosa.

5. A família, como sociedade primordial de direito próprio, deve poder orientar livremente sua vida doméstica, sob a conduta dos pais. Compete-lhes o direito de determinar como se há de fazer a educação dos filhos, de acordo com sua convicção religiosa. O poder civil deve reconhecer de fato, aos pais, o direito de escolher livremente, a escola e os demais meios de educação para os filhos, sem que por isso lhes advenham gastos especiais, direta ou indiretamente. Violaria o direito dos pais a imposição aos alunos de seguir aulas contrárias às convicções religiosas familiares ou a adoção de um regime de educação único, de que fosse completamente excluída a formação religiosa.

10. Um dos principais pontos da fé católica, consignado na palavra de Deus e constantemente lembrado pelos padres da Igreja é que o ser humano tem o dever de responder a Deus na liberdade, acreditando. Ninguém deve ser levado a crer contra a vontade. Crer, por sua própria natureza, é um ato voluntário do ser humano remido pelo Cristo Salvador e chamado por ele à adoção filial. Ninguém pode aderir a Deus senão quando, atraído por ele, crê, isto é, acolhe-o num ato livre e razoável. Por si mesma a fé exclui, em matéria religiosa, todo gênero de coação por parte dos seres humanos. Por isso a liberdade religiosa cria um ambiente extremamente favorável que os seres humanos sejam convidados a abraçar livremente a fé cristã e a confessá-la em toda sua vida”.

Nota:79

cf. **Jo 17,21**: “para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste”.

Nota:80

cf. **Ef 2,14-16**: “Cristo é a nossa paz. De dois povos, ele fez um só. Na sua carne derrubou o muro da separação: o ódio. Aboliu a Lei dos mandamentos e preceitos. Ele quis, a partir do judeu e do pagão, criar em si mesmo um homem novo, estabelecendo a paz. Quis reconciliá-los com Deus num só corpo, por meio da cruz; foi nela que Cristo matou o ódio”.

C1 1,18-20: “Ele é também a Cabeça do corpo, que é a Igreja. Ele é o Princípio, o primeiro daqueles que ressuscitam dos mortos, para em tudo ter a primazia. Porque Deus, a Plenitude total, quis nele habitar, para, por meio dele, reconciliar consigo todas as coisas, tanto as terrestres como as celestes, estabelecendo a paz pelo seu sangue derramado na cruz”.

Nota:81

cf. **AG 2**: “A Igreja peregrina é por natureza missionária. Nasce, segundo o desígnio divino, da própria missão do Filho e do Espírito Santo. Tal desígnio flui do amor original ou da caridade do Pai, Princípio imprincipiado, de que o Filho é gerado e de que procede o Espírito Santo, por intermédio do Filho. Por sua infinita misericórdia e ternura, a bondade divina nos cria livremente e nos chama graciosamente a participar de sua vida e de sua glória, difundindo a bondade com liberalidade sem fim, de tal sorte que o criador de todas as coisas venha a ser, ao cabo e ao fim, *tudo em todos* (1Cor 15, 28), para sua glória e nossa felicidade. Deus não chama os seres humanos individualmente, independentemente das relações de uns com os outros, pois visa a constituir um só povo, em que estejam reunidos todos os seus filhos”.

Nota:82

cf. **LG 8**: “Mediador único, Cristo constituiu sua santa Igreja, comunidade de fé, esperança e caridade como realidade visível na terra, de que garante a continuidade, para a todos levar a verdade e a graça. Sociedade hierarquicamente estruturada e corpo místico de Cristo, grupo visível de pessoas e comunidade invisível, Igreja terrestre, mas ao mesmo tempo cumulada de bens celestiais, não pode ser considerada duas coisas, mas uma única realidade complexa, composta de dois elementos, o humano e o divino. Compara-se pois, em profundidade, com o mistério do Verbo encarnado. Assim como a natureza humana, assumida pelo Verbo divino qual instrumento vivo da salvação, o serve, estando-lhe intimamente unida, a realidade social da Igreja está a serviço do Espírito de Cristo, que a anima, em vista do crescimento do corpo (cf. Ef 4, 16).

Assim é a única Igreja de Cristo, que professamos no Credo ser una, santa, católica e apostólica. Cristo ressuscitado a entregou aos cuidados de Pedro (cf. Jo 21, 17), confiou-a a ele e aos demais apóstolos, para ser difundida e governada (cf. Mt 28, 18ss) e a estabeleceu para sempre como alicerce e coluna da verdade (cf. 1Tm 3, 15).

Constituída e estabelecida assim como sociedade, neste mundo, a Igreja subsiste na Igreja católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos, em comunhão com ele. Todavia, fora de sua realidade visível, encontram-se muitos elementos de santidade e de verdade. São riquezas autênticas da Igreja de Cristo. Verdadeiros apelos à unidade católica.

Ora, assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, a Igreja é também chamada a trilhar o mesmo caminho, para comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo, “que existia na condição divina, aniquilou-se, assumindo a condição de servo” (Fl 2, 6-7), por nossa causa “se tornou pobre, embora fosse rico” (2Cor 8, 9). Assim também a Igreja, apesar dos recursos necessários ao cumprimento de sua missão, não cresce em função do sucesso, mas da humildade e da abnegação que venha a proclamar, inclusive pelo exemplo. Cristo foi enviado pelo Pai “para evangelizar os pobres e aliviar os corações feridos” (Lc 4, 18), “buscar e salvar os que se haviam perdido” (Lc 19, 10).

Da mesma forma, a Igreja envolve com amor todos os que sofrem. Reconhece nos pobres e nos desvalidos a imagem de seu fundador, pobre e sofredor, empenha-se

em combater a pobreza e se coloca a serviço dos pobres, como a serviço de Cristo. Santo, inocente e imaculado (Hb 7, 26), Cristo jamais pecou (cf. 2Cor 5, 21). Veio se oferecer unicamente pelos pecados dos outros (cf. Hb 2, 17). A Igreja, porém, tendo em seu seio pecadores, é ao mesmo tempo santa e está em constante purificação, não deixando jamais de fazer penitência e de buscar sua própria renovação. A Igreja caminha entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus anunciando a cruz e a morte do Senhor até que ele venha (cf. 1Cor 11, 26). Manifestar-se-á então em plena luz a força do Senhor ressuscitado que a sustenta e a faz superar com paciência e amor todas as aflições e dificuldades internas ou externas. Assim, a Igreja revela fielmente ao mundo o mistério de Cristo, embora de maneira velada”.

Nota:83

cf. **NA 2**: “Da mais remota antigüidade, até os dias de hoje, todos os povos têm certa percepção da energia latente na vida e nos acontecimentos humanos. Reconhecem assim, de algum modo, a divindade, o Pai. Esta percepção e este reconhecimento correspondem, em profundidade, a seu senso religioso. A religião, desenvolvendo-se em conexão com a cultura, procura exprimir a resposta a estas questões fundamentais por intermédio de noções mais apuradas e numa linguagem melhor elaborada.

No hinduísmo, por exemplo, medita-se sobre o mistério divino, que se exprime numa fecundidade inexaurível de mitos, envidando incansáveis esforços filosóficos para conseguir a libertação dos vínculos de nossa condição. Com o mesmo objetivo, buscando refúgio em Deus, com amor e confiança, praticam-se diversas formas de vida ascética e de meditação transcendental. Nas variadas formas de budismo, reconhece-se a radical insuficiência deste mundo mutável e se ensina o caminho a ser seguido pelo homem devoto e confiante, seja para chegar ao estado de perfeita libertação, seja para alcançar a suprema iluminação, com suas próprias forças e contando com o auxílio do alto. De maneira semelhante, as demais religiões, espalhadas pelo mundo inteiro, procuram vir, de muitos modos, ao encontro da inquietação do coração humano, propondo caminhos, isto é, doutrinas, preceitos e ritos sagrados.

A Igreja católica não rejeita o que é verdadeiro e santo em todas as religiões. Considera suas práticas, maneiras de viver, preceitos e doutrinas como reflexo, não raramente autêntico, da verdade que ilumina todos os seres humanos, ainda que se distanciem do que ela crê e ensina. Anuncia, porém, a Cristo, e se sente incessantemente obrigada a fazê-lo, como caminho, verdade e vida (Jo 14, 16), em que todos somos chamados a encontrar a plenitude da religião e em quem Deus reconciliou consigo todas as coisas. Por isso a Igreja católica exorta seus filhos ao diálogo e à colaboração com os seguidores das outras religiões, para que dêem o testemunho da fé e da vida cristã, reconhecendo, servindo e promovendo os bens espirituais e morais assim como os valores sócio-culturais presentes nelas”.

Nota:84

cf. **2 Cor 3,18**: “E nós que, com a face descoberta, refletimos como num espelho a glória do Senhor, somos transfigurados nessa mesma imagem, cada vez mais resplandecente pela ação do Senhor, que é Espírito”.

2Cor 4, 5-6: “Não pregamos a nós mesmos, mas Cristo Jesus, Senhor. Quanto a nós mesmos é como servos de vocês que nos apresentamos, por causa de Jesus. Pois o Deus que disse: Do meio das trevas brilhe a luz! foi ele mesmo que reluziu em nossos corações para fazer brilhar o conhecimento da glória de Deus, que resplandece na face de Cristo”.

Nota:85

LG 6 e 9: “6. Da mesma forma que a revelação do reino foi proposta, no Antigo Testamento, por intermédio de diversas figuras, a natureza íntima da Igreja nos é manifestada através de várias imagens, provenientes tanto da vida pastoril ou agrícola, como do trabalho de construção e até da família e do matrimônio, já preparadas nos livros dos profetas. A Igreja é, por exemplo, um *redil*, cuja única porta indispensável é Cristo (Jo 10, 1-10). É também um rebanho, que tem o próprio Deus por pastor (cf. Is 40, 11; Ez 34, 11ss).

As ovelhas, embora sob o cuidado de pastores humanos, são incessantemente conduzidas e alimentadas pelo próprio Cristo, bom Pastor e príncipe dos pastores (cf. Jo 11, 10; 1Pd 5, 4), que deu a vida por elas (cf. Jo 10, 11-15). A Igreja é ainda *lavoura* ou campo de Deus (1Cor 3, 9). Cresce nesse campo a oliveira antiga, de que os patriarcas foram a raiz santa e na qual se faz a reconciliação entre judeus e cristãos (Rm 11, 13-26). Foi plantada pelo agricultor celeste como vinha toda especial (Mt 21, 33-43 e par; cf. Is 5, 1ss).

A verdadeira vide é Cristo, de quem provém a vida e a fecundidade dos ramos, que somos nós, os quais, na Igreja, permanecemos em Cristo, sem o qual nada podemos fazer (Jo 15, 1-5). Muitas vezes, a Igreja é também denominada *construção* de Deus (1Cor 3, 9). O próprio Senhor se comparou à pedra rejeitada pelos construtores e que se tornou principal alicerce (Mt 21, 42; At 4, 11; 1Pd 2, 7; Sl 117, 22).

Sobre ele se constrói a Igreja, a começar pelos apóstolos (cf. 1Cor 3, 11), com toda firmeza e coesão. Essa construção recebe várias denominações: casa de Deus (1Tm 3, 15), em que mora com sua *família*, moradia de Deus, no Espírito (Ef 2, 19-22), tenda de Deus no meio dos homens (Ap 21, 3) e especialmente *templo* santo, de que são imagem os edifícios de pedra que os santos padres exaltam e a liturgia justamente compara com a Cidade Santa, a Nova Jerusalém. Nós a constituímos na terra como pedras vivas (cf. 1Pd 2, 5). João a contempla desde o céu, no momento em que Deus estará operando a renovação do universo, como cidade santa, vestida como uma noiva para o seu esposo (Ap 21, 1s). Finalmente a Igreja que é a Jerusalém do alto e nossa mãe (Gl 4, 26; cf. Ap 12, 17) é apresentada como a *esposa* sem mancha do cordeiro imaculado (cf. Ap 19, 7; 21, 2 e 9; 22, 17), que Cristo amou... e pela qual se entregou, para santificá-la (Ef 5, 25-26), unindo-a a si de maneira indissolúvel, alimentando-a e protegendo-a (Ef 5, 29) incessantemente e desejando tê-la unida a si, purificada e obediente, no amor e na fidelidade (cf. Ef 5,

24), que, finalmente, cumula dos bens celestiais para sempre, para compreendermos o amor de Deus e de Cristo por nós, que tudo ultrapassa (Ef 3, 19).

Enquanto caminha na terra, longe do Senhor (cf. 2Cor 5, 6), a Igreja está como que exilada. Busca e experimenta as coisas do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus, onde a vida da Igreja está escondida com Cristo em Deus, até que seu esposo apareça revestido de glória (cf. Cl 3, 1-4).

9. Todo aquele que pratica a justiça é acolhido por Deus (cf. At 10, 35), em qualquer situação, tempo ou lugar. Deus quis entretanto santificar e salvar os homens não como simples pessoas, independentemente dos laços sociais que os unem, mas constituiu um povo para reconhecê-lo na verdade e servi-lo na santidade. Escolheu então o povo judeu, fez com ele uma aliança e o foi instruindo gradativamente. Manifestou-se-lhe revelando sua vontade através da história e o santificando para si. Tudo isso, porém, era preparação e prenúncio da nova aliança, perfeita, a ser realizada em Cristo, Revelação plena, que seria selada pelo próprio Verbo de Deus encarnado. Virão os dias, diz o Senhor, que farei com a casa de Israel e com a casa de Judá uma nova aliança... Colocarei minha lei em seu peito e a escreverei em seu coração. Serei o Deus deles e eles serão o meu povo... Porque todos, grandes e pequenos, me conhecerão (Jr 31, 31-34).

Foi Cristo quem instituiu essa nova aliança, testamento novo, firmado com seu sangue (cf. 1Cor 11, 25), reunindo judeus e pagãos na unidade de um só povo, não segundo a raça, mas segundo o Espírito: o povo de Deus.

Os fiéis renascem em Cristo pela palavra de Deus vivo (cf. 1Pd 1, 23), que não está sujeita à corrupção como o está a geração humana. Renascem não da carne, mas pela água e pelo Espírito Santo (cf. Jo 3, 5-6). Constituem, assim, uma raça eleita, sacerdócio régio, nação santa e povo adquirido (...) que antes não era povo, mas se tornou povo de Deus (1Pd 2, 9-10).

Cristo é a cabeça desse povo messiânico. Foi entregue à morte pelos nossos pecados, mas ressuscitou, para nos tornar justos (cf. Rm 4, 25). Seu nome reina agora gloriosamente no céu, acima de todo nome. A condição desse povo messiânico é a da dignidade e da liberdade dos filhos de Deus, em cujo coração habita, como num templo, o Espírito Santo. Sua lei é o mandamento novo: amar assim como Cristo nos amou (cf. Jo 13, 34).

Seu objetivo, o reino de Deus iniciado na terra pelo próprio Deus e destinado a crescer até o fim dos séculos. Deus então o consumará com a vinda de Cristo, nossa vida (cf. Cl 3, 4) e a libertação da criatura da escravidão da corrupção, para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus (Rm 8, 21).

É verdade que o povo messiânico não reúne, de fato, todos os homens. Às vezes parece até não ser senão um grupo insignificante. Mesmo assim é princípio eficaz de unidade, esperança e salvação para todo o gênero humano. Cristo o estabeleceu na comunhão da vida, do amor e da verdade. Assumiu-o como instrumento de redenção universal e o estabeleceu como luz do mundo e sal da terra (cf. Mt 5, 13-16), enviando-o a todo o universo.

Caminhando no deserto, Israel merece, desde então, o nome de igreja de Deus (cf. Esd 13, 1; Nm 20, 4; Dt 23, 1). Da mesma forma, o novo Israel, que caminha na história, em direção à cidade futura que não passa (cf. Hb 13, 14), pode ser chamado igreja de Cristo (cf. Mt 16, 18), pois foi adquirido com seu sangue (cf. At 20, 28) e Cristo o cumulou de seu Espírito, dotando-o de todos os recursos necessários ao convívio social visível. Deus constituiu como igreja a reunião de todos os que reconhecem Jesus como autor da salvação, princípio de unidade e de paz.

A Igreja é assim, para todos e para cada um dos homens em particular, o sacramento visível da unidade da salvação: estende-se a todas as latitudes e penetra toda a história humana, sem deixar de transcender a todos os tempos e limites.

A Igreja se alimenta da força da graça de Deus que lhe foi prometida pelo Senhor e caminha assim através de muitas tentações e sofrimentos. Apesar da fraqueza da carne, não deixará de ser fiel a seu Senhor, como esposa digna. Renova-se constantemente sob a ação do Espírito Santo, até que chegue, através da cruz, ao dia sem ocaso da ressurreição”.

Nota:86

Ap 21,1: “Vi, então, um novo céu e uma nova terra. O primeiro céu e a primeira terra passaram, e o mar já não existe”.

Nota:87

1Cor 9,26: “Quanto a mim, também eu corro, mas não como quem vai sem rumo. Prático o pugilato, mas não como quem luta contra o ar”.

Nota:88

Chamamos “exercício pastoral” o período de tempo determinado em que as decisões tomadas devem ser planejadas e executadas. Em nível nacional, esse período é de dois anos e é coberto por um plano bienal. As prioridades para o biênio 75/76 são: Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral Familiar, Religiosidade Popular e Pastoral dos grupos de influência.